MUNICÍPIO DE MOURÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

Tribunal de Contas: 28

Ponto do POCAL: 13

MUNICÍPIO DE MOURÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2013

Pag.

INDÍCE

INTRODUÇÃO 4

I – ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL 5

I-1 – RECEITA 5
I-1-1 – Receita Corrente 6
I-1-2 – Receita de Capital 9
I-1-3 – Outras Receitas 11
I-1-4 - Resumo das Receitas 12
I-1-5 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento 13
I-1-6 - Receita - Desvios 14
I-1-7 - Receita - Evolução 15

I-2 - DESPESA 16
I-2-1 - Despesa Corrente 17
I-2-2 - Despesa de Capital 21
I-2-3 - Despesa - Evolução 22
I-2-4 - Despesa - Desvios 23
I-2-5 – Grau de Cobertura das Despesas pelas Receitas 24

I-3 - RESUMO 25

I-4 - ENDIVIDAMENTO 25
I-4-1 - Dívida a Terceiros 25
I-4-2 - Dívida de Terceiros 26
I-4-3 - Dívida de Médio e Longo Prazo 27
I-4-4 - Verificação do Limite ao endividamento Emp. de Curto Prazo 28
I-4-5 - Verificação do Limite ao endividamento de Médio e Longo Prazo 28
I-4-6 - Verificação do Limite endividamento líquido Municipal para 2012 29
I-4-7 - Verificação dos Limites de Encargos com o Pessoal para 2013 30

I-5 - INDICADORES DE GESTÃO 31
I-5-1 – Rácios 31

II – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO 36

III - ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 44
III-1 - ACTIVO 45
III-1-1-1 - Activo Fixo 46

III-1-1-2 - Activo Circulante..... 47

III-2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO..... 47
III-2-1 - Fundos Próprios..... 48
III-2-2 - Passivo..... 48

III-3 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS..... 51
III-3-1 - Custos..... 52
III-3-2 - Proveitos..... 53

IV - INDICADORES DE GESTÃO..... 55

V - CONTABILIDADE DE CUSTOS..... 56

Introdução

Em sede de prestação de contas, o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, define os documentos essencialmente de natureza orçamental e financeira a apresentar e a submeter à apreciação e deliberação da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, igualmente ao julgamento do Tribunal de Contas, designadamente, o balanço, a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental.

Em conformidade com o Ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril e para cumprimento do disposto no artigo 3.º da Lei 2/2007, de 15 Janeiro (Lei das Finanças Locais), o órgão executivo deve ainda apresentar ao órgão Deliberativo Municipal um relatório de gestão que evidencie a situação económica, orçamental e financeira do Município de Mourão, bem como salientar as atividades/investimentos mais relevantes desenvolvidas ao longo do ano de 2013.

Face ao exposto, e no cumprimento da Lei, o presente documento constitui o Relatório de Gestão do exercício de 2013. Este é um documento que evidencia a situação económica, orçamental e financeira relativa ao exercício económico, espelhando a utilização dos meios afectos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Mourão.

Por último, de salientar que na organização da prestação de contas em apreço, foram ainda tidas em devida conta, além do citado no POCAL, as disposições da Lei das Finanças Locais – Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, bem como a Resolução n.º 6/2013 – 2.ª Secção. – Instruções n.º 1/2001 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, que aprovou as "Instruções para a organização e documentação das contas das Autarquias Locais e entidades equiparadas, abrangidas pelo POCAL.

No Relatório de Gestão, pretende-se dar a conhecer a todos, de forma clara e detalhada, a situação financeira do Município de Mourão no ano de 2013 e qual a sua evolução ao longo dos últimos anos, que resulta das políticas e opções do executivo.

I - ANÁLISE À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A análise da Execução Orçamental, ao nível da receita e despesa, permite verificar, quais os montantes efetivamente recebidos e pagos, comparando com os montantes estimados, em sede de Orçamento Municipal, de forma a apurar os respetivos desvios.

Também aqui serão evidenciadas, quais as rubricas com maior peso no Orçamento, bem como a sua evolução ao longo dos últimos três anos.

I – 1 - RECEITA

No ano financeiro de 2013, a receita arrecadada pelo Município de Mourão, foi de € 6.314.850,93, nota-se um aumento de 30,47% +€ 1.474.695,58, que corresponde essencialmente ao registo das verbas do Fundo de Regularização Municipal e do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), nas importâncias de € 402.279,70 e € 704.858,77 respetivamente.

À semelhança do que tem vindo a suceder ao longo dos últimos anos, as rubricas da receita com maior significado são as que constam do quadro seguinte, por ordem decrescente:

Quadro n.º 1 – Receitas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Transferências Correntes	3.640.059,61€	57,64
Transferências de Capital	852.561,85€	13,50
Passivos Financeiros.	704.858,77€	11,16
Impostos Diretos	424.003,60€	6,71
Rendimentos de Propriedade	324.178,82€	5,13
Venda de Bens e Serviços.	279.266,30€	4,42
Venda de Bens de Investimento	53.071,29€	0,84
Impostos Indiretos	16.389,10€	0,26
Taxas, Multas e Outras Penalid.	9.878,89€	0,16
Total...	**6.304.268,23 €**	**99,82**

As restantes rubricas representam 0,18% do total da receita arrecadada, no montante de € 6.314.850,93, tendo pouco significado em termos de valor absoluto.

O gráfico seguinte representa a proveniência dos diferentes tipos de receita.

I-1-1 - Receitas Correntes

O valor dos *Impostos Diretos* arrecadados pelo Município em 2013 foi de € 424.003,60, correspondendo a 9,02% das receitas correntes e 6,71% ao total da receita. Verificou-se um acréscimo de 64,04% no total dos Impostos Diretos (+€ 165.525,12). Estando repartido por ordem decrescente pelos seguintes Impostos: "*Imposto Municipal sobre Transações Onerosas de Imóveis* - IMT" 49,35% (+€ 127.550,53), "*Imposto Municipal sobre Imóveis*" 13,11% (+€ 33.868,85), e "*Imposto Único de Circulação*" 4,17% (+€ 10.779,73) em contrapartida o Imposto: "*Derrama*", registou um decréscimo de 2,59% (-€ 6.673,99). A contribuição dos Impostos Diretos é de 9,02% para as receitas correntes e de 6,71% para o total da receita.

Em 2013 arrecadaram-se € 16.389,10 de *Impostos Indiretos*, representando um acréscimo de 650,24% (+€ 14.204,60), comparativamente a 2012, estando repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "*Loteamento e Obras*" 555,39% (+€ 12.132,32), "*Taxa Municipal de Direitos de Passagem*" 89,93% (+€ 1.964,45) e "*Outros*" 4,92% (+€ 107,83). Relativamente aos impostos "Mercados e Feiras", Ocupação da Via Pública", "Publicidade", "Saneamento e Conservação", "Utilização da Rede Viária", "Arrendamento Urbano" e "Taxa de Depósito da Ficha Técnica de Habitação", comparativamente ao ano de 2012, as mesmas não foram

objeto de registo. A contribuição dos Impostos Indiretos é de 0,35% para as receitas correntes e de 0,26% para o total da receita.

A receita proveniente de *Taxas, Multas e Outras penalidades*, que corresponde essencialmente ao pagamento de taxas por particulares, foi de € 9.878,89, registou um aumento de 30,82%, comparativamente a 2012. A contribuição desta receita é de 0,21% para as receitas correntes e de 0,16% para o total da receita. As rubricas que registaram uma variação positiva mais acentuada são: "Juros compensatórios", com um acréscimo de 23,36% (+€ 1.764,03), "Outros" com 22,98% (+€ 1.735,73) e "Ocupação da Via Pública" com 1,07% (+€ 80,42), contrariamente as rubricas "Loteamentos e Obras" com 10,61% (-€ 801,26), "Coimas, Multas e Outras Penalidades" com 3,31% (-€ 250,00), "Juros de Mora" com 1,41% (-€ 106,27), "Mercados e Feiras" com 1,13% (-€ 85,68) e "Saneamento" com 0,13% (-€ 10,05), registaram uma variação negativa significativa.

A receita arrecadada pelos *Rendimentos de Propriedade*, a qual corresponde aos juros recebidos e às rendas patrimoniais, foi de € 324.178,82, registou um aumento de 28,76% (+€ 72.418,43), devido à contabilização da renda da EDP, ao abrigo do Protocolo celebrado com a ANMP – Rendas (Produção de Energia Hidroelétrica do Guadiana). A contribuição dos Rendimentos de Propriedade é de 6,89% para as receitas correntes e de 5,13% para o total da receita.

Em 2013 o Município recebeu € 3.640.059,61 de *Transferências correntes*, correspondendo € 2.806.817,85 ao "Fundo de Equilíbrio Financeiro", € 57.796,00 ao "Fundo Social Municipal", € 40.274,00 à "Participação Fixa no IRS", € 706.323,14 a "Outros" e € 28.848,62 respeitante à rubrica "Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados.
Face a 2012 o total desta rubrica, registou um acréscimo de 33,91% (+€ 921.751,87), nomeadamente pelo aumento de 31,37% (+€ 852.552,85) do "Fundo Equilíbrio Financeiro Corrente", resultando do exposto no Mapa XIX, anexo à Lei 66/B de 2012 de 31 de dezembro (OE – 2013) e € 201.139,85 da entrada da verba do Fundo e Regularização Municipal de acordo com o artigo 42.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, as restantes rúbricas em que também se verificaram aumentos foram: "Outros", com 3,67% (+€ 99.999,77), relativamente a esta rubrica, a mesma agrega as transferências da Administração Central, tais como: Centro de Emprego de Évora, Ministério da Educação, Direção Geral de Educação e Instituto de Gestão Financeira da Solidariedade e Segurança Social, cujos objetivos visam: "Programas de Inserção Emprego", "Estágios Profissionais", "Programa de Desenvolvimento", "Projeto com a componente de Apoio à Família", "Atividades de

Enriquecimento Curricular do 1.º Ciclo", "Acordo de Cooperação Situações/Especiais" e "Projeto de Proteção de Menores e Crianças em Risco". Relativamente à rubrica "Estado Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados", registou um decréscimo de 1,13% (-€ 30.800,75), cuja receita arrecadada foi proveniente da comparticipação financeira relativa ao FEDER, designadamente para o projeto: "Festival Terras do Sol". A contribuição desta receita é de 77,42% para as receitas correntes e 57,64% para o total da receita.

A *Venda de Bens* foi em 2013, de € 91.364,95, sofreu uma quebra de 4,11% (-€ 3.919,24), relativamente a 2012, correspondendo esta variação ao valor da Sub-rubrica "Produtos Acabados e Intermédios", que agrega unicamente a venda de água. O peso da Venda de Bens nas receitas correntes é de 1,94% e de 1,45% nas receitas totais.

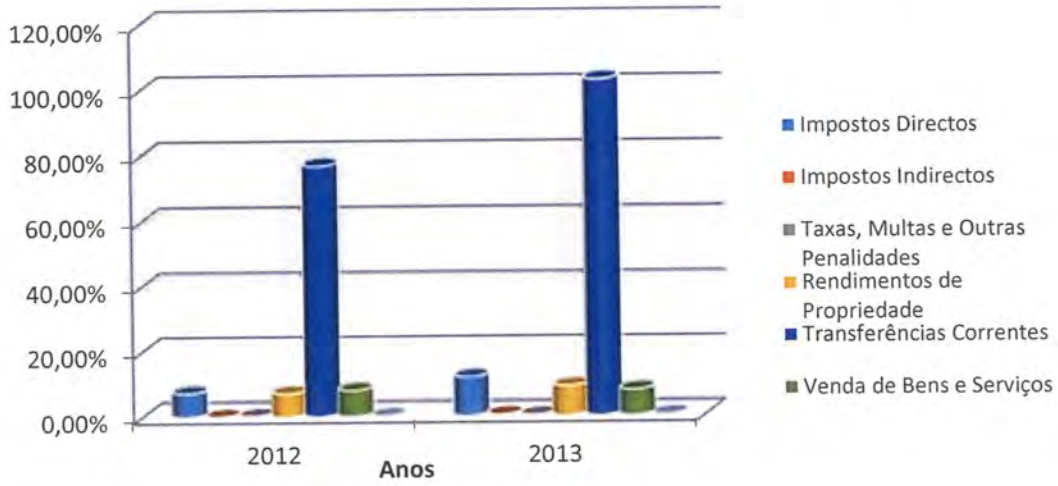
A *Venda de Serviços* apresentou um valor de € 181.782,68, o que representa um decréscimo de 0,59% (-€ 1.073,54), face a 2012, repartido por ordem decrescente pelas seguintes rubricas: "Trabalhos por Conta de Particulares" 1,52% (-€ 2.771,77), "Outros" 0,87% (-€ 1.587,56), "Serviços Desportivos" 0,45% (-€ 822,03), em virtude da redução significativa de entradas nas Piscinas Municipais, "Outros" 0,47% (-€ 845,67), esta rubrica, arrecada a receita proveniente das refeições das crianças que frequentaram os Jardins de Infância de Mourão, Granja e Luz, relativamente às rubricas "Saneamento" e "Resíduos Sólidos", registaram igualmente um decréscimo de 0,28% cada uma, ou seja (-€ 512,56) e (-€ 521,26) respetivamente. Contrariamente registaram variação positiva as rubricas "Cemitérios" com 2,25% (+€ 4.100,92), "Transportes Escolares" com 0,93% (+€ 1.707,19) e "Mercados e Feiras", com 0,10% (+€ 179,20). O peso da venda de serviços nas receitas correntes é de 3,87% e de 2,88% nas receitas totais.

A receita proveniente da rubrica *Rendas e alugueres* foi de € 6.118,67, registou um aumento de 13,71% (+€ 737,51) comparativamente a 2012. O seu peso na estrutura das receitas é insignificante.

A rubrica *Outras Receitas Correntes*, no ano de 2013, registou um valor de € 8.157,70, o que comparativamente a 2012, corresponde a um aumento de 36,99% (+€ 2.202,62). O seu peso na estrutura das receitas correntes é de 0,17% e de 0,13% nas receitas totais.

Relativamente às Receitas Correntes, comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de +33,28%, representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 2 - Comparação das Receitas Correntes



O valor do acréscimo das receitas correntes consta do quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das "Transferências Correntes", nomeadamente na sub-rubrica "Fundo de Equilíbrio Financeiro".

Quadro n.º 2 – Acréscimo de receitas correntes

RUBRICAS	%
Impostos Directos	+4,69
Impostos Indirectos	+0,40
Taxas Multas e Outras Penalidades	+0,07
Rendimentos de Propriedade	+2,05
Transferências Correntes	+26,13
Venda de Bens e Serviços	-0,12
Outras Receitas Correntes	+0,06

I - 1-2 - Receitas de Capital

Em 2013 as receitas de capital, registaram um acréscimo de +22,90%, passando o seu valor de € 1.312.396,10 para € 1.612.916,91, a diferença mais significativa verificou-se nas rubricas: "Passivos Financeiros".

A receita proveniente da *Venda de Bens de Investimento* foi em 2013, de € 53.071,29, verificou-se um aumento de 3,89% face a 2012, correspondendo à alienação dos seguintes Bens Imóveis: "Lote de Terreno, sito na Zona Industrial, junto ao Cemitério de Mourão", "Prédio Urbano sito na Rua do Poço em Mourão" e "Prédio Urbano sito no Bairro Pré Fabricado também em Mourão", o qual a respetiva alienação está a ser efetuada em prestações mensais. A contribuição desta receita é de 3,29% para as receitas de capital e 0,84% para o total da receita.

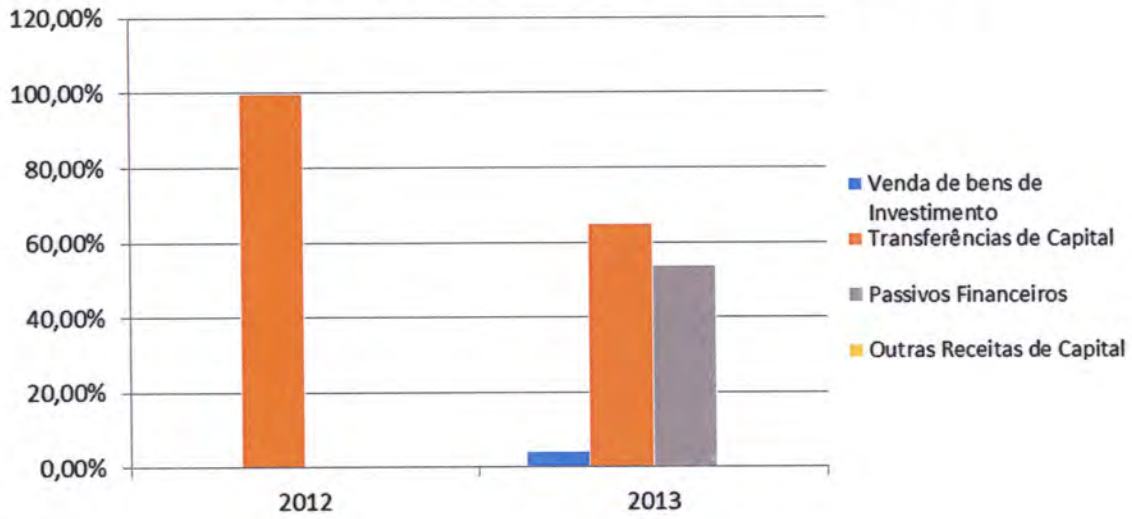
As *Transferências de Capital* ascenderam a € 852.561,85, correspondendo o total desta rubrica, ao total das sub-rubricas "Fundo de Equilíbrio Financeiro", com € 852.561,85, verificou-se relativamente a esta sub-rubrica uma quebra de 34,66% (-€ 454.850,72), resultando do exposto no Mapa XIX, anexo à Lei 66/B de 2012 de 31 de dezembro (OE - 2013) e "Estado-Participação Comunitária em Projetos Cofinanciados" que no decorrer do ano de 2013, não foi objeto de registo.
Para a estrutura das receitas de capital, o peso das Transferências de Capital é de 52,86% e de 13,50% para o total das receitas.

Relativamente aos "Passivos Financeiros", em 2013 o seu valor ascendeu a € 704.858,77, correspondendo à 1.ª Tranche do empréstimo de Médio e Longo Prazo PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), de acordo com a Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto, com o objetivo de proceder á regularização do pagamento de dívidas dos Municípios a fornecedores, vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) à data de 31 de março de 2012, no valor global de € 1.179.978,79. A contribuição desta receita é de 43,70% para as receitas de capital e 11,16%, para o total das receitas.

A receita proveniente de "Outras Receitas de Capital", foi de € 2.425,00, sofreu uma quebra de 21,14% (-€ 650,00), relativamente a 2012. A contribuição desta receita é de 0,15% para as receitas de capital e de 0,04%, para o total da receita.

Comparando o período em análise com o período homólogo do ano anterior, verifica-se um acréscimo de cerca de 22,90% (+€ 300.520,81), representado no seguinte gráfico:

Gráfico n.º 3 - Comparação das Receitas de Capital



O valor do acréscimo das receitas de capital consta do quadro seguinte, tendo sido mais acentuado ao nível das "Passivos Financeiros", com 53,71% (+€ 704.858,77) e "Venda de bens de Investimento", com 3,89% (+€ 51.162,76), contrariamente as sub-rubricas "Transferências de Capital" e "Outras Receitas de Capital", registaram um decréscimo de 34,65% (-€ 454.850,72) e 0,05% (-€ 650,00) respetivamente.

Quadro n.º 3 – Acréscimo de receitas de capital

RUBRICAS	%
Venda de Bens de Investimento	+3,89
Transferências de Capital	-34,65
Passivos Financeiros	+53,71
Outras Receitas de Capital	-0,05

I – 1-3 – Outras Receitas

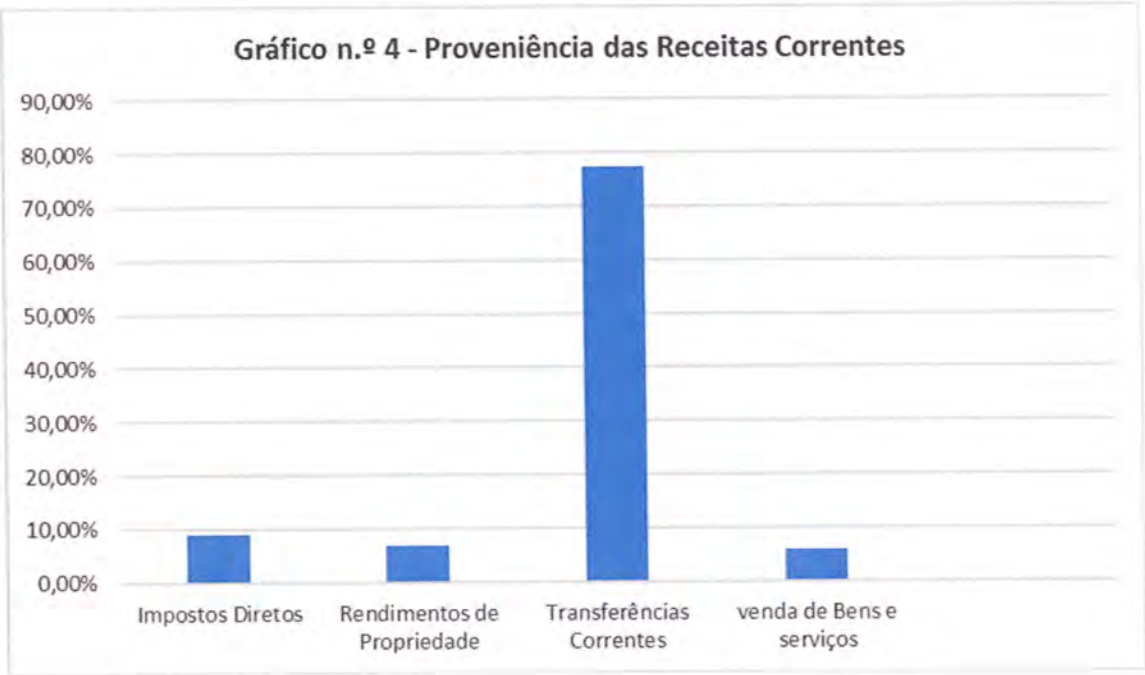
Em 2013 a rubrica "Outras Receitas", designadamente, "Saldo da Gerência Anterior", não foi objeto de movimento contabilístico, em virtude de apresentar valores negativos (-€ 295.294,59).

I – 1-4 – RESUMO DAS RECEITAS

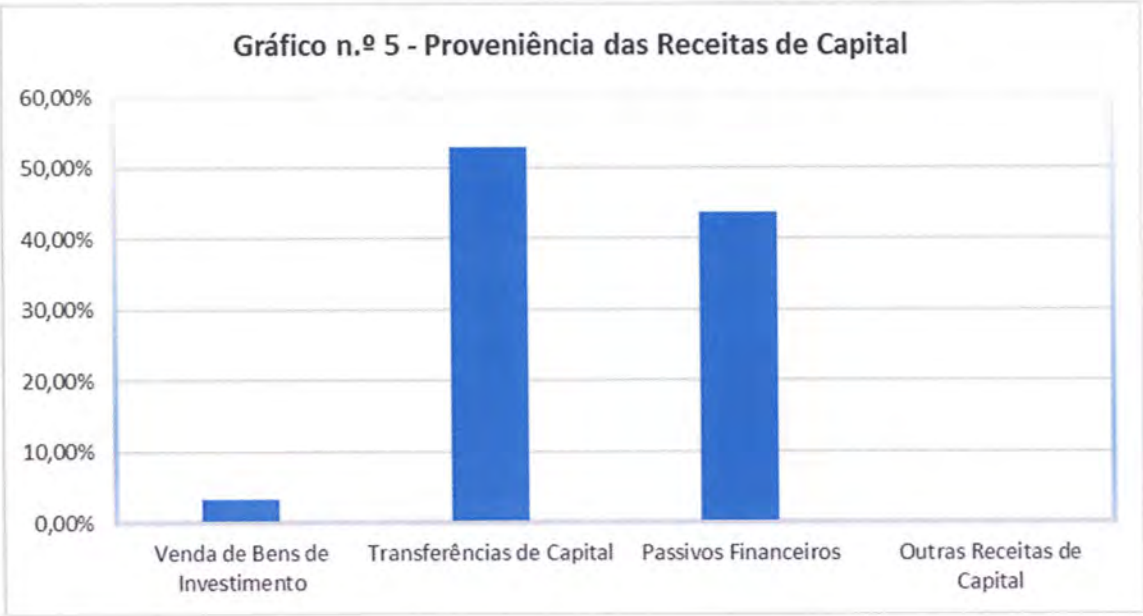
Por último, temos que as receitas correntes em 2013, não conseguiram cobrir as despesas correntes, pois estas últimas foram no valor global de € 5.494.539,71, sendo as receitas correntes no valor de € 4.701.934,02, ou seja, foi necessário utilizar € 792.605,69 de receitas de capital, para cobrir os montantes suportados com a despesas de funcionamento da Autarquia, nomeadamente as despesas relacionadas com o "Pessoal" e com a "Aquisição de Bens e Serviços".

No cômputo geral das receitas correntes, continua a verificar-se que ao longo dos últimos anos, são as "transferências Correntes", com cerca de 77,42%, os "Impostos Diretos", com 9,02%, os "Rendimentos de Propriedade", com 6,89% e a "Venda de Bens e Serviços", com 5,94% que apresentam maior peso, no total das receitas correntes. As restantes rubricas com cerca de 0,73%, apresentam valores em termos absolutos de pouca relevância.

O gráfico que se segue elucida bem o peso das receitas correntes.



Ao nível das receitas de capital são as "Transferências de Capital", com 52,86%, os "Passivos Financeiros", com 43,70%, a "Venda de Bens de Investimento", com 3,29% e as "Outras Receitas Correntes", com 0,15% que absorvem a totalidade das receitas de capital, tal como resulta do gráfico seguinte:



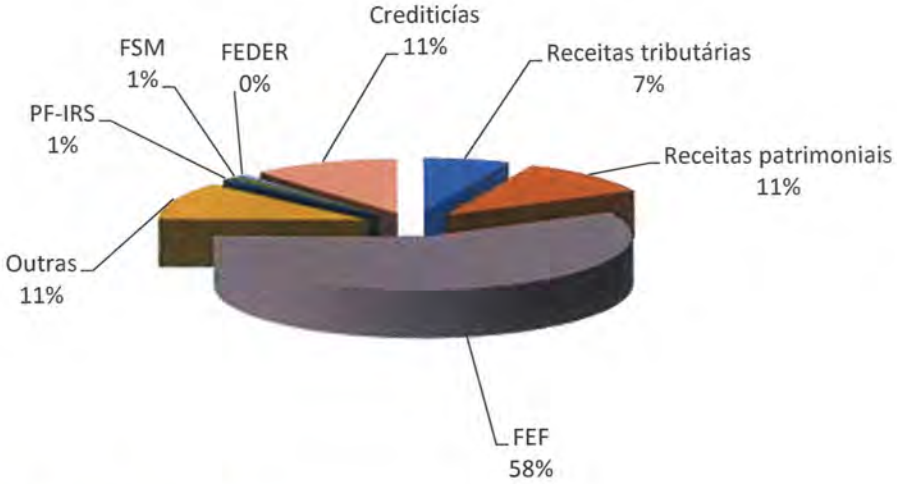
I – 1-5 – RECEITAS SEGUNDO O TIPO DE FINANCIAMENTO - 2013

Quadro n.º 4

RECEITAS SEGUNDO O TIPO DE FINANCIAMENTO

DESIGNAÇÃO	2012		2013	
	VALOR €		VALOR €	
	Q	%	Q	%
RECEITAS PRÓPRIAS				
Receitas tributárias	258.478,48	5,34%	424.003,60	6,71%
Receitas patrimoniais	555.956,56	11,49%	693.367,10	10,98%
SUB-TOTAL	**814.435,04**	**16,83%**	**1.117.370,70**	**17,69%**
TRANSFERÊNCIAS				
FEF	3.257.109,00	67,29%	3.659.379,70	57,95%
FSM	57.796,00	1,19%	57.796,00	0,92%
PF-IRS	40.274,00	0,83%	40.274,00	0,64%
Outras	606.323,37	12,53%	706.323,14	11,19%
SUB-TOTAL	**3.961.502,37**	**81,85%**	**4.463.772,84**	**70,69%**
RECEITAS CREDITÍCIAS			**704.858,77**	**11,16%**
COOPERAÇÃO FINANCEIRA				
FEDER	64.217,94	1,33%	28.848,62	0,46%
Contratos-programa				
FSE		0,00%		0,00%
SUB-TOTAL	**64.217,94**	**1,33%**	**28.848,62**	**0,46%**
TOTAL	**4.840.155,35**	**100,00%**	**6.314.850,93**	**100,00%**

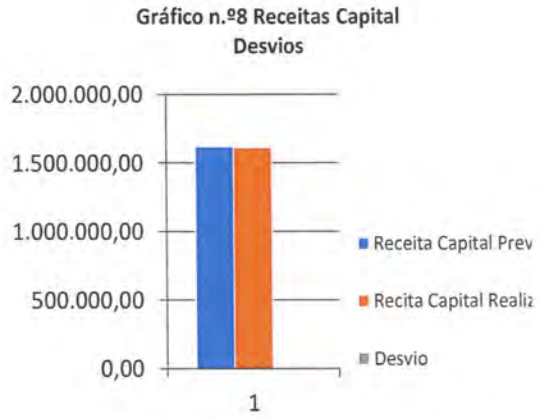
Gráfico n.º 6 - Receitas Segundo o Tipo de Financiamento



I – 1-6 – RECEITA 2013 – DESVIOS

Quadro n.º 5 - Desvios da Receita

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIAÇÃO	
			Q	%
RECEITAS CORRENTES				
Impostos Directos	312.250,00	424.003,60	-111.753,60	-35,79%
Impostos Indirectos	5.350,00	16.389,10	-11.039,10	-206,34%
Taxas, Multas e Penalidades	15.400,00	9.878,89	5.521,11	35,85%
Rendimentos de Propriedade	292.000,00	324.178,82	-32.178,82	-11,02%
Transferências Correntes				
FEF	2.605.687,00	2.806.817,85	-201.130,85	-7,72%
FSM	57.796,00	57.796,00	0,00	0,00%
PF-IRS	40.274,00	40.274,00	0,00	0,00%
Outras	709.873,00	735.171,76	-25.298,76	-3,56%
Venda de Bens	134.800,00	91.364,95	43.435,05	32,22%
Venda de Serviços	218.000,00	181.782,68	36.217,32	16,61%
Rendas e Alugueres	23.000,00	6.118,67	16.881,33	73,40%
Outras Receitas Correntes	4.089.612,00	8.157,70	4.081.454,30	99,80%
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**8.504.042,00**	**4.701.934,02**	**3.802.107,98**	**44,71%**
RECEITAS DE CAPITAL				
Venda de Bens de Investimento	10.000,00	53.071,29	-43.071,29	-430,71%
Transferências Capital				
FEF	651.422,00	852.561,85	-201.139,85	-30,88%
Outras	5.000,00		5.000,00	100,00%
Passivos Financeiros	704.860,00	704.858,77		
Empréstimos de curto prazo			0,00	
Outras Receitas de Capital	247.446,00	2.425,00	245.021,00	99,02%
TOTAL DAS RECEITAS DE CAPITAL	**1.618.728,00**	**1.612.916,91**	**5.811,09**	**0,36%**
OUTRAS RECEITAS				
TOTAL OUTRAS RECEITAS				
RECEITA TOTAL	**10.122.770,00**	**6.314.850,93**	**3.807.919,07**	**37,62%**

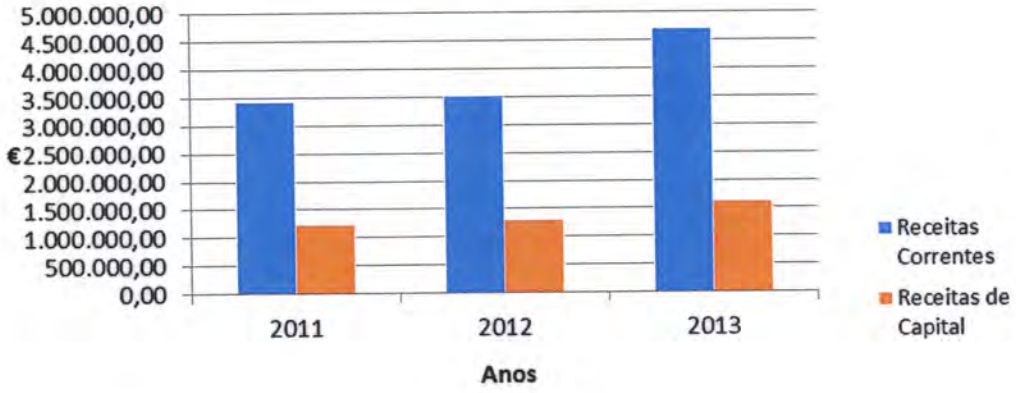


I – 1-7 – EVOLUÇÃO DA RECEITA - 2013

Quadro n.º 6 - Evolução da Receita

DESIGNAÇÃO	2011	2012	2013	Variação 13/12	
				q	%
RECEITAS CORRENTES					
Impostos Directos	244.145,54	258.478,48	424.003,60	165.525,12	64,04
Impostos Indirectos	1.839,15	2.184,50	16.389,10	14.204,60	650,24
Taxas, Multas Penalidades	10.040,89	7.551,49	9.878,89	2.327,40	30,82
Rendimentos de Propriedade	196.190,66	251.760,39	324.178,82	72.418,43	28,76
Transferências Correntes					
FEF	1.901.152,23	1.954.265,00	2.806.817,85	852.552,85	43,63
FSM	60.872,00	57.796,00	57.796,00	0,00	0,00
PF-IRS	38.421,00	40.274,00	40.274,00	0,00	0,00
Outros	669.665,93	665.972,74	735.171,76	69.199,02	10,39
Venda de Bens	93.940,26	95.284,19	91.364,95	-3.919,24	-4,11
Venda de Serviços	184.200,66	182.856,22	181.782,68	-1.073,54	-0,59
Rendas	4.532,06	5.381,16	6.118,67	737,51	13,71
Outras Receitas Correntes	15.633,51	5.955,08	8.157,70	2.202,62	36,99
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES	**3.420.633,89**	**3.527.759,25**	**4.701.934,02**	**1.174.174,77**	**33,28**
RECEITAS DE CAPITAL					
Venda de Bens de Investimento	14.843,62	1.908,53	53.071,29	51.162,76	2680,74
Transferências de Capital					
FEF	1.215.690,00	1.307.412,57	852.561,85	-454.850,72	-34,79
Outros					
Passivos Financeiros					
Empréstimos Curto prazo					
Empréstimos Médio Longo Prazo			704.858,77		
Outras Receitas Capital		3.075,00	2.425,00	-650,00	
TOTAL DAS RECEITAS CAPITAL	**1.230.533,62**	**1.312.396,10**	**1.612.916,91**	**300.520,81**	**22,90**
OUTRAS RECEITAS					
TOTAL OUTRAS RECEITAS					
RECEITA TOTAL	**4.651.167,51**	**4.840.155,35**	**6.314.850,93**	**1.474.695,58**	**30,47**

Gráfico n.º 9 - Evolução das Receitas



I – 2 - DESPESA

Relativamente à componente Despesa, esta registou um montante global de € 6.394.302,33, repartido da seguinte forma:

→ Despesa Corrente: € 5.494.539,71

→ Despesa de Capital: € 899.762,62

As despesas tiveram um acréscimo entre 2012 e 2013, quer a componente relacionada com as despesas correntes, quer a componente relacionada com as despesas de capital, tendo ambas as componentes em 2013, aumentado. No entanto, em termos contabilísticos apenas está refletida a despesa paga, considerando que o valor de € 704.858,77, correspondente à receita do empréstimo de médio e longo prazo (PAEL) liquidou compromissos assumidos á data de 30 de novembro de 2011, logo a despesa paga reflete esse mesmo valor, existem ainda no entanto € 2.188.204,70 de faturas processadas e não pagas, por falta de disponibilidade de Tesouraria.

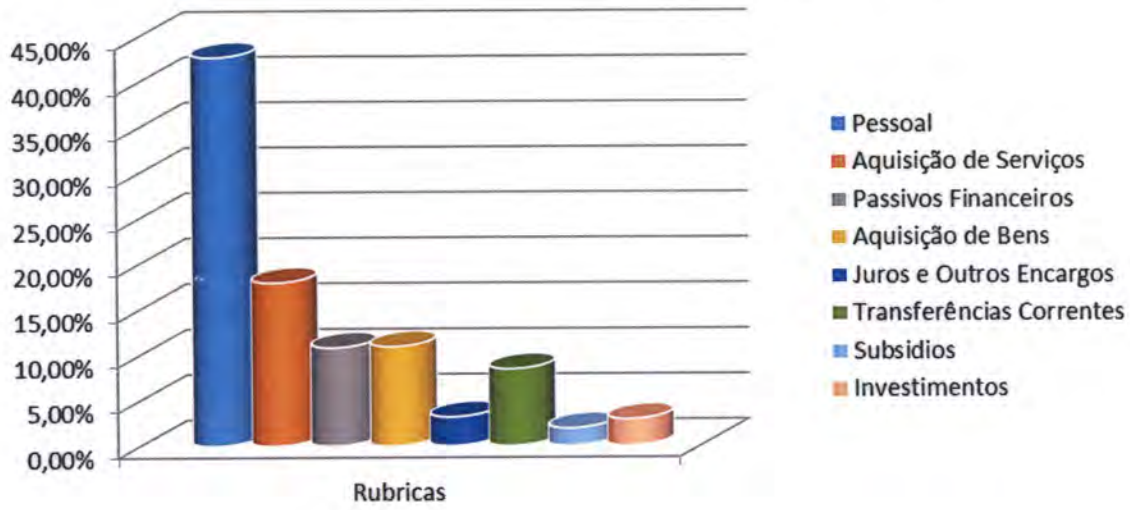
No total da despesa, constata-se que são as despesas com "Pessoal", € 2.737.282,90, a componente com maior peso, ou seja representa 42,81% da mesma, seguindo-se as seguintes rubricas:

Quadro n.º 7 – Despesas mais relevantes

RUBRICA	IMPORTÂNCIA	%
Aquisição de Serviços	1.089.805,36 €	17,94
Aquisição de Bens	699.594,27 €	10,94
Passivos Financeiros	691.572,89 €	10,82
Transferências Correntes	540.517,47 €	8,45
Juros e Outros Encargos	203.230,65 €	3,18
Aquisição de Bens de Capital	186.043,82 €	2,91
Subsídios	122.486,90€	1,92

As restantes rubricas representam cerca de 1,87% da referida despesa.
Para melhor compreensão, apresenta-se, seguidamente, um gráfico com o valor relativo de cada uma das principais rubricas da despesa.

Gráfico n.º 10 - Peso da Despesa por Rubricas



I – 2-1 - Despesas Correntes

Nas despesas com *pessoal*, estão incluídas as remunerações dos órgãos autárquicos, dos funcionários municipais e do pessoal em regime de tarefa ou avença. Estão ainda incluídos todos os encargos relacionados com suplementos remuneratórios e os encargos inerentes à Segurança Social. Relativamente a esta área é conveniente salientar que os gastos com o pessoal, na Autarquia de Mourão, como em qualquer outra organização, têm um peso importante, pois constitui uma das despesas necessárias ao funcionamento da Autarquia e ao desempenho da sua atividade. Apresentaram em 2013, um valor de € 2.737.282,90, registando um aumento de 6,27% (+€ 161.540,82), face aos valores apresentados em 2012, deveu-se essencialmente ao pagamento do Subsídio de Férias aos funcionários da Autarquia, conforme acórdão do Tribunal Constitucional, continuou a verificar-se que no decorrer do ano de 2013 se procedeu á redução dos Abonos Variáveis ou Eventuais, nomeadamente: Horas extraordinárias e Ajudas de Custo, de salientar ainda que por falta de disponibilidade financeira, não foram pagos todos os encargos obrigatórios á CGA (Caixa Geral de Aposentações), e IGFSS (Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social – Regime Geral), no valor de € 431.250,07 e € 112.883,33 respetivamente. As despesas com o pessoal representam 49,82% das despesas correntes e 42,65% do total da despesa.

A despesa com a *Aquisição de Bens* foi de € 699.594,27 registou um acréscimo de 98,25% (+€ 346.710,03), face aos valores de 2012. Esta rubrica representa 12,73% na estrutura das despesas correntes e 10,94% no total da despesa. O desvio verificado em relação ao Orçamento foi 57,96% (-€ 964.505,73).

A rubrica *Aquisição de Serviços,* teve na gerência em análise um valor de € 1.089.805,36 registou um acréscimo de 58,22% (+€ 455.298,59) face a 2012. Esta rubrica representa 19,83% das despesas correntes e 17,04% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 45,07% (-€ 894.144,64).

Em 2013 os *Juros e Outros Encargos* registaram um valor de € 203.230,65, verificando-se um decréscimo de 11,20% (-€ 25.636,77) relativamente a 2012. Esta rubrica, agrega os *Juros de empréstimos de médio longo prazo*, cujo total ascendeu a € 116.331,53, menos 30,21% (-€ 69.145,60) do que em 2012, *Outros Juros*, cujo valor ascendeu a € 86.815,12, mais 19,02% (€ 43.533,83) e *Outros Encargos Correntes da Dívida Pública*, com o valor de € 84,00, menos 0,01% (€ 25,00). O seu peso nas despesas correntes é de 3,70% e de 3,18% nas despesas totais. Esta rubrica registou face à previsão orçamental, um desvio de 42,83% (€ 152.261,35).

As *Transferências Correntes* em 2013 ascenderam a € 540.517,47, mais 139,19% (€ 314.537,61) do que em 2012, o peso desta despesa é essencialmente destinado ás Sub-rubricas "*Administração Local – Associações de Municípios*", cujo valor pago em 2013, inclui as Contribuições e diversos projetos protocolados com a CIMAC, ascendeu a € 255.710,29, mais 103,51% (€ 233.903,36) e "*Instituições Sem Fins Lucrativos*", com um valor pago de € 267.200,00, mais 41,08% (€ 92.840,00), cuja finalidade visou o apoio a Instituições públicas de carácter social, desportivo e recreativo, com variação negativa, comparativamente a 2012 verificaram-se as seguintes Sub-rubricas: "Estado" com menos 0,95% (-€ 2.140,54) e "Freguesias" com menos 4,45% (-€ 10.065,21). As transferências correntes correspondem a 9,84% das despesas correntes e a 8,45% das despesas totais. O desvio relativamente à previsão orçamental foi de 24,39% (-€ 174.332,53).

A rubrica *Subsídios,* registou em 2013 um valor de € 122.486,90, verificando-se um acréscimo de 211,13% (+€ 83.118,80), face a 2012, em virtude da redução do pessoal abrangido pelos "Contrato Emprego – Inserção" e "Contrato Emprego – Inserção +" (anteriormente denominado de POC,S, subsidiários e carenciados). São beneficiários destes Contratos, os desempregados inscritos nos Centros de Emprego e titulares:

a) Subsídio de desemprego ou do subsídio social de desemprego, designados desempregados subsidiados.

b) Do Rendimento Social de Inserção.

Estes projetos de trabalho socialmente necessário, não podem ter uma duração superior a doze meses.

No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção", os seus utentes auferem de uma bolsa mensal de 20% da prestação mensal de desemprego ou de 20% do indexante dos apoios sociais (caso se trate de subsidio social de desemprego), pagamento este da responsabilidade da entidade promotora – Câmara Municipal de Mourão. Portanto, caso o utente aufira subsídio de desemprego, o valor da bolsa varia, consoante o montante desse mesmo subsídio.

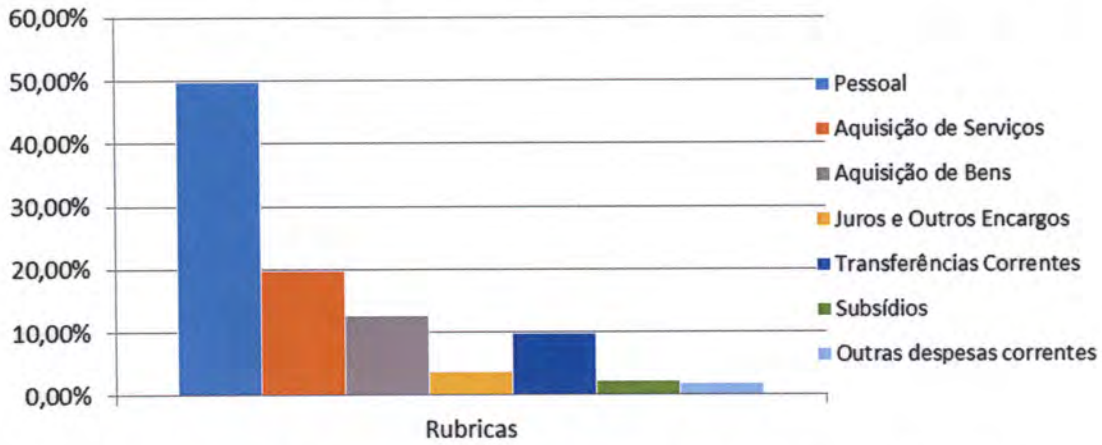
No que diz respeito à medida "Contrato Emprego – Inserção +", os encargos com a remuneração mensal do desempregado, são comparticipados pelo IEFP a 80%, durante todo o projecto, ficando a restante percentagem 20%, a cargo da Câmara Municipal de Mourão. Estas despesas representam 2,23% das despesas correntes e 1,92% das despesas totais. O desvio face ao Orçamento foi de 9,67% (-€ 13.113,10).

As *Outras Despesas Correntes,* ascenderam em 2013 a € 101.622,16, diminuíram 20,84% (-€ 26.755,58), face a 2012. Correspondem a 1,85% das despesas correntes e a 1,59% do total da despesa. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 26,07% (-€ 35.827,84).

Relativamente às despesas Correntes, constatamos que é a rubrica de "Pessoal" que representa cerca de 49,82% do total, apresentando um valor superior a € 2.500.000,00, logo seguida pela "Aquisição de Serviços", com € 1.089.805,36 ou seja 19,83%, seguindo-lhe a "Aquisição de Bens", com € 699.594,27 e 12,73%, e a rubrica "Transferências Correntes" com € 540.517,47 e 9,84%, por fim a rubrica "Juros e Outros Encargos", com € 203.230,65 e 3,70%.

As restantes rubricas representam 4,08% do total da despesa corrente, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme se pode observar no gráfico que se segue.

Gráfico n.º 11 - Peso das Despesas Correntes por Rubricas

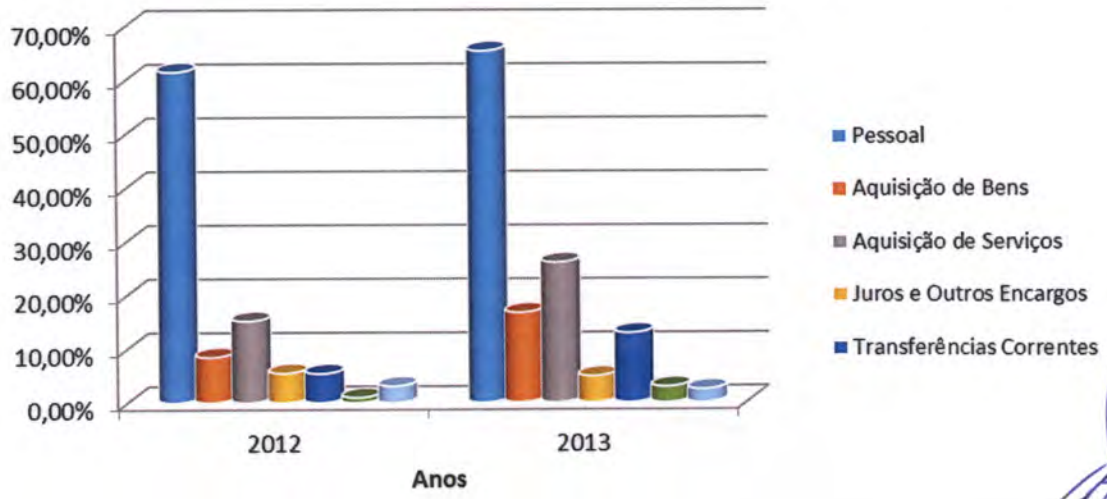


A variação percentual das referidas rubricas, no cômputo geral das despesas correntes, apresenta um acréscimo de 31,27%, (+€ 1.308.813,50), face ao ano de 2012, repartido: 3,86% (+€ 161.540,82) nas despesas com o *"Pessoal"*, 19,16% (+€ 802.008,62) na *"Aquisição de Bens e Serviços"*, 7,51% (+€ 314.537,61) nas *"Transferências Correntes"* e 1,99% (+€ 83.118,80) nos *"Subsídios"*. Em contrapartida as rubricas *"Juros e Outros Encargos*, e "Outras Despesas Correntes" registaram um decréscimo de 0,61% (-€ 25.636,77) e 0,64% (-€ 26.755,58) respetivamente.

No ano de 2013 ficaram por liquidar relativamente a estas rubricas 27,56% de encargos assumidos.

O Gráfico seguinte demonstra, o decréscimo verificado nas despesas correntes, relativamente a 2012:

Gráfico n.º 12 - Comparação das Despesas Correntes



I - 2-2 - Despesas de Capital

As despesas de Capital, em 2013 ascenderam a € 899.762,62, verificou-se um acréscimo de 79,71% (+€ 399.089,83) face a 2012. Relativamente à previsão orçamental verificou-se um desvio de 44,42% (-€ 718.965,38). Este tipo de despesa corresponde a 14,07% do total das despesas.

A despesa efectuada com a *Aquisição de bens de capital,* foi de € 186.043,82. Face aos valores de 2012, registou um aumento de 78,01% (+€ 81.529,83), repartido pelas seguintes rúbricas: 87,23% (+€ 91.157,99), nas "Construções Diversas", devido essencialmente ao pagamento da Revisão de Preços relativa á obra *Construção da circular Sul a Mourão no valor de* € 51.641,41 e *Beneficiação de parte do CM 1135*, no valor de € 20.202,98, importâncias suportadas pelo Fundo de Regularização Municipal e PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), 9,56% (+€ 10.000,00), nos "Terrenos", 2,24% (+€ 2.341,85), nas "Ferramentas e Utensílios" e 0,11% (+€ 118,48) no "Equipamento Administrativo". Em contrapartida as rubricas "Material de Transporte", "Equipamento Informático" e "Equipamento Básico", registaram um decréscimo de 9,06% (-€ 9.466,28), 2,73% (-€ 2.861,95) e 9,34% (-€ 9.760,26) respetivamente. Para a estrutura das despesas de capital esta despesa corresponde a 20,68% e para o total das despesas corresponde a 2,91%.

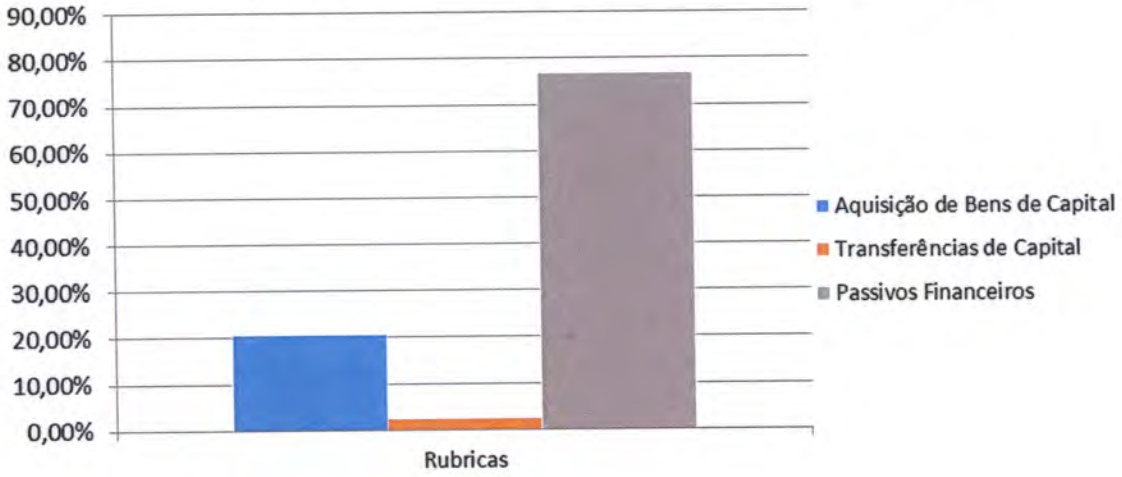
No ano financeiro de 2013, a rubrica "*Transferências de Capital",* registou um valor de € 22.145,91, que correspondeu ao apoio financeiro concedido á CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, no âmbito do projetos SAMA I e EGOVA 2010 – Modernização Administrativa. O peso desta rubrica na estrutura das despesas de capital é de 2,46% e de 0,35% no total das despesas.

Relativamente aos *Passivos Financeiros* em 2013, o seu valor ascendeu a € 691.572,89, resultou das amortizações dos empréstimos de médio e longo prazo, verificou-se um aumento de 79,34% (+€ 305.955,18), comparativamente a 2012, devido a ter-se iniciado a amortização no valor de € 410.809,58 do empréstimo de médio e longo prazo, relativo ao Saneamento Financeiro - BPI. O seu peso na despesa de capital é de 76,86% e de 14,07% no total da despesa. Relativamente á previsão orçamental verifica-se um desvio de 19,89% (-€ 171.683,11).

As rubricas "Passivos Financeiros", com € 691.572,89, representando cerca de 76,86% do valor total das despesas de capital e "Aquisição de Bens de Capital", com € 186.043,82, representando cerca de 20,68%, absorvem 97,54% do registo desta despesa, as restantes rubricas representam 2,46% do total da despesa de

capital, tendo pouco significado em termos de valor absoluto, conforme é demonstrado no gráfico que se segue.

Gráfico n.º 13 - Peso das Despesas de Capital por Rubricas



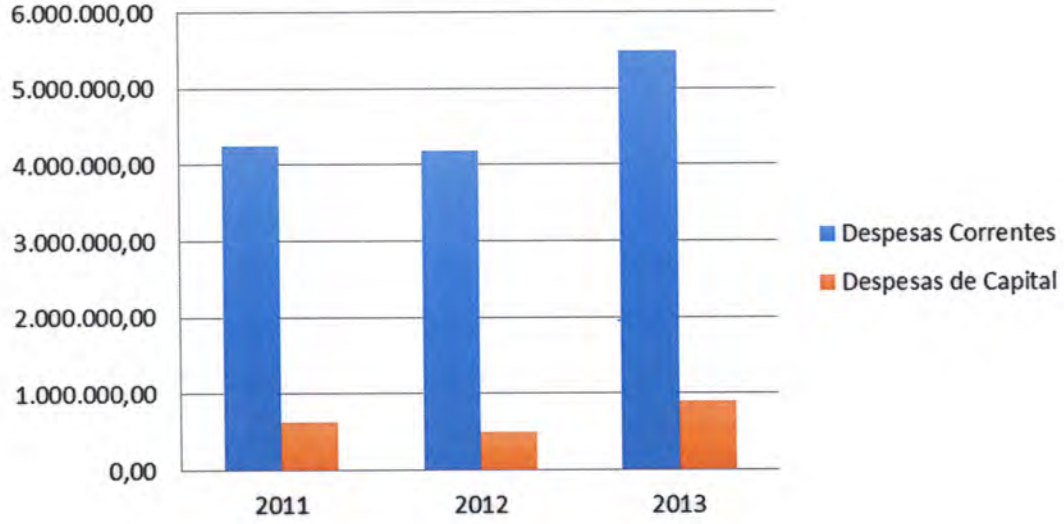
I – 2-3 – EVOLUÇÃO DA DESPESA - 2013

Quadro n.º 8 - Evolução da Despesa

DESIGNAÇÃO	2011	2012	2013	Variação 13/12	
				q	%
DESPESAS CORRENTES					
Pessoal	2.813.151,11	2.575.742,08	2.737.282,90	161.540,82	6,27
Aquisição de Bens	327.467,60	352.884,24	699.594,27	346.710,03	98,25
Aquisição de Serviços	545.658,82	634.506,77	1.089.805,36	455.298,59	71,76
Juros e Outros encargos	230.548,34	228.867,42	203.230,65	-25.636,77	-11,20
Transferências Correntes	134.029,48	225.979,86	540.517,47	314.537,61	139,19
Subsídios	101.490,42	39.368,10	122.486,90	83.118,80	211,13
Outras despesas correntes	102.736,11	128.377,74	101.622,16	-26.755,58	-20,84
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	**4.255.081,88**	**4.185.726,21**	**5.494.539,71**	**1.308.813,50**	**31,27**
Aquisição de Bens de Capital	155.026,31	104.513,99	186.043,82	81.529,83	78,01
Transferências de Capital		10.541,09	22.145,91	11.604,82	
Ativos Financeiros					
Passivos Financeiros	470.422,34	385.617,71	691.572,89	305.955,18	79,34
Empréstimos a Curto Prazo				0,00	
Empréstimos Médio Longo Prazo				0,00	
TOTAL DAS DESPESAS CAPITAL	**625.448,65**	**500.672,79**	**899.762,62**	**399.089,83**	**79,71**
DESPESA TOTAL	**4.880.530,53**	**4.686.399,00**	**6.394.302,33**	**1.707.903,33**	**36,44**

O gráfico seguinte demonstra, a evolução das despesas correntes e de capital ao longo dos últimos três anos:

Gráfico n.º14 Evolução das Despesas

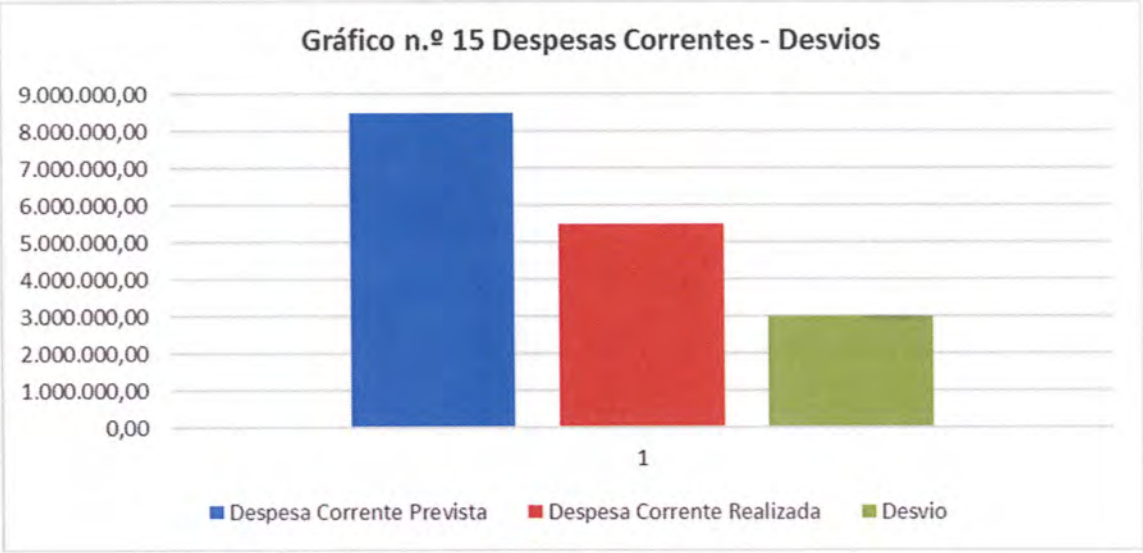


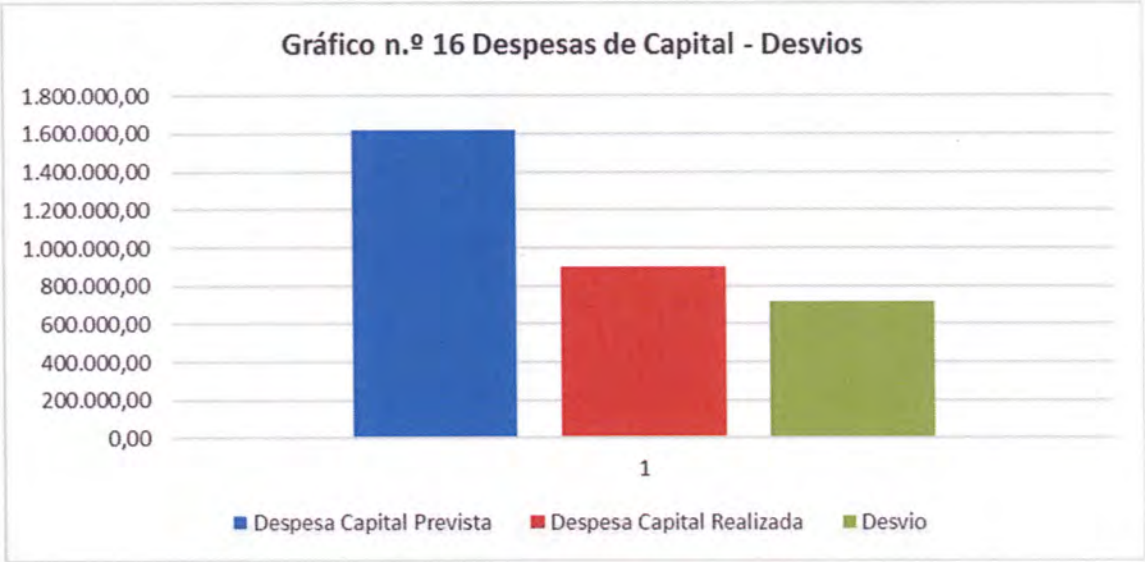
I – 2-4 – DESPESA 2013 – DESVIOS

Quadro n.º 9 - Desvios da Despesa

DESIGNAÇÃO	PREVISTA	REALIZADA	VARIAÇÃO	
			Q	%
DESPESAS CORRENTES				
Pessoal	3.512.600,00	2.737.282,90	775.317,10	22,07%
Aquisição de Bens	1.664.100,00	699.594,27	964.505,73	57,96%
Aquisição de Serviços	1.983.950,00	1.089.805,36	894.144,64	45,07%
Juros e Outros Encargos	355.492,00	203.230,65	152.261,35	42,83%
Transferências Correntes	714.850,00	540.517,47	174.332,53	24,39%
Subsídios	135.600,00	122.486,90	13.113,10	9,67%
Outras Despesas Correntes	137.450,00	101.622,16	35.827,84	26,07%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	**8.504.042,00**	**5.494.539,71**	**3.009.502,29**	**35,39%**
DESPESAS DE CAPITAL				
Aquisição de Bens de Capital	656.422,00	186.043,82	470.378,18	71,66%
Transferências de Capital	99.050,00	22.145,91	76.904,09	77,64%
Passivos Financeiros	863.256,00	691.572,89	171.683,11	19,89%
Outras Despesas Capital				
TOTAL DAS DESPESAS DE CAPITAL	**1.618.728,00**	**899.762,62**	**718.965,38**	**44,42%**
DESPESA TOTAL	**10.122.770,00**	**6.394.302,33**	**3.728.467,67**	**36,83%**

Os gráficos que se seguem, demonstram os desvios verificados, nas despesas correntes e de capital, relativamente à previsão do Orçamento.





1 – 2-5 – Grau de cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes e das Despesas de Capital pelas Receitas de Capital

Quadro n.º 10 Grau de Cobertura das Despesas Correntes pelas Receitas Correntes e das Despesas de Capital pelas Receitas de Capital

	2010	2011	2012	2013
Receitas Correntes	3.553.803,90 €	3.420.633,89 €	3.527.759,25 €	4.701.934,02 €
Despesas Correntes	5.201.626,66 €	4.255.081,88 €	4.185.726,21 €	5.494.539,71 €
Saldo	-1.647.822,76 €	- 834.447,99 €	- 657.966,96 €	- 792.605,69 €
%	68,3%	80,39%	84,28%	85,57%
Receitas de Capital	2.125.503,06 €	1.230.533,62 €	1.312.396,10 €	1.612.916,91 €
Despesas de Capital	890.097,33 €	625.448,65 €	500.672,79 €	899.762,62 €
Saldo	1.235.405,73 €	605.084,97 €	811.723,31 €	- 713.154,29 €
%	238,79%	196,74%	262,13%	179,26%

Do ponto de vista do grau de cobertura das despesas correntes com as receitas correntes, verifica-se que longo dos últimos quatro anos, não foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental, em virtude de as receitas correntes serem insuficientes para financiar as despesas correntes, estando estas a ser financiadas pelas receitas de capital.

I - 3 – RESUMO

Em jeito de conclusão, podemos constatar que a Autarquia viu o seu Orçamento executado a 55,29%, no que respeita às receitas correntes e a 64,61% no que respeita às despesas correntes. No que se refere às receitas e despesas de capital a execução foi de 99,64% e 55,58%, respetivamente.

Em 2013-12-31, as disponibilidades totais eram de € 37.881,53, sendo € -295.294,59, de operações orçamentais e € 333.176,12 de operações não orçamentais.

I - 4 – ENDIVIDAMENTO

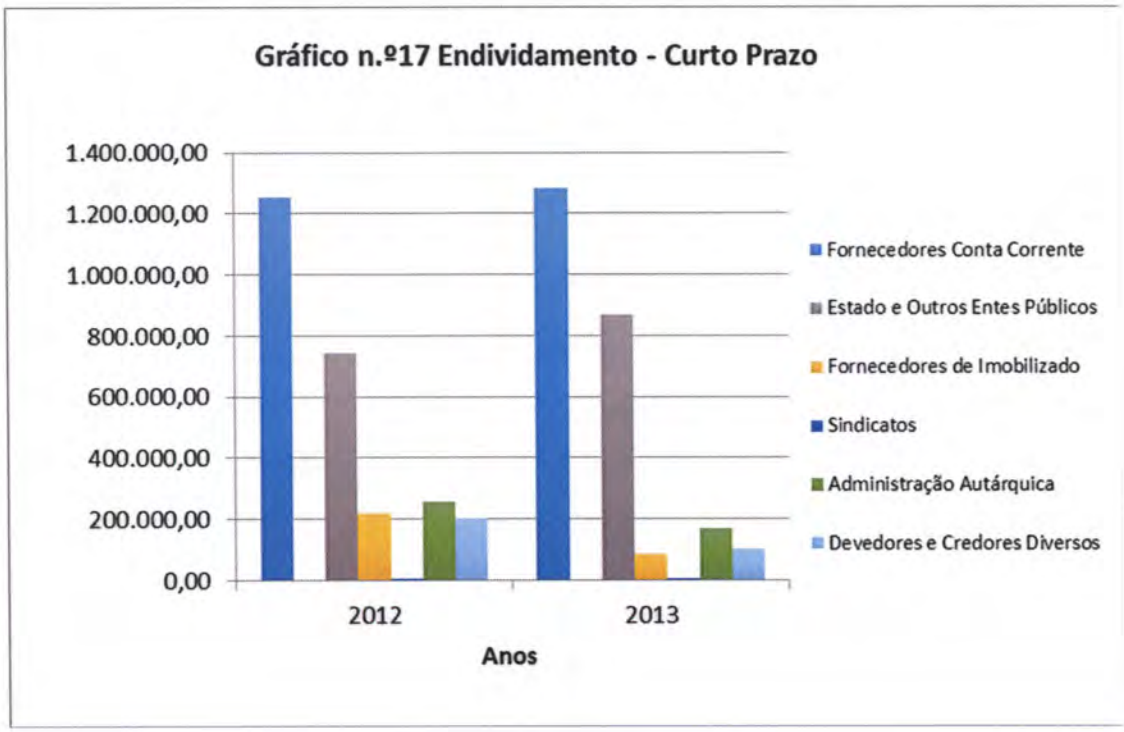
I – 4-1 – Dívida a Terceiros

A Dívida de Curto Prazo ascende a € 2.510.489,33 e resulta de: Dívida a Terceiros, conforme é demonstrado no quadro seguinte:

Quadro n.º 11 – Dívida a Terceiros - Curto prazo (€)

DESIGNAÇÃO	IMPORTÂNCIA	%
Fornecedores c/corrente	1.299.507,93	51,76
Estado e Outros Entes Públicos	884.266,88	35,22
Fornecedores de Imobilizado	57.048,53	2,28
Sindicatos	750,50	0,03
Administração Autárquica	168.001,88	6,70
Devedores e Credores diversos	100.913,62	4,01
TOTAL	**2.510.489,33**	**100,00**

Comparativamente ao ano de 2012, houve um decréscimo de 16,78% (-€ 504.706,06), conforme é demonstrado no seguinte gráfico:



I – 4-2 – Dívida de Terceiros

O quadro n.º 13, apresenta os valores em dívida de Terceiros, para com a Autarquia de Mourão, e a sua evolução nos últimos dois anos.

Quadro n.º 12 – Dívida de Terceiros – Curto Prazo (€)

2012	2013
3.954.351,27	3.978.884,86

O montante relativo às dívidas de terceiros à Autarquia de Mourão, corresponde às comparticipações dos Fundos Comunitários para financiamento dos seguintes projetos: "Beneficiação de Parte da Estrada n.º 518, Caminho Municipal n.º 1133 e n.º 1135", "Festival Terras do Sol", no valor total de € 37.687,75 e Rendas devidas por parte da EDIA e EDP, ao abrigo do n.º 1 do Decreto-Lei n.º 424/83, por o Município se encontrar na zona de influência da Central Hidroelétrica de Alqueva, desde 1996 até 2011, cujo valor apurado corresponde a € 2.197.252,00.

A dívida de Clientes c/c e Contribuintes c/c representa € 11.115,49, e corresponde a cobranças a decorrer dentro do prazo, relativas ao fornecimento de água, tratamento de efluentes e recolha de resíduos sólidos.

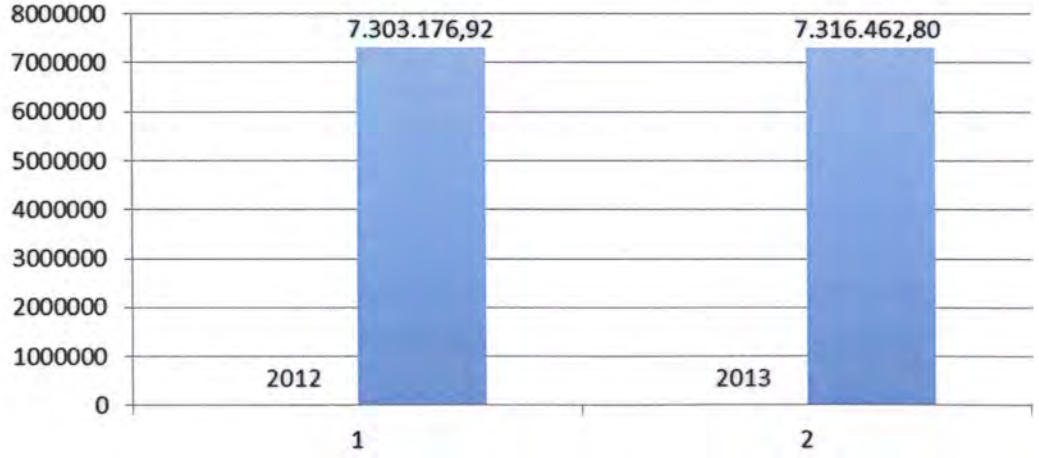
A dívida de Clientes, Contribuintes e Utentes de cobrança duvidosa ascende a € 1.716.119,03, e corresponde a fornecimento de água, tratamento de efluentes, recolha de resíduos sólidos e rendas patrimoniais. As provisões para cobranças duvidosas, foram reforçadas em € 9.732,86.

Em 31 de Dezembro de 2013, existia IVA a recuperar no montante de € 16.710,59.

I – 4-3 – Dívida de Médio e Longo Prazo

Relativamente ao endividamento de Médio e Longo prazo, o aumento foi de 0,18% (+€ 13.285,88), apesar de no respetivo ano financeiro se ter procedido ao início da amortização do empréstimo de Saneamento Financeiro, contratado em 2009, no valor de € 410.808,95 foi também objeto de registo contabilístico a entrada da 1.ª Tranche, no valor de € 704.858,77 relativa ao Contrato de empréstimo de Médio e Longo Prazo, celebrado com o Estado Português – PAEL (Plano de Apoio à Economia Local), o qual tem por objeto a regularização de dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, registadas na Direção-Geral das Autarquias Locais relativas a 31 de março de 2012. O seguinte gráfico demonstra a evolução do endividamento de Médio e longo Prazo:

Gráfico n.º18 Endividamento - Médio e Longo Prazo



A Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), estabelece os princípios orientadores em matéria de endividamento autárquico, definindo o conceito de endividamento e o modelo de apuramento dos limites.

1 – 4–4 - Verificação do limite ao endividamento de Emp. de Curto Prazo

O montante dos contratos de empréstimos a Curto Prazo e de aberturas de crédito não pode exceder, em qualquer momento do ano 10% da soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da Participação no IRS, referido na Lei das Finanças Locais – alínea e) do n.º 1 do artigo 19.º, da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro, da derrama e da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local, relativas ao ano anterior.

No ano de 2013, o Município de Mourão, não recorreu a nenhum empréstimo de curto prazo.

O quadro n.º 13, demonstra a margem existente em 31 de Dezembro de 2013, para este tipo de empréstimo.

Quadro n.º 13 - Limite ao Endividamento de Curto Prazo

Apuramento da situação em 31/12/2013, face aos limites de curto prazo (€)		
Limite Endividamento de Curto Prazo	Empréstimos contraídos até 31/12/2012	Margem
354.451,36	0,00	354.451,36

1 – 4-5 -Verificação do limite ao endividamento de Médio e Longo Prazo

Para o limite geral dos empréstimos a Médio e Longo Prazo, o montante em divida não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, o somatório das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da participação nos resultados das entidades do setor empresarial local e da Derrama, relativos ao ano anterior.

Em 31 de Dezembro de 2013, o município apresenta um excesso, no valor de € 3.415.673,84 para endividamento de empréstimos de Médio e Longo Prazo, conforme se demonstra no quadro n.º 14.

Quadro n.º 14 - Limite ao Endividamento de Médio e Longo Prazo

A	B	C	D=A-B
Limite Endividamento de Médio e longo Prazo	Empréstimos não Excepcionados de médio e Longo prazo em 31/12/2011	Empréstimos Excepcionados em 31/12/2011	Excesso
3.544.513,61	6.960.187,45	356.275,35	3.415.673,84

1 – 4-6 - Verificação do Limite ao endividamento Líquido municipal para 2013

O endividamento líquido municipal, compatível com o conceito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira, as dívidas a fornecedores e a soma dos activos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros.

Para o cálculo deste limite, relevam ainda os montantes de endividamento líquido e empréstimos das entidades em que o município participa (proporcionalmente á sua participação), nomeadamente as associações de municípios e o setor empresarial local.

Em conformidade com o disposto na alínea *a) e b)* do *artigo 98.º da Lei 66-B/2012 de 31 de dezembro,* em 31 de Dezembro de 2013, o valor do endividamento líquido de cada município, calculado nos termos da *Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis n.º 22-A/2007, de 29 de Junho, 67-A/2007, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de Abril, 55-A/2010, de 31 de dezembro, 64-B/2011, de 30 de dezembro e 22/2012, de 30 de maio,* não pode ser superior ao observado em 31 de Dezembro do ano anterior.

Para uma melhor análise é demonstrado no quadro n.º 15 os cálculos do endividamento líquido reportado a 31 de Dezembro de 2013, com base no endividamento líquido apurado em 31 de Dezembro de 2012.

Quadro n.º 15 - Limite ao Endividamento Líquido (€)

Demonstração da Posição do Endividamento Líquido verificado em 31 de Dezembro de 2012 (€)			
1	Total das Receitas a considerar para efeitos de cálculo de Limite Endividamento	3.544.513,61	
2	125% do Montante das Receitas consideradas	4.430.642,01	=(1)*1,25
3	Limite ao Endividamento Líquido	4.430.642,01	=(2)
4	Endividamento líquido considerado em 31 de Dezembro de 2012	7.734.282,00	
5	Excesso de Endividamento Líquido em 31 de Dezembro de 2012	3.303.639,99	=(3-4)
6	Endividamento Líquido considerado em 31 de Dezembro de 2013	7.568.450,00	
7	Margem de Endividamento Líquido em 31 de Dezembro de 2013	165.832,00	=(4-6)

1 – 4-7 - Verificação dos Limites de Encargos com Pessoal para 2013

O Decreto – Lei n.º 35/2009 de 23 de Outubro, que estabelece o regime jurídico da organização dos serviços das Autarquias Locais, revogou o Decreto – Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, o qual determinava que as despesas efetuadas com o pessoal do Quadro não poderiam ultrapassar 60% das receitas correntes do ano económico anterior ao respetivo exercício, sendo que as despesas com pessoal em Qualquer Outra Situação, não poderiam ultrapassar 25% dos 60% supracitados, ou seja 15% das receitas correntes arrecadadas no ano anterior. Ainda que o referido diploma legal tenha sido revogado, importa aferir sobre quais os limites de encargos com o pessoal, e de acordo com instruções do Tribunal de Contas, não tendo sido publicado até à data diploma que defina nova forma de cálculo, é aplicado o previsto no Decreto-Lei nº 116/84, de 6 de Abril.

Assim, conforme os quadros abaixo, quer as despesas com pessoal do Quadro quer com o pessoal em Qualquer Outra Situação, encontram-se dentro dos limites fixados. De salientar que o total dos encargos com pessoal, do Município, em 2013 foi de € 2.737.282,90, no montante de acordo com as instruções do SATAPOCAL, para o cálculo dos limites dos encargos com pessoal, apenas revelam algumas classificações económicas.

Quadro n.º 16 - Limite de Encargos com Pessoal do Quadro-Regime de Contrato Individual de Trabalho

Receitas Correntes - 2012	Limite das Despesas com Pessoal do Quadro para 2013	
3.527.759,25	60%	2.116.655,55

Quadro n.º 17 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.04	Pessoal dos Quadros - Regime de Contrato Individual de Trabalho	1.451.313,30
01.01.08	Pessoal Aguardando Aposentação	84.016,29
01.01.13.01	Subsídio de Refeição - Pessoal dos Quadros	203.295,17
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal dos Quadros	283.809,42
TOTAL		**2.022.434,18**

Quadro n.º 18 - Limite de Encargos com Pessoal em Qualquer Outra Situação

60% das Receitas Correntes - 2012	Limite das Despesas com Pessoal em Qualquer Outra Situação para 2013	
2.116.655,55	25%	529.163,89

Quadro n.º 19 - Apuramento da Despesa para verificação do cumprimento do Limite

Classificação	Descrição	Despesa €
01.01.06	Pessoal Contratado a termo	19.020,32
01.01.09	Pessoal em Qualquer Outra Situação	48.640,31
01.01.13.01	Subsidio de Refeição - Pessoal em Qualquer Outra Situação	8.959,04
01.01.14.01	Subsídio de Férias e Natal - Pessoal em Qualquer Outra Situação	12.507,23
TOTAL		**89.126,90**

I - 5 – INDICADORES DE GESTÃO

I – 5-1 – Rácios

O ano de 2013, evidencia algumas alterações em termos de estrutura da receita, como se pode verificar no quadro abaixo:

Quadro n.º 20 – Rácios de Estrutura da Receita

Rácios de Estrutura da Receita									
Indicadores de Gestão		2011		2012			2013		
1	Receita Própria	748.683,58	16,10%	Receita Própria	807.267,01	16,68%	Receita Própria	1.045.485,31	16,56%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
2	Receita Interna	820.591,34	17,64%	Receita Interna	878.652,98	18,15%	Receita Interna	1.146.219,32	18,15%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
3	Impostos Diretos	1.839,15	0,04%	Impostos Diretos	2.184,50	0,05%	Impostos Diretos	16.389,10	0,26%
	Receita ToTal	4.651.167,51		Receita ToTal	4.840.155,35		Receita ToTal	6.314.850,93	
4	Fundos Municipais	3.216.135,23	69,15%	Fundos Municipais	3.355.179,00	69,32%	Fundos Municipais	3.757.449,70	59,50%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
5	Passivos Financ.	0,00	0,00%	Passivos Financ.	0,00	0,00%	Passivos Financ.	704.858,77	11,16%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
6	Fundos Comunit.	55.224,99	1,19%	Fundos Comunit.	64.217,94	1,33%	Fundos Comunit.	28.848,62	0,46%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
7	Venda de Bens e Serviços Correntes	282.672,98	6,08%	Venda de Bens e Serviços Correntes	283.521,57	5,86%	Venda de Bens e Serviços Correntes	279.266,30	4,42%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
8	Venda de Bens de Investimento	14.843,62	0,32%	Venda de Bens de Investimento	1.908,53	0,04%	Venda de Bens de Investimento	53.071,29	0,84%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	

Indicador 1 – A receita própria que consiste no somatório dos Impostos Indiretos com as Taxas, Multas e Outras Penalidades, com os Rendimentos de Propriedade, com a Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes e com Outras Receitas Correntes, alcançou o seu valor mais significativo em 2012, ano em que representou cerca de 16,68% da receita total. Em 2013 esta receita teve um peso de 16,56% na receita global.

Indicador 2 - A receita interna, calcula-se através da seguinte fórmula: Receita Total - Passivos Financeiros – (Transferências Correntes – Transferências de Fundos Comunitários Correntes) – (Transferências de Capital – Transferências de Fundos Comunitários de Capital) e em termos absolutos entre os anos de 2012 e 2013, constata-se um valor idêntico 18,15%.

Indicador 3 – No exercício de 2013, os Impostos Diretos, foram mais representativos no cômputo da receita total do que em 2012, representando cerca de 0,26%. Em 2011 esta receita representou cerca de 0,04% do total da receita. Ainda assim, os impostos indiretos continuam a assumir pouca relevância na estrutura das receitas.

Indicador 4 - Em 2013 os Fundos Municipais oriundos do Orçamento de Estado, representam 59,50% do total da receita arrecadada.

Indicador 5 – Relativamente às três gerências em análise, verifica-se que os Passivos Financeiros, têm um maior peso no valor total da receita no ano de 2013, representando cerca de 11,16%.

Indicador 6 - O ano de 2013, comparativamente às duas gerências anteriores foi aquele em que a receita arrecadada a título de Fundos Comunitários, teve menor peso no total da receita, 0,46%.

Indicador 7 – Em 2013 a Venda de Bens e Prestação de Serviços, representou cerca de 4,42% da receita total, contra 6,08% e 5,86% dos anos de 2011 e 2012, respetivamente.

Indicador 8 – A Venda de Bens de Investimento, teve pouco significado no total da receita recebida, com um peso apenas de 0,84%.

Os quadros identificados em baixo evidenciam os rácios de estrutura da Despesa:

Quadro n.º 21 – Rácios de Estrutura da despesa

Rácios de Estrutura da Despesa									
Indicadores de Gestão		2011		2012			2013		
1	Receita Total	4.651.167,51	95,30%	Receita Total	4.840.155,35	103,28%	Receita Total	6.314.850,93	98,76%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
2	Despesa Corrente	4.255.081,88	87,18%	Despesa Corrente	4.185.726,21	89,32%	Despesa Corrente	5.494.539,71	85,93%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
3	Desp. com Pessoal	2.813.151,11	57,64%	Desp. com Pessoal	2.575.742,08	54,96%	Desp. com Pessoal	2.737.282,90	42,81%
	Desp. Total	4.880.530,53		Desp. Total	4.686.399,00		Desp. Total	6.394.302,33	
4	Investimento	149.218,25	3,06%	Investimento	104.513,99	2,23%	Investimento	186.043,82	2,91%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
5	Fundos Municipais	3.216.135,23	65,90%	Fundos Municipais	3.355.179,00	71,59%	Fundos Municipais	3.757.449,70	58,76%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
6	Passivos Financ.	470.422,34	10,11%	Passivos Financ.	385.617,71	7,97%	Passivos Financ.	691.572,89	10,95%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
7	Passivos Financ.	470.422,34	9,64%	Passivos Financ.	385.617,71	8,23%	Passivos Financ.	691.572,89	10,82%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
8	Receita Corrente	3.420.633,89	70,09%	Receita Corrente	3.527.759,25	75,28%	Receita Corrente	4.701.934,02	73,53%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
9	Compr. Assumidos	7.213.513,20	147,80%	Compr. Assumidos	7.480.855,75	159,63%	Compr. Assumidos	8.692.785,76	135,95%
	Despesa Total	4.880.530,53		Despesa Total	4.686.399,00		Despesa Total	6.394.302,33	
10	Compr. Assumidos	7.213.513,20	155,09%	Compr. Assumidos	7.480.855,75	154,56%	Compr. Assumidos	8.692.785,76	137,66%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	

Indicador 1 – Em 2013, o saldo da gerência foi negativo, a receita total arrecadada não superou a despesa realizada.

Indicador 2 – No ano de 2013 a despesa corrente representa 85,93% da despesa total.

Indicador 3 – As despesas com o Pessoal, representam 42,81% da despesa total no ano de 2013, contra 57,64% e 54,96% dos anos de 2011 e 2012, respetivamente.

Indicador 4 – Relativamente ao rácio do Investimento em relação à despesa total, o Investimento corresponde no ano de 2013 a 2,91% da despesa total paga, indicador ligeiramente superior ao do ano de 2012.

Indicador 5 – Os Fundos Municipais (FEF e FSM), atribuídos conforme Mapa XIX – Transferências para os Municípios, da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de dezembro – Lei do Orçamento de Estado para 2013, representam 58,76% da despesa total realizada no ano de 2013.

Indicador 6 – Em 2013 os Passivos Financeiros, despesa referente aos encargos com empréstimos pagos durante a gerência, representou cerca de 10,95% da ceita total.

Indicador 7 – Em 2013 os Passivos Financeiros, ou seja as amortizações de capital relativas aos empréstimos contratados, representam cerca de 10,82% da despesa total.

Indicador 8 – Comparativamente com 2012, no ano de 2013, a receita corrente apresentou um menor significado relativamente à despesa total.

Indicador 9 – Os compromissos assumidos, para o exercício de 2013, relativamente à despesa total realizada em 2013, têm um peso de 135,95%.

Indicador 10 – No respeitante à receita total, na gerência de 2013, os compromissos assumidos têm um peso de 137,66%.

Quadro n.º 22 – Rácios Indicadores de endividamento

Rácios de Indicadores de Endividamento									
Indicadores de Gestão		2011		2012			2013		
1	Amortização Emp. +Juros Emp.	668.147,43	20,77%	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	17,02%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	21,50%
	FEF+FSM+PFIRS	3.216.135,23		FEF+FSM+PFIRS	3.355.179,00		FEF+FSM+PFIRS	3.757.449,70	
2	Amortização Emp. +Juros Emp.	668.147,43	14,37%	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	11,80%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,79%
	Receita Total	4.651.167,51		Receita Total	4.840.155,35		Receita Total	6.314.850,93	
3	Amortização Emp. +Juros Emp.	668.147,43	13,69%	Amortização Emp. +Juros Emp.	571.094,84	12,19%	Amortização Emp. +Juros Emp.	807.904,42	12,63%
	Desp. Total	4.880.530,53		Desp. Total	4.686.399,00		Desp. Total	6.394.302,33	

Indicador 1 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2013 representa 21,50% da receita proveniente dos Fundos Municipais e Participação Fixa no IRS.

Indicador 2 – Relativamente à receita total, no ano de 2013 o Serviço da Dívida absorve cerca de 12,79% da mesma.

Indicador 3 – O Serviço da Dívida Pública, (Amortizações e Juros dos Empréstimos contratados), em 2013 representa 12,63% da despesa total, contra 13,69% em 2011 e 12,19% em 2012.

II – EXECUÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

O documento das Grandes Opções do Plano (GOP), encontra-se organizado por objetivos, programas, projetos e ações. Engloba o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), que espelha as intenções de investimento físico e as Atividades Mais Relevantes (AMR), onde estão retratadas as transferências para despesas correntes e despesas de capital, bem como outras atividades achadas relevantes.

Da análise ao mapa da Execução Anual das GOP – Grandes Opções do Plano, documento que retrata as execuções de todos os projetos e respetivas ações,

planeados para as *Funções Gerais*, *Funções Sociais*, *Funções Económicas* e *Outras Funções* no ano de 2013, interessa verificar, em sede de execução, o peso de cada uma das funções no montante global executado no ano.
O respetivo documento, previa para o ano financeiro de 2013, uma dotação total definida no montante de € 2.960.770,00, tendo sido executada 56,17%, ou seja € 1.662.991,69, comparativamente ao ano financeiro de 2012, registou-se um acréscimo na execução de 53,16%% (+€ 577.171,94).

No ano de 2013, a execução das AMR – Atividades Mais Relevantes, em termos globais atingiu 71,71% da despesa inicialmente prevista, sendo que as *Funções Gerais*, apresentaram uma execução de 98,53%, as *Funções Sociais* 85,47%, as *Funções Económicas* 42,25% e as *Outras Funções* 68,73%.

Os quadros que se seguem, ilustram o grau de execução das atividades previstas em AMR e PPI para 2013, cuja leitura permite obter uma noção clara, relativamente ao grau de execução dos projetos previstos pelo executivo para 2013.

Quadro n.º 23 - Atividades Mais Relevantes - Execução Anual

FUNÇÃO	2013			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2013
Funcões Gerais				
Objetivos:				
Proteção Civíl e luta contra incêndios	40.800,00	40.200,00	600,00	98,53%
Sub Total	**40.800,00**	**40.200,00**	**600,00**	**98,53%**
Funções Sociais				
Objetivos:				
Serviços Auxiliares de Ensino	20.050,00	14.107,18	5.942,82	70,36%
Acção Social	223.300,00	217.535,15	5.764,85	97,42%
Cultura	134.300,00	91.072,15	43.227,85	67,81%
Desporto, Recreio e Lazer	4.000,00	3.500,00	500,00	87,50%
Sub Total	**381.650,00**	**326.214,48**	**55.435,52**	**85,47%**
Funções Económicas				
Objetivos:				
Transportes Rodoviários	61.000,00	26.144,59	34.855,41	42,86%
Mercados e Feiras	14.100,00	5.628,10	8.471,90	39,92%
Outras Funções Económicas	100,00		100,00	0,00%
Sub Total	**75.200,00**	**31.772,69**	**43.427,31**	**42,25%**
Outras Funções				
Objetivos:				
Operações da Dívida Autárquica	1.023.798,00	807.988,42	215.809,58	78,92%
Transferências entre Administrações	284.200,00	71.153,67	213.046,33	25,04%
Diversas não Especificadas	78.900,00	74.092,26	4.807,74	93,91%
Sub Total	**1.386.898,00**	**953.234,35**	**433.663,65**	**68,73%**
TOTAL GERAL	**1.884.548,00**	**1.351.421,52**	**533.126,48**	**71,71%**

No que concerne ao PPI – Plano Plurianual de Investimentos, a gerência de 2013, obteve uma execução de 28,95%, relativamente ao montante previsto. As *Funções Gerais,* apresentam uma execução de 21,99%, as *Funções Sociais* 11,12% as *Funções Económicas* 72,73% e as *Outras Funções* não tiveram execução.

De uma forma geral, a não execução de alguns projetos previstos, ficou a dever-se à falta de financiamento para a execução dos mesmos e/ou à sua não integração nos projetos considerados mais prioritários pelo executivo municipal, tendo em conta o contexto de contenção e respetivo programa de redução de custos, que naturalmente, obriga à fixação de vários níveis de prioridade, de modo a garantir a execução dos projetos e atividades mais relevantes, sem agravar a situação financeira da Autarquia.

Quadro n.º 24 - Plano Plurianual de Investimentos - Execução Anual

FUNÇÃO	2013			
	Previsto	Executado	Desvio	% Execução 2013
Funcões Gerais				
Objetivos:				
Administração Geral	86.100,00	18.932,40	67.167,60	21,99%
Sub Total	**86.100,00**	**18.932,40**	**67.167,60**	**21,99%**
Funções Sociais				
Objetivos:				
Ensino Pré escolar	18.900,00	2.445,63	16.454,37	**12,94%**
Ensino Básico	87.400,00	3.204,88	84.195,12	**3,67%**
Ação Social	6.000,00	0,00	6.000,00	**0,00%**
Habitação	90.500,00	12.623,98	77.876,02	**13,95%**
Ordenamento do Território	15.000,00	8.707,32	6.292,68	58,05%
Saneamento	13.000,00	2.315,93	10.684,07	17,81%
Abastecimento de água	57.400,00	13.442,01	43.957,99	23,42%
Resíduos sólidos	66.600,00	5.706,94	60.893,06	8,57%
Proteção do Amb. e conserv. Natureza	117.500,00	16.054,85	101.445,15	13,66%
Cultura	119.222,00	953,71	118.268,29	0,80%
Desporto, Recreio e Lazer	61.000,00	7.087,27	53.912,73	11,62%
Sub Total	**652.522,00**	**72.542,52**	**579.979,48**	**11,12%**
Funções Económicas				
Objetivos:				
Agric.,Pecuária, Silvi., Caça e Pesca	17.000,00	7.382,86	9.617,14	43,43%
Industria e Energia	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00%
Transportes e Rodoviários	261.700,00	209.999,63	51.700,37	80,24%
Comércio e Turismo	13.900,00	2.712,76	11.187,24	19,52%
Sub Total	**302.600,00**	**220.095,25**	**82.504,75**	**72,73%**
Outras Funções				
Objetivos:				
Diversas não Especificadas	35.000,00	0,00	35.000,00	0,00%
Sub Total	**35.000,00**	**0,00**	**35.000,00**	**0,00%**
TOTAL GERAL	**1.076.222,00**	**311.570,17**	**764.651,83**	**28,95%**

Os gráficos que se seguem demonstram:

Gráfico n.º 18: Valor executado por cada Função constante nas GOP – Grandes Opções do Plano, relativamente ao ano financeiro de 2013.

Gráfico n.º 19: Evolução dos valores previstos e executados nas GOP – Grandes Opções do Plano, ao longo dos últimos três anos.

Gráfico n.º 19 - Grandes Opções do Plano por Funções

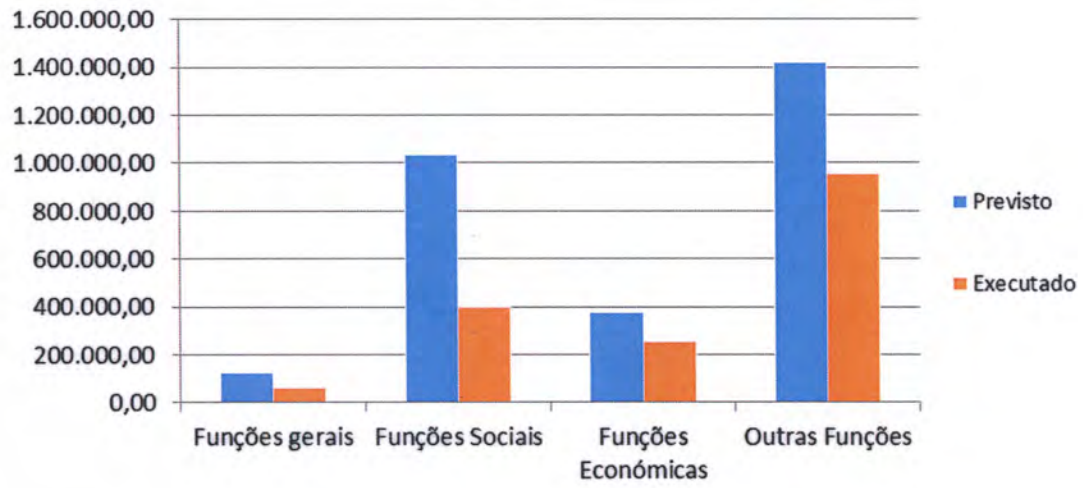
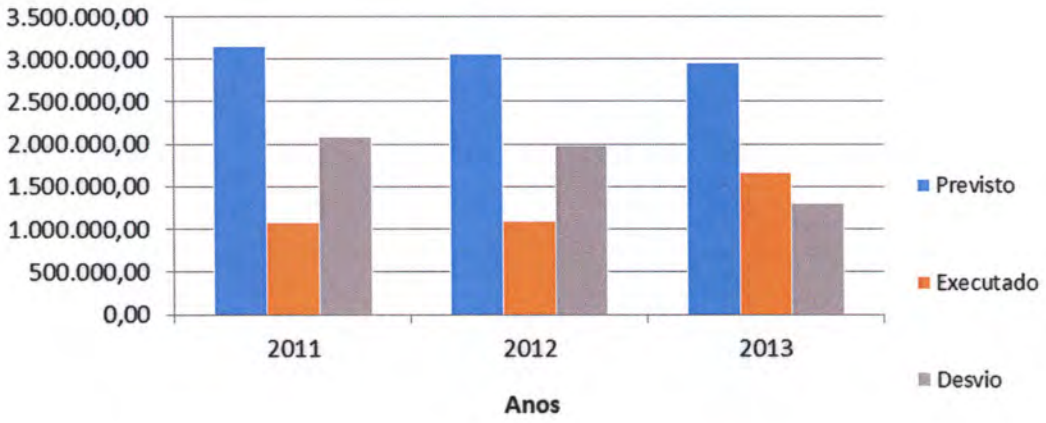


Gráfico n.º20 Execução das Grandes Opções do Plano



De salientar que ao nível funcional são os Objetivos, "Operações da Dívida Autárquica", "Transportes Rodoviários", "Diversas não Especificadas", "Ação Social", "Transferências entre Administrações", "Proteção Civil e Luta Contra Incêndios", "Abastecimento de Água", "Proteção do meio Ambiente e Conservação da Natureza", "Administração Geral", "Sinalização", "Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca", "Resíduos Sólidos", "Saneamento" e "Mercados e Feiras" que por ordem decrescente, apresentaram um aumento de 59,88%, comparativamente a 2013. Contrariamente verificou-se um decréscimo de 7,08 % na execução dos objetivos: "Serviços Auxiliares de Ensino", "Ensino não Superior", "Cultura", "Habitação" e "Desporto, Recreio e Lazer". Relativamente às rubricas, "Industria e Energia" e "Turismo", as mesmas não apresentaram execução nos últimos três anos.

Funções Gerais

Aquisição de equipamento: Foi adquirido equipamento informático para o "Órgão Executivo", num total de € 1.595,00. Relativamente ao equipamento básico, foram contemplados os "Serviços Administrativos", "Oficinas do Município", "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas" e "Casão da Rua D. Manuel I". No que concerne à aquisição de equipamento administrativo e Ferramentas e Utensílios, tiveram como destino a "Unidade Orgânica Administrativa e Financeira", as "Oficinas do Município" e o "Casão do Parque de Máquinas e Viaturas".

Investimento: Foram efetuadas pequenas reparações de conservação no Casão (Parque de Máquinas e Viaturas) e Edifício Paços do Concelho, foram reparadas algumas viaturas afectas ao Órgão Executivo.

Apoios Financeiros: À AHBVM (Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mourão) para cobrir as despesas ao abrigo do "Protocolo para enquadramento de pessoal, destinado a integrar as Equipas de Intervenção Permanente.

Funções Sociais

Aquisição de equipamento: Adquiriu-se equipamento básico, para o "Jardim de Infância de Mourão", "Escola do 1.º Ciclo de Granja", "Refeitório da Escola do 1.º Ciclo de Granja", "Escola do 1.º Ciclo da Luz", "Sub-Unidade Orgânica de Águas e Saneamento", "Parque da Barrusca", "Biblioteca", "Piscinas Cobertas" e "Piscinas Descobertas", num total de 6.191,68

Apoios financeiros: Relativamente aos "Serviços Auxiliares de Ensino", deu-se continuidade ao objetivo traçado pelo executivo, que visa fundamentalmente o apoio às crianças das diversas escolas do Concelho, nomeadamente, aquisição de bens de consumo alimentar, para as refeições das crianças que frequentam os Jardins de Infância do Concelho e comparticipação no custo das refeições e aquisição de livros e material escolar, aos alunos subsidiários que frequentam o 1.º, 2.º e 3.º Ciclo. Considerando, que segundo o Decreto-Lei 299/84 de 05 de Setembro é da competência da Autarquia garantir o serviço de transporte dos alunos que frequentam o Ensino Básico e Secundário, entre o local da residência e o local do estabelecimento de ensino, quando residam a mais de 3 ou 4 Km das Escolas, respectivamente com ou sem refeitório. O Município tem garantido o mesmo com viaturas próprias, e com a participação no pagamento dos passes escolares, à Rodoviária do Alentejo. Assumiu também os transportes dos alunos às Piscinas Municipais e em visitas de estudo.

No âmbito da "Ação Social", foi concedido um apoio financeiro, a entidade que nessa área desenvolve ações de dinamização, designadamente a "ADEREM"- (Associação de Desenvolvimento de Mourão), entidade responsável pela Coordenação de valências de limpeza, higiene habitacional e Banco de Medicamentos, contribuindo quer para a erradicação ou atenuação da pobreza e da Exclusão social, quer para a melhoria da qualidade de vida de todos os residentes do Concelho, no valor de € 217.500,00.

Foram também suportados pelo Município os encargos inerentes ao programa "Protecção de Crianças e Jovens em Risco".

Na área da "Cultura", foi concedido apoio financeiro à Banda Municipal Mouranense, para atuações nas diversas festas do Concelho.

Na área do "Desporto, Recreio e Lazer", concedeu-se apoio financeiro ao "Grupo Columbófilo de Mourão", para despesas com o transporte de pombos.

Investimento realizado: Foram efetuadas pequenas reparações no "Jardim de Infância de Mourão" e "Escolas do 1.º Ciclo de Mourão, Granja e Luz", foi reparado o Prédio Urbano, sito na Rua do Poço, destinado a habitação, tendo sido alienado pelo valor de € 50.000,00, teve continuidade a obra de "Construção do Prédio Urbano, sito na Rua Joaquim José Vasconcelos Gusmão, n.º 8 em Mourão também com destino a habitação. Procederam-se a reparações na "Rede de Esgotos", "Rede de Distribuição de Água", sofreram também pequenas reparações os seguintes imóveis: "Cemitério Municipal", "Sanitários Públicos da Freguesia de Mourão, Granja e Luz", "Galeria Municipal", "Prédio Urbano sito na Rua Dr. Libânio Esquível- Futuro Museu Etnográfico", "Piscinas Municipais" e "campo de Futebol de Mourão". Relativamente aos Parques e Jardins, foram beneficiados o "Parque da Mata de S.

Bento", e "Parque Juvenil, junto ao Bairro Pré-Fabricado", foram reparadas algumas viaturas afetas aos seguintes serviços: "Resíduos Sólidos", "Desporto, Recreio e Lazer", "Esgotos", "Abastecimento de Água" e "Rede Viária".

Eventos a cargo do Município: Na área da "Cultura", continua o Município a suportar em parceria com a Juntas de Freguesia de Mourão, Granja e Luz, os encargos inerentes á realização das Festas em honra de Nossa Senhora das Candeias, S. Brás e S. Sebastião na Freguesia de Granja e Nossa Senhora da Luz na Freguesia de Luz. Foram suportados pelo município os encargos com eventos realizados na época de Verão e foi executado parte do projeto "Festival Terras do Sol", previsto na candidatura apresentada ao INALENTEJO-Programa Operacional Regional Alentejo 2007/2013, no âmbito do regulamento "Politica de Cidades - Redes Urbanas para a competitividade e Inovação do quadro de referência Estratégico Nacional enquadrado no Eixo 2 – Desenvolvimento Urbano".

Funções económicas

Aquisição de equipamento: Adquiriu-se equipamento básico, para construção e conservação de arruamentos, caminhos e vias e Mercado Municipal.

Investimento realizado: Na área da Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca", procedeu-se a várias reparações em Caminhos Agrícolas, nomeadamente no Caminho Agrícola do "Cajado", Bejoim" e "Borracha. Relativamente ao Objetivo "Transportes Rodoviários" procedeu-se ao calcetamento e pavimento de vários arruamentos na Freguesia de Mourão e Granja e beneficiou-se o Caminho Municipal 1135 (Coutada), ao abrigo do PAEL (Plano de Apoio à Economia Local) foi paga a Revisão de Preços relativa à obra "Construção da Circular Sul a Mourão". Na área do "Arranjo Paisagístico", iniciou-se a obra na "Rotunda Este", localizada na EN 256, ao abrigo do Protocolo estabelecido com a EP-Estradas de Portugal e foram reparadas algumas viaturas afetas aos vários serviços de atividade económica.

Eventos a cargo do Município: Realização da Feira Anual.

Outras Funções

Operações da Dívida Autárquica: Relativamente a este Objetivo, verificou-se que o somatório dos Juros relativos a empréstimos de médio e longo prazo, ascenderam a € 116.331,53, as Amortizações a € 691.572,89 e Outros Encargos a € 128,00, sendo repartidos pelas seguintes Instituições Bancárias: Na CGD-Caixa Geral de Depósitos os Juros corresponderam a € 12.668,84, as Amortizações a € 251.907,94 e Outros Encargos a € 84,00, no BPI-Banco Português de Investimento os Juros ascenderam a € 103.662,69, as Amortizações a € 401.808,95 e Outros Encargos a € 44,00, relativamente ao BES-Banco Espírito Santo as Amortizações somaram o

valor de € 28.856,00, os Juros são suportados pela Direção Geral do Tesouro, ao abrigo do n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 345/97 de 5 de dezembro.

Transferências entre Administrações: Foram transferidas as importâncias de € 7.500,00 e € 3.500,00, para a "Associação Transfronteiriça dos Municípios das Terras do Grande Lago de Alqueva", no âmbito do projeto "Aldeias Ribeirinhas de Alqueva" e Junta de Freguesia de Luz, ao abrigo do Protocolo, celebrado entre o Município e a respetiva Junta. O valor de € 60.153,67, correspondeu á transferência efetuada para a CIMAC - Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, tendo sido efetuado o respetivo pagamento, ao abrigo do PAEL-Plano de Apoio à Economia Local, para os projetos contratualizados entre a respetiva entidade e o Município, nomeadamente projetos de caráter corrente e capital.
Eventos a cargo do Município: Comemoração do Dia Mundial da 3.ª Idade, no dia 25 de Outubro e comemoração do dia 25 de Abril, onde a Junta de Freguesia de Mourão também é parceira.

Tal como se poderá depreender do que atrás foi explanado, o presente relatório não procura de forma alguma exaltar apenas o trabalho feito, esquecendo ou ocultando as nossas fragilidades e insuficiências, que existem de facto aos vários níveis e devem ser expostas com toda a clareza.
Não nos foi possível alcançar o cumprimento das diversas actividades planificadas, em virtude, de ao longo destes últimos anos, ser cada vez mais o n.º de munícipes que recorrem ao Município, por necessidades de apoio social, com diversas problemáticas associadas, exigindo a sua intervenção, foi necessário criar postos de emprego, aumentando significativamente as despesas com o pessoal.
A atividade de um Município tem aspectos muito particulares, bens distintos da actividade de uma qualquer empresa. De facto, enquanto estas transformam e/ou comercializam bens ou prestam serviços, com o objectivo final da maximização do lucro, boa parte da actividade dos municípios está concentrada, não na produção de bens e serviços, mas na construção/aquisição de imobilizado, com o fim último de contribuir para a maximização da satisfação das necessidades dos munícipes e desta forma para o aumento do bem estar público.

III – ANÁLISE ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Quadro n.º25 - Balanço

	2011	2012	2013
ATIVO			
Imobilizado:			
Bens do domínio público	20.002.024,45	18.480.615,73	16.814.388,85
Imobilizações incorpóreas	15.780,12	15.780,12	15.780,12
Imobilizações corpóreas	8.223.400,36	7.481.964,59	7.211.897,40
Investimentos financeiros	99.750,01	99.750,01	99.750,01
Circulante:			
Existências	31.866,63	30.700,15	16.940,74
Dívidas de terceiros:			
Contribuintes	5,83	53,15	0,01
Utentes, c/c	32.433,05	3.157,48	31.838,24
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	638,97	24.401,23	15.321,35
Estado e outros entes públicos	3.033,65	7.544,18	16.710,59
Outros devedores	1.609.252,71	0,71	0,71
Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa:			
Depósitos em instituições financeiras e caixa	12.858,43	33.847,37	37.881,52
Acréscimos e Diferimentos:			
Acréscimos de proveitos	30.525,99	37.039,23	15.990,44
Custos Diferidos	0,00	10.816,65	10.816,65
TOTAL DO ATIVO	**30.061.570,20**	**26.225.670,60**	**24.287.316,63**
Fundos Próprios:			
Património	28.325.117,54	28.325.117,54	28.325.117,54
Reservas	666.883,47	666.883,47	666.883,47
Resultados transitados	-13.555.911,86	-13.555.911,86	-16.477.315,40
Resultado líquido do exercício	-186.806,03	-2.764.290,34	-1.009.966,43
PASSIVO			
Dividas a terceiros de médio e longo prazo:			
Empréstimos de m/l prazo	7.688.794,63	7.303.176,92	7.316.462,80
Dividas a terceiros de curto prazo:			
Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de vendas	692.831,00	0,00	0,00
Fornecedores de c/c	1.254.769,57	1.586.667,02	1.299.367,57
Fornecedores -Faturas em receção e conferência	110,10	171,07	140,36
Fornecedores de imobilizado	256.888,78	209.704,08	57.048,53
Estado e outros entes públicos	778.449,73	749.587,28	884.266,88
Administração Autárquica	195.566,01	255.795,97	168.001,88
Outros credores	211.736,67	204.074,02	101.664,83
Garantias e Cauções	10.921,03	10.921.03	10.921,03
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	92.741,83	64.507,10	80.060,63
Proveitos Diferidos	3.629.477,73	3.345.045,29	2.864.662,94
TOTAL DO PASSIVO	**14.812.287,08**	**13.729.649,78**	**12.782.597,45**

III – 1 - ATIVO

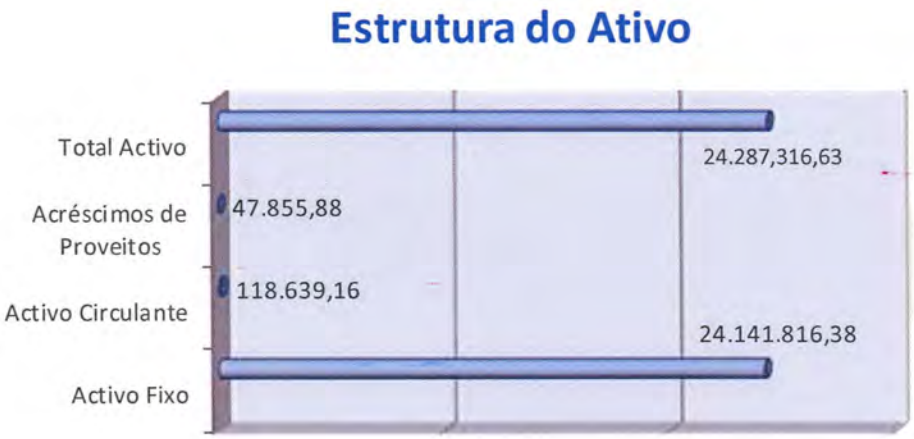
Em 31 de Dezembro de 2013 o Município de Mourão apresenta um ativo de € 24.287.316,63. O Ativo teve um decrescimento de 7,39% (€ 1.938.353,97) em relação ao ano de 2012 e 19,21% (€5.774.253,57), em relação ao ano de 2011.

O decréscimo do Ativo face a 2011 é justificado pela diminuição acentuada de algumas rubricas, nomeadamente "acréscimos de proveitos", 47,62% (€ 14.535,55),"existências", 46,84% (€14.925,89) os "bens de domínio público" 15,94% (€3.187.635,60), e o "imobilizado corpóreo" 12,30% (€1.011.502,96).

Em relação ao ano de 2012, também é justificado o decréscimo do Ativo pela diminuição das rubricas "acréscimos de proveitos" 56,83% (€21.048,79), "existências" 44,82% (€13.759,41) e "clientes, contrib. e utentes cobrança duvidosa " 37,21% (€9.079,88).

Quanto à estrutura do Ativo, o Ativo Fixo tem o maior peso, 99,40% (€ 24.141.816,38), seguindo-se o Ativo Circulante 0,49% (€118.693,16), e os Acréscimos e Diferimentos 0,11% (€ 26.807,09).

Gráfico N.º 21 – Estrutura do Ativo



III - 1-1 - Ativo Fixo

Ao analisarmos o gráfico seguinte, verificamos que o ativo fixo no ano de 2013, comparativamente com os dois anos anteriores decresceu 14,82% (€4.199.138,56) face a 2011 e 7,42% (€ 1.936.294,07) face a 2012.

Gráfico N.º 22 – Evolução do Ativo Fixo

Quanto à estrutura do Ativo Fixo, a rubrica com maior peso são os "Bens de Domínio Público" que representam 70,87% (€18.480.615,73), seguindo-se as "Imobilizações Corpóreas" com 28,69% (€ 7.481.964,59), os "Investimentos Financeiros" com 0,38% (€ 99.750,01) e as "Imobilizações Incorpóreas" que detêm 0,06% (€ 15.780,12).

Gráfico N.º 23 – Estrutura do Ativo Fixo

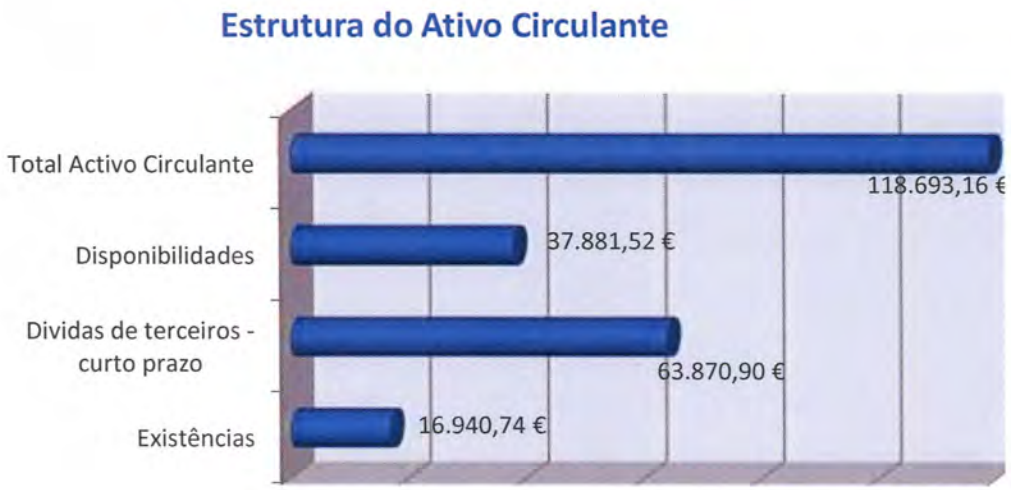
III - 1-2 - Ativo Circulante

O montante do Ativo Circulante é de €118.693,16, registou um aumento durante o exercício de 2013 no valor de €18.988,89 (19,05%) face ao ano de 2012.

Este acréscimo deve-se às dívidas de terceiros de curto prazo, que registou um acréscimo de €28.714,15, 81,67%, designadamente a rubrica "utentes c/c" com um aumento de €28.680,76, e a rubrica "estado e outros entes públicos" que regista um acréscimo no valor de €9.166,41, este valor é referente ao IVA a recuperar.

Quanto à sua estrutura, o maior peso é as "Dividas de Terceiros de Curto Prazo", com 53,81% (€63.870,90), seguem-se as rubricas de "disponibilidades" e "existências" que representam 31,92% (€37.881,52) e 14,27% (€16.940,74) respetivamente.

Gráfico N.º24 - Estrutura do Ativo Circulante



III – 2 - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

A 31 de Dezembro de 2013 o Município de Mourão apresenta o montante de € 11.504.719,18 de Fundos próprios e € 12.782.597,45 de Passivo.

III - 2-1 - Fundos Próprios

No final do ano económico de 2013, os Fundos próprios totalizaram a importância de €11.504.719,18 o que corresponde a uma diminuição de 7,93% (€991.301,64) face ao ano anterior.

Esta variação negativa é justificada pelo valor negativo dos resultados transitados de €16.477.315,40, decorrente de regularizações relacionadas com exercícios anteriores que afetam negativamente os Fundos Próprios. E pelo Resultado Liquido do Exercício também negativo, que registou um decréscimo bastante acentuado comparativamente ao exercício de 2012, no valor de €-1.009.966,43

III-2-2 - Passivo

O Passivo totalizou à data de 31 de Dezembro de 2013 o montante de € 12.782.597,45 registando um decréscimo de 13,70% (€2.029.689,63) face a 2011 e 6,90% (€ 947.052,33) face a 2012.

Gráfico N.º 25 – Evolução do Passivo

Quanto à estrutura do Passivo, os "Empréstimos de M/L Prazo" representam 57,24% (€7.316.462,80), devido ao empréstimo de saneamento financeiro, e à contração do empréstimo PAEL-Programa de Apoio à Economia Local, seguindo-se os "Acréscimos e Diferimentos", 23,04% (€2.944.723,57), os "Fornecedores c/c", 10,02% (€1.281.015,43), "Estado e Outros Entes Públicos", 6,92% (€884.266,88), Administração Autárquica", 1,31% (€168.001,88), "Fornecedores de imobilizado", 0,59% (€75.400,67), "Outros Credores".

representa 0,80% (€101.664,83), e a rubrica "Garantias e Cauções" que representa 0,09% (€10.921,03).

Gráfico N.º 26 – Estrutura do Passivo

Gráfico N.º 27 – Evolução da Estrutura do Passivo

Analisando o gráfico n.º 27 podemos verificar a evolução do Passivo ao longo dos últimos três anos.

Os empréstimos de M/L prazo registam um ligeiro acréscimo de 0,18% (€13.285,88) face ao exercício de 2012, devido à contração do empréstimo do PAEL.

Quanto aos empréstimos de curto prazo, o Município de Mourão não contraiu nenhum empréstimo de curto prazo.

A rubrica de "fornecedores c/c" apresenta um decrescimento face ao ano de 2012, de 19,26% (€305.651,59) devido ao PAEL-Programa de Apoio à Economia Local que liquidou todas as dívidas vencidas há mais de 90 dias a 31 de março de 2012, registadas no mapa de pagamentos em atraso na aplicação SIIAL da DGAL-Direção Geral das Autarquias Locais. Comparativamente ao ano de 2011, aduz um ligeiro crescimento de 2,09% (€26.245,86).

Quanto à rubrica "fornecedores de imobilizado" tem sofrido um decréscimo nos últimos três anos, 70,65% (€181.488,11) face a 2011 e 64,04% (€134.303,41) face a 2012. Este decréscimo é justificado pela contração do empréstimo do PAEL, que liquidou todas as dívidas de fornecedores de imobilizado incluídas no mapa de pagamentos em atraso de março de 2012 registado na aplicação SIIAL da DGAL, e também pelo decréscimo da assunção de compromissos de investimento.

A rubrica "Estado e outros entes públicos" regista um acréscimo de 13,59% (€105.817,15) face a 2011, e um acréscimo de 17,97% (€134.679,60) comparativamente a 2012.

A rubrica "administração autárquica" ascende a €168.001,88, este montante é justificado pela dívida do Município à CIMAC, decorrente de vários projetos e algumas prestações de serviços, registou um decréscimo face ao exercício de 2012 de 34,32% (€87.794,09) devido aos pagamentos efetuados ao abrigo do FRM – Fundo de Regularização Municipal e também do programa PAEL.

No que se refere à rubrica "outros credores" sofreu um decréscimo bastante acentuado comparativamente ao ano de 2012, 50,18% (€102.409,19).

III – 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Quadro n.º 26 – Demonstração dos Resultados

	2011	2012	2013
CUSTOS E PERDAS			
CMVMC	324.188,83	333.649,20	443.101,13
Fornec. e serviços externos	1.111.949,67	952.472,15	1.024.562,46
Remunerações	3.045.103,59	2.174.302,84	2.219.999,61
Encargos sociais	36.874,50	496.943,51	596.369,56
Transferências	289.899,17	297.123,82	479.568,47
Amortizações	1.912.877,67	1.897.138,57	2.092.459,99
Provisões do exercício	6.535,34	1.621.949,03	9.732,86
Custos e perdas financeiros	239.452,71	249.391,95	215.258,00
Custos e Perdas Extraordinários	115.406,57	127.467,16	199.183,07
TOTAL DOS CUSTOS	**7.082.288,05**	**8.150.438,23**	**7.280.235,15**
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCICIO	-186.806,03	-2.764.290,34	-1.009.966,43
PROVEITOS E GANHOS			
Venda de produtos	95.233,13	94.980,65	95.403,23
Prestações de serviços	192.038,27	188.541,44	195.719,25
Impostos e taxas	239.566,90	264.974,85	450.745,18
Trabalhos para a própria entidade	281.289,44	251.562,58	210.391,44
Transferências e subsídios obtidos	3.885.801,16	4.030.330,74	4.484.391,25
Proveitos e ganhos financeiros	1.805.207,73	250.801,46	317.675,26
Proveitos extraordinários	396.345,39	304.956,17	515.943,11
TOTAL DOS PROVEITOS	**6.895.482,02**	**5.386.147,89**	**6.270.268,72**
Resultados operacionais	-2.033.499,87	-2.943.188,86	-1.429.143,73
Resultados financeiros	1.565.755,02	1.409,51	102.417,26
Resultados correntes	- 467.744,85	-2.941.779,35	-1.326.726,47
RESULT. LÍQUIDO DO EXERCICIO	**-186.806,03**	**-2.764.290,34**	**-1.009.966,43**

O Município de Mourão apresenta um Resultado Líquido do exercício negativo de €-1.009.966,43, apresentando a seguinte tendência ao longo dos anos:

Gráfico N.º 28 – Evolução do Resultado Líquido do Exercício

III – 3-1 – Custos

Os custos suportados no exercício de 2013 totalizaram € 7.280.235,15, o que representa um ligeiro acréscimo de 2,79% (€197.947,10) do valor dos custos do exercício de 2011, e um decréscimo de 10,68% (€870.203,08) dos custos referentes ao exercício de 2012.

À semelhança do ano transato, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município foram as "Remunerações" com um peso de 30,49% (€2.219.999,61) seguindo-se as
"Amortizações" com o peso de 28,74% (€2.092.459,99).

Os "fornecimentos e serviços externos" assumem o terceiro lugar da rubrica mais representativa com um peso de 14,07% (€1.024.562,46), as restantes rubricas têm um peso muito pouco significativo, os "encargos sociais" 8,19% (€596.369,56), as "Transferências" 6,59% (€479.568,47), os "CMVMC" 6,09% (€443.101,13), os "custos e perdas financeiros" 2,96% (€215.58,00), os "custos e perdas extraordinários" 2,74% (€199.183,07), e as "provisões do exercício" muito pouco representativas com um peso de 0,13% (€9.732,86).

Os custos que apresentam um decréscimo em relação ao ano transato, são as "provisões do exercício" 99,40% (€1.612.216,17), pois no exercício de 2012 esta rubrica apresentava um valor elevado, devido à constituição da provisão de cobranças duvidosas (ponto 2.7.1. do POCAL) do valor a receber da EDP referente à zona de influência da Central Hidroelétrica de Alqueva de 2007 a 2011, cuja

cobrança é duvidosa com risco de incobrabilidade. E a rubrica "custos e perdas financeiros" que registou um decréscimo de 13,69% (€34.133,95) devido à queda das taxas de juro dos empréstimos bancários contraídos em anos anteriores.
Os custos que registam acréscimos mais significativos face ao ano anterior são, as "transferências" 61,40% (€182.444,65) devido às transferências para as associações de municípios, instituições e famílias cujos beneficiários estão inscritos no IEFP e integram os projetos PAC/13, CEI+/13 e CEI/13. Os "custos e perdas extraordinários" registam um aumento de 56,26% (€71.715,91) devido à perda com a alienação da habitação sita na Rua do Poço n.º 7 e n.º 11 (artigo 547.º). Seguem-se os "CMVMC" que registam um crescimento de 32,80% (€109.451,93) e os "encargos sociais" com um aumento de 20,01% (€99.426,05).

Gráfico n.º 29 – Custos e Perdas

III – 3-2 – Proveitos

Os Proveitos obtidos durante o ano de 2013 totalizaram € 6.270.268,72, sofreram um acréscimo de 16,41% (€ 884.120,83) comparativamente ao ano de 2012.

O acréscimo dos proveitos deve-se ao aumento significativo da rubrica "impostos e taxas" 70,11% (€185.770,33) devido ao aumento da receita dos impostos, designadamente o IMI- Imposto municipal sobre Imóveis e o IMT - Imposto

municipal s/ transações onerosas de imoveis. A rubrica "proveitos extraordinários" registou um aumento de 69,19% (€210.986,94) face ao ano anterior.

A rubrica "proveitos e ganhos financeiros" regista um aumento de 26,66% (€66.873,80), devido à receita proveniente do protocolo da ANMP e a EDP referente aos anos de 2007 a 2011, por o Município de Mourão se encontrar na zona de influência da central hidroelétrica da barragem do Alqueva.

A rubrica "transferências" também sofreu um acréscimo de 11,27% (€454.060,51), devido à arrecadação de receita do valor do FRM - Fundo de Regularização Municipal.

As rubricas de "vendas de produtos" e "prestações de serviços" também cresceram embora timidamente face ao ano anterior, 0,44% (€422,58) e 3,81% (€7.177,81) respetivamente.

A rubrica "trabalhos para a própria entidade" apresenta um decréscimo de 16,37% (€41.171,14) devido à redução da execução de obras de administração direta.

No que concerne à sua estrutura, as rubricas mais significativas são as "transferências" 71,52% (€ 4.484.391,25), os "proveitos extraordinários" com um peso de 8,23% (€515.943,11) os
"impostos e taxas" 7,19% (€450.745,18), os "proveitos e ganhos financeiros" que representa 5,07% (€317.675,26), os "trabalhos para própria entidade" com 3,36% (€210.391,44) do peso,
as "prestações de serviços" e "vendas de produtos" com o peso de 3,12% (€195.719,25) e 1,52% (€95.403,23) respetivamente.

Gráfico n.º 30 - Proveitos

IV – INDICADORES DE GESTÃO

RÁCIOS DE LIQUIDEZ		2013
Liquidez Geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	0,047
Liquidez Reduzida	Ativo Circulante – Existências / Passivo Circulante	0,04
Liquidez Imediata	Disponibilidades/Passivo Curto Prazo	0,0150

RÁCIOS DE SITUAÇÃO		2013
Taxa Cobertura p/ FM	Fundo de Maneio / Existências	-141,83
Taxa Cobertura Ativo Circulante pelo FM	Fundo de Maneio / Ativo Circulante	-20,24

RÁCIOS DE ALAVANCA FINANCEIRA		2013
Endividamento	Passivo/ Ativo	0,526
Endividamento a m/l prazo	Passivo m/l prazo / Ativo	0,301

RÁCIOS DE SOLVABILIDADE E AUTONOMIA		2013
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Ativo Liquido	0,47
Solvabilidade	Ativo / Passivo	1,90
Capacidade de endividamento a m/l prazo	Dividas a terceiros m/l prazo / Capitais permanentes	0,39

Rácios de Liquidez:

Demonstram que apenas 4,71% dos nossos compromissos financeiros de curto prazo poderão ser satisfeitos, logo tendemos a pagar as nossas dívidas muito lentamente, o que fará aumentar o nosso Passivo de curto prazo. As nossas Disponibilidades permitem apenas satisfazer 1,50% das exigências do passivo de curto prazo.

As parcelas do Ativo Circulante mais líquidas (disponíveis e realizáveis) são insuficientes para cobrir as dívidas de curto prazo (liquidez reduzida=0,04).

Rácios de Situação:

O Fundo Maneio Liquido é negativo (€-2.402.717,92), pois o Passivo de curto prazo é muito superior ao Ativo de curto prazo, o que origina o Fundo Maneio negativo provocando grandes dificuldades de liquidez.

As Taxas de Cobertura do Ativo Circulante e das Existências são ambas negativas, -141,83 e - 20,24 respetivamente. Logo o Fundo de Maneio não cobre o valor do Ativo Circulante nem das Existências.

Rácios de Alavanca Financeira:

O Endividamento do Município situa-se nos 52,63%, sendo 30,12% correspondente ao endividamento de médio e longo prazo.

Rácios de Solvabilidade e Autonomia:

O rácio de autonomia financeira é de 0,47 que corresponde à parcela dos ativos que é financiada pelos capitais alheios.

O rácio de solvabilidade é de 1,90, é significativamente baixo, traduz-se em fragilidade económico-financeira, e com pouca capacidade de responder aos compromissos de médio longo prazo.

V – CONTABILIDADE DE CUSTOS

O quadro n.º 27 apresenta os custos de 2013 referentes às atividades do Município de Mourão que totalizaram €549.476,12.

Das atividades com maior peso, destacam-se, o ensino com um peso de 30,71%, ascende a €168.762,79, os resíduos sólidos e limpeza urbana que representa 20,62% (€ 113.282,00) dos custos com as atividades municipais, devido aos

encargos com a GESAMB, seguem os custos com a energia elétrica (iluminação pública – EDP) com um peso de 16,28% (€89.466,22).

As comemorações temáticas também têm um peso significativo nas atividades desenvolvidas pelo Município com um peso de 15,85% (€87.112,40), sendo a festa de N.ª Senhora das Candeias a festa com o custo mais significativo €44.734,83.

As obras de grande reparação/obras de construção a novo têm um peso pouco significativo de 9,43% (€51.832,21), referente à construção da habitação na R. Joaquim José Vasco Gusmão, e ao arranjo paisagístico da rotunda ESTE EN256.

As restantes rubricas não têm grande expressão, a feira anual representa 3,64%, os serviços culturais, recreativos e religiosos, 2,47% e a segurança e ação social que representa 0,98%.

Quadro n.º 27 - Custos com atividades municipais

ACTIVIDADES MUNICIPAIS	MOD	MATERIAIS	MAQ./VIAT.	O. CUSTOS	TOTAL
COMEMORAÇÕES TEMÁTICAS	13.395,23	39.883,24	1.696,45	32.137,48	87.112,40
COMEMORAÇÕES 25 DE ABRIL	543,50	1.996,32	92,77	0,00	2.632,59
FESTA DE Nª SR.ª DAS CANDEIAS EM MOURÃO	2.788,43	20.734,55	312,35	20.899,50	44.734,83
FESTA DE S. BRAS - FREG GRANJA	432,99	2.500,59	166,83	2.500,59	5.601,00
FESTA DE S. SEBASTIÃO - FREG GRANJA	1.676,30	4.210,00	94,06	3.703,76	9.684,12
FESTA DE Nª SR.ª DA LUZ - FREG DA LUZ	2.956,97	6.389,78	335,37	4.393,28	14.075,40
OUTRAS COMEMORAÇÕES TEMÁTICAS	4.997,04	4.052,00	695,07	640,35	10.384,46
ENSINO	27.637,26	39.160,11	30.828,18	71.137,24	168.762,79
REFEIÇÕES ESCOLARES	0,00	30.589,85	0,00	15.922,26	46.512,11
REFEIÇÕES - PRÉ-ESCOLAR MOURÃO	0,00	15.175,39	0,00	0,00	15.175,39
REFEIÇÕES - PRE-ESCOLAR E EB1- GRANJA	0,00	8.369,19	0,00	0,00	8.369,19
REFEIÇÕES - PRE-ESCOLAR E EB1- LUZ	0,00	7.045,27	0,00	0,00	7.045,27
REFEIÇÕES - COMPARTICIPAÇÃO	0,00	0,00	0,00	15.922,26	15.922,26
TRANSPORTES ESCOLARES					
TRANSPORTES ESCOLARES - PRÉ-ESCOLAR	1.037,37	0,00	1.155,67	0,00	2.193,04
TRANSPORTES ESCOLARES - EB 1	2.529,46	0,00	3.077,15	0,00	5.606,61
TRANSPORTES ESCOLARES - EB 2,3	13.024,22	0,00	12.453,32	0,00	25.477,54
TRANSPORTES ESCOLARES – ALUNOS DO SECUNDÁRIO	0,00	0,00	0,00	55.214,98	55.214,98
ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR					
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – PRÉ-ESCOLAR	2.276,29	0,00	3.119,73	0,00	5.396,02
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – EB 1	5.636,81	0,00	7.097,47	0,00	12.734,28
ATIVIDADES DE ENRIQ. CURRICULAR – EB 2, 3	3.133,11	156,04	3.924,84	0,00	7.213,99
MATERIAL ESCOLAR	0,00	8.414,22	0,00	0,00	8.414,22
MATERIAL ESCOLAR – EB1	0,00	8.414,22	0,00	0,00	8.414,22
SEGURANÇA E AÇÃO SOCIAL	516,71	3.929,67	328,81	632,38	5.407,57
CPCJ - C. DE PROT. DE CRIANCAS E JOVENS	0,00	1.605,18	0,00	632,38	2.237,56
OUTRAS ATIV. - TERCEIRA IDADE	516,71	2.324,49	328,81	0,00	3.170,01
RESIDUOS SOLIDOS E LIMPEZA URBANA	43.440,40	0,00	20.566,48	49.275,12	113.282,00
RECOLHA DE LIXO URBANO	40.708,48	0,00	19.696,35	49.275,12	109.679,95
RECOLHA DE LIXO SELECTIVO	1.635,34	0,00	686,21	0,00	2.321,55
RECOLHA DE MONOS	209,78	0,00	8,18	0,00	217,96
MANUTENÇÃO DE CONTENTORES	802,67	0,00	153,23	0,00	955,90
RECOLHA DE RESIDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO	84,13	0,00	22,51	0,00	106,64
SERV. CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.600,74	1.498,08	67,17	10.431,99	13.597,98
REGI-GRANJA	639,37	0,00	24,18	0,00	663,55
CONCURSO DE PESCA MUNICIPAL	0,00	43,05	0,00	0,00	43,05
CAÇA MUNICIPAL	0,00	437,95	0,00	10.431,99	10.869,94
OUTRAS ATIVIDADES DESPORTO, RECREIO E LAZER	0,00	932,59	0,00	0,00	932,59
ATIVIDADES DA GALERIA MUNICIPAL	329,75	0,00	0,00	0,00	329,75
ATIVIDADES DO CINE-TEATRO	631,62	84,49	42,99	0,00	759,10
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	89.466,22	89.466,22
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MOURÃO	0,00	0,00	0,00	64.793,90	64.793,90
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - GRANJA	0,00	0,00	0,00	11.704,69	11.704,69
ILUMINAÇÃO PÚBLICA - LUZ	0,00	0,00	0,00	12.967,63	12.967,63
MERCADOS E FEIRAS	4.311,14	14.052,10	511,71	1.140,00	20.014,95
FEIRA ANUAL	0,00	2.030,13	0,00	562,75	2.592,88
OBRAS A NOVO	1.438,58	26.480,44	956,75	0,00	51.832,21
CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO R. JOAQUIM JOSÉ V. GUSMÃO	9.232,07	13.389,34	335,03	0,00	22.956,44
ARRANJO PAISAGISTICO DA ROTUNDA ESTE E.N.256	1.438,58	26.480,44	956,75	0,00	28.875,77
TOTAL DOS CUSTOS DAS ATIVIDADES					549.476,12

Quadro n.º 28 - Transferências para entidades terceiras

TRANSFERÊNCIAS PARA ENTIDADES TERCEIRAS	EM VALOR	EM ESPECIE	TOTAL
ASS H BOMBEIROS VOLUNT MOURÃO	42.940,00	211,48	43.151,48
CENTRO DE SAÚDE	0,00	245,01	241,01
ASS PROTECÇÃO SOCIAL POPULAÇÃO DA LUZ	0,00	1.001,34	1.001,34
ASS PROTECÇÃO SOCIAL POPULAÇÃO GRANJA	0,00	17.261,01	17.261,01
ABRIGO INFANTIL	0,00	779,14	779,14
CASA DO POVO - SEGURANÇA SOCIAL	0,00	160,38	160,38
CASA DO POVO - GRANJA	0,00	383,84	383,84
ADEREM- ASS DE DESENV.TO DE MOURÃO	218.609,95	44,58	218.654,53
BANDA MUNICIPAL DE MOURÃO	6.011,90	4.856,82	10.868,72
GRUPO COLOMBÓFILO DE MOURÃO	3.500,00	313,37	3.813,37
MOURÃO ATLÉTICO CLUB	0,00	978,74	978,74
ASS DE JOVENS DA FREGUESIA DE GRANJA	0,00	101,48	101,48
ASS DE JOVENS CAMPOS DE LOUSA	0,00	1.965,37	1.965,37
ASS DO GRUPO CORAL DA GRANJA	0,00	6.927,33	6.927,33
ASS EQUESTRE GRANJA OS AMIGOS DO CAVALO	0,00	588,97	588,97
ASS JUVENIL MOURÃO - A ENTRETENGA	0,00	1.632,88	1.632,88
FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE MOURÃO	4.689,24	3.004,09	7.693,33
JUNTAS DE FREGUESIA MOURÃO	0,00	798,98	798,98
JUNTAS DE FREGUESIA GRANJA	0,00	24.249,12	24.249,12
JUNTAS DE FREGUESIA LUZ	3.500,00	1.238,24	4.738,24
CIMAC	44.644,30	0,00	44.644,30
ASS. TRANSF. DOS MUNICIPIOS TERRAS DO GRANDE LAGO	11.700,00	0,00	11.700,00
ANMP-ASS. NACIONAL MUNICIPIOS PORTUGUESES	5.218,00	0,00	5.218,00
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE MOURÃO	0,00	713,67	713,67
TRANSF. PARA PARTICULARES	0,00	35.292,32	35.292,32
TOTAL DOS CUSTOS C/ TRANSF. PARA ENTIDADES TERCEIRAS	**340.813,39**	**102.748,16**	**443.561,55**

Analisando o quadro n.º 28 podemos verificar que a maioria das transferências para entidades terceiras 76,84% foram em valor €340.813,39, e as restantes transferências 23,16% foram efetuadas em espécie €102.748,16.

Quadro n.º 29 – Gestão de Equipamentos

GESTÃO DE EQUIPAMENTOS	CF	PQR	TOTAL
EDIFICIOS PRE-ESCOLARES E 1º CICLO ENSINO BASICO	266.527,83	17.124,56	283.652,39
JARDIM DE INFÂNCIA DE MOURÃO	45.748,08	3.260,83	49.008,91
EBI 1, 2 e 3º CICLO MOURÃO	166.363,13	11.627,67	177.990,80
EBI DA GRANJA – J.I. E 1.º CICLO	18.479,50	1.185,76	19.665,26
J.I. E EB 1º CICLO LUZ	31.589,36	838,10	32.427,46
MEDIATECA - MOURÃO	1.841,02	0,00	1.841,02
CANTINA DE APOIO Á ESCOLA DA GRANJA	2.506,74	212,20	2.718,94
HABITACAO	91.572,37	4.022,76	95.595,13
HABITAÇÃO NA RUA DO POÇO	91.572,37	1.820,11	93.392,48
HABITAÇÃO – TRAVESSA DOS PINHEIROS LOTE 4	0,00	99,45	99,45
HABITAÇÃO – TRAVESSA DOS PINHEIROS LOTE 12	0,00	26,48	26,48
HABITAÇÃO – BAIRRO DO ROSSIO LOTE 21	0,00	2.076,72	2.076,72
CEMITERIOS	12.645,56	3.572,71	16.218,27
CEMITÉRIO MUNICIPAL	12.645,56	3.572,71	16.218,27
SANITARIOS PUBLICOS	3.712,96	290,38	4.003,34
SANITARIOS PUBLICOS-MOURÃO	161,98	251,85	413,83
SANITARIOS PUBLICOS-GRANJA	3.550,98	27,39	3.578,37
SANITARIOS PUBLICOS-LUZ	0,00	11,14	11,14
CULTURA	24.685,21	1.916,81	26.602,02
BIBLIOTECA MUNICIPAL	11.679,50	160,80	11.840,30
GALERIA MUNICIPAL	904,50	955,44	1.859,94
CINE-TEATRO MOURANENSE	1.361,62	80,44	1.442,06
CASTELO DE MOURÃO	5.292,57	61,53	5.354,10
ESPAÇO INTERNET	5.447,02	658,60	6.105,62
DESPORTO, RECREIO E LAZER	139.065,84	15.963,22	155.029,06
COMPLEXO MUNIC PISCINAS DESCOBERTAS	21.346,11	7.143,13	28.498,24
COMPLEXO MUNIC PISCINAS COBERTAS	80.901,61	3.133,66	84.035,27
PAVILHAO GIMNODESPORTIVO MOURÃO	16.532,53	27,65	16.560,18
PAVILHAO GIMNODESPORTIVO LUZ	15.478,76	1.629,97	17.108,73
CAMPO DE FUTEBOL 11 MOURÃO	4.337,37	765,62	5.102,99
CAMPO DE TIRO	469,46	3.263,19	3.732,65
MERCADOS E FEIRAS	7.753,38	1.516,73	9.270,11
MERCADO MUNICIPAL	7.753,38	1.422,72	9.176,10
PARQUE DA FEIRA	0,00	94,01	94,01
TURISMO	6.781,91	2.230,23	9.012,14
POSTO DE TURISMO DE MOURÃO	6.781,91	2.230,23	9.012,14
EDIFICIOS DE INSTALAÇÃO DE SERVIÇOS	46.909,36	13.658,31	60.567,67
PAÇOS DO CONCELHO	31.242,88	6.579,91	37.822,79
OFICINAS	9.135,54	96,01	9.231,55
CASÃO D. MANUEL I	1.310,38	193,74	1.504,12
CASÃO DO BEJOIM	5.220,56	6.788,65	12.009,21
EDIFICIOS NA POSSE DE TERCEIROS	3.529,74	12.329,51	15.859,25
ANTIGO MATADOURO MUNICIPAL	1.812,13	1.365,70	3.177,83
SEDE MOURÃO FUTEBOL CLUBE	14,80	0,00	14,80
PRAÇA DE TOUROS MOURÃO	1.011,87	5.551,00	6.562,87
PRAÇA DE TOUROS GRANJA	376,92	4.896,16	5.273,08
CAMPO DE FUTEBOL 7 MOURÃO	0,00	516,65	516,65
EDIF. R. CANDIDO DOS REIS (ANTIGO CENTRO DE SAÚDE)	190,50	0,00	190,50
EDIF. R. CORREDOURA NA GRANJA	123,52	0,00	123,52
OUTROS	13.078,17	9.053,87	22.132,04
EDIF ANTIGA ESC. PREPARAT. MOURÃO-GAB. TÉCNICO	4.962,65	1.204,73	6.167,38
ANTIGO POSTO DA GUARDA FISCAL DE S. LEONARDO	6.407,22	354,94	6.762,16
EDIFÍCIO DA RUA DO POÇO	467,02	1.617,42	2.084,44
EDIFÍCIO APOIO FREG LUZ	105,97	9,50	115,47
EDIFÍCIO RUA DR. LIBÂNEO RAMALHO ESQUÍVEL	0,00	1.130,46	1.130,46
ANTIGO LAGAR DE AZEITE ADAP. MUSEU DO AZEITE	196,48	4.736,82	4.933,30
OUTROS EDIFICIOS/ INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	938,83	0,00	938,83
EQUIPAMENTOS	0,00	2.050,65	2.050,65
EQUIPAMENTO BÁSICO – PEQUENAS REPARAÇÕES	0,00	133,29	133,29
FERRAMENTAS E UTENSILIOS – PEQUENAS REPARAÇÕES	0,00	1.822,22	1.822,22
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS – PEQUENAS REPARAÇÕES	0,00	95,14	95,14
GESTÃO DE EQUIPAMENTOS	**616.262,33**	**83.729,74**	**699.992,07**

Os custos de gestão de equipamentos ascendem os €699.992,07, e dividem-se por os CF – custos fixos no valor de € 616.262,33 (88,04%) que engloba todos os custos de funcionamento dos equipamentos, e os custos de PQR – pequenas reparações no valor de €83.729,74 (11,96%) que reúne todos os custos com pequenas reparações de manutenção dos respetivos equipamentos.

Ao analisarmos o quadro n.º 29, verificamos que as rubricas mais relevantes nos custos dos equipamentos são, os "edifícios Pré-Escolares e o 1.º Ciclo Ensino Básico que representam 43,25% do total dos custos fixos e 20,45% dos custos de PQR- pequenas reparações.

Seguindo-se os equipamentos de desporto recreio e lazer, com um peso de 22,57% dos custos dos custos fixos devido aos elevados custos de funcionamento da piscina coberta, e 19,07% dos custos PQR- pequenas reparações.

Quadro n.º 30 – Gestão de Infraestruturas Municipais

GESTÃO DE INFRAESTRUTURAS MUNICIPAIS	MOD	MATERIAIS	MAQ./VIAT.	O. CUSTOS	TOTAL
SANEAMENTO	8.992,09	2.207,42	897,92	205.970,10	218.067,53
REDE DE SANEAMENTO DE MOURÃO	6.697,47	1.966,11	624,57	119.937,15	129.225,30
REDE DE SANEAMENTO GRANJA	1.561,89	241,31	160,62	53.184,16	55.147,98
REDE DE SANEAMENTO LUZ	468,66	0,00	78,07	32.521,11	33.067,84
SANEAMENTO - TX DE REC. HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	327,68	327,68
ESTAÇÕES BOMBAGEM MOURÃO - PISCINAS	264,07	0,00	34,66	0,00	298,73
ABASTECIMENTO DE ÁGUA	22.400,32	17.017,17	6.329,04	200.477,13	246.223,66
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA MOURÃO	10.515,36	10.482,22	2.862,91	6.391,35	30.251,84
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA GRANJA	6.485,13	4.414,86	2.213,48	4.549,03	17.662,50
REDE ABASTECIMENTO DE AGUA LUZ	1.454,59	418,74	457,13	39.900,74	42.231,20
REDE ABAST. AGUA - TAXA DE REC. HIDRICOS	0,00	0,00	0,00	4.386,53	4.386,53
CAPTAÇÕES DE AGUAS MOURÃO	1.370,13	1.250,35	202,48	0,00	2.822,96
CAPTAÇÕES DE AGUAS GRANJA	843,28	437,75	92,63	0,00	1.373,66
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS AGUAS MOURÃO	150,23	0,00	31,96	796,49	978,68
ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS AGUAS GRANJA	392,71	13,25	162,80	235,80	804,56
RESERVATÓRIO DE ÁGUA DE MOURÃO	590,11	0,00	109,35	144.217,19	144.916,65
RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA GRANJA	598,78	0,00	196,30	0,00	795,08
PARQUES, JARDINS E ESP. VERDES - MOURÃO	6.677,03	10.177,26	7.509,21	4.713,58	29.077,08
PARQUE JUVENIL JUNTO AO B. PRÉ-FABRICADO	48,72	0,00	33,54	0,00	82,26
JARDIM MUNICIPAL PRAÇA DA REPÚBLICA	1.076,58	513,74	32,52	4.713,58	6.336,42
JARDIM LARGO PROF. ROGÉRIO B. BARRETO	189,64	0,00	378,62	0,00	568,26
PARQUE DAS PORTAS DE S. BENTO	239,67	0,00	316,97	0,00	556,64
PARQUE DA MATA DE S. BENTO	1.756,94	1.997,34	443,94	0,00	4.198,22
PARQUE DR. LIBÂNIO ESQUIVEL	241,56	0,00	338,27	0,00	579,83
PARQUE DO BAIRRO DA BARRUSCA	421,19	212,01	356,28	0,00	989,48
PARQUE DO ROSSIO DO POÇO LARGO	75,08	0,00	375,86	0,00	450,94
ESPAÇO EXT. PISCINA COBERTA	71,74	0,00	338,27	0,00	410,01
ENV. PISCINAS E O PARQUE DE FEIRAS	33,12	0,00	373,34	0,00	406,46
EV. LARGO TENENTE GEN. JOSÉ ANT. DA ROSA	1.243,05	30,81	344,25	0,00	1.618,11
ENV. BIBLIOTECA MUNICIPAL	80,45	0,00	394,64	0,00	475,09
EV CHAFARIZ E ZONA ENVOLVENTE	73,18	0,00	354,55	0,00	427,73
ENV. LARGO DA RUA DE OLIVENÇA	156,07	0,00	299,43	0,00	455,50
EV MEDIATECA DA EBI DE MOURÃO	133,80	0,00	575,05	0,00	708,85
EV. LARGO GOV. FURTADO MENDONÇA	184,19	0,00	187,93	0,00	372,12
OUTROS PARQUES E JARDINS DE MOURÃO	652,05	7.423,36	2.365,75	0,00	10.441,16
PARQUES, JARDINS E ESP. VERDES - GRANJA	408,46	0,00	0,00	0,00	408,46
JARDIM PUBLICO DA FREGUESIA DE GRANJA	208,95	0,00	0,00	0,00	208,95
OUTROS PARQUES E JARDINS DA GRANJA	199,51	0,00	0,00	0,00	199,51
PARQUES, JARDINS E ESPAÇOS VERDES - LUZ	0,00	180,81	0,00	0,00	180,81
ENV. LARGO 25 DE ABRIL NA FREGUESIA DE LUZ	0,00	180,81	0,00	0,00	180,81
REDE VIÁRIA	6.205,33	14.838,34	2.728,93	0,00	23.772,60
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - MOURÃO	1.250,63	7.706,40	1.101,39	0,00	10.058,42
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - GRANJA	4.128,70	0,00	1.361,70	0,00	5.490,40
ESTRADAS E CAMINHOS MUNICIPAIS - LUZ	246,82	0,00	170,29	0,00	417,11
CAMINHOS AGRÍCOLAS E PÚBLICOS	579,18	7.131,94	95,55	0,00	7.806,67
ARRUAMENTOS	9.462,67	47.396,77	1.049,21	0,00	57.908,65
ARRUAMENTOS - MOURÃO	1.465,30	35.967,45	822,25	0,00	38.255,00
ARRUAMENTOS - GRANJA	7.882,15	11.134,12	216,38	0,00	19.232,65
ARRUAMENTOS - LUZ	115,22	295,20	10,58	0,00	421,00
SINALIZACAO	973,79	86,10	193,83	0,00	1.253,72
SINALIZACAO - MOURÃO	602,01	86,10	143,77	0,00	831,88
SINALIZACAO - GRANJA	218,26	0,00	0,00	0,00	218,26
SINALIZACAO - LUZ	153,52	0,00	50,06	0,00	203,58
OUTRAS	114,66	0,00	61,87	0,00	176,53
PEDREIRA DE XISTO	114,66	0,00	61,87	0,00	176,53
TOTAL	**55.234,35**	**91.903,87**	**18.770,01**	**411.160,81**	**577.069,04**

Os custos de gestão das infraestruturas municipais ascendem a €577.069,04. Os custos mais elevados são os custos com o abastecimento de água e saneamento no valor de €246.223,66 e €218.067,53 respectivamente. Estes custos elevados são justificados pela prestação de serviços das Águas do Centro Alentejo S.A. e têm um peso de 80,46% dos custos de gestão de gestão das infra-estruturas do Município. Seguem-se os custos com os arruamentos, no valor de €57.908,65 com o peso de 10,03%, justificado pelos custos de manutenção dos arruamentos do concelho.
As restantes rubricas, têm um peso muito pouco significativo nos custos de gestão de infra-estruturas municipais.

Quadro n.º 31 – Gestão de Infraestruturas Municipais

CUSTOS DE ESTRUTURA	CUSTOS
ÓRGÃOS DA AUTARQUIA	436.962,73
ASSEMBLEIA MUNICIPAL	6.513,55
CÂMARA MUNICIPAL	430.449,18
GABINETES DEPENDENTES DA PRESIDÊNCIA	90.993,08
GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA	69.584,31
SERVIÇO MÉDICO-VETERINÁRIO	21.408,77
UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	483.590,94
INFORMATICA	41.801,70
PATRIMÓNIO	8.017,52
RECURSOS HUMANOS	66.847,08
TESOURARIA	19.136,37
APOIO AOS ORGÃOS AUTARQUICOS	194,87
APOIO JURIDICO	24.549,91
APROVISIONAMENTO	12.091,66
ATENDIMENTO AO CIDADÃO	5.385,52
CONTABILIDADE E FINANÇAS	91.113,10
EXPEDIENTE GERAL E ARQUIVO	81.226,79
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA	133.226,42
UNIDADE ORGÂNICA SÓCIO-CULTURAL	821.395,32
APOIO ADMINISTRATIVO - DSC	4,39
BIBLIOTECA E ARQUIVO	14.026,26
CULTURA	115.491,51
DESPORTO E JUVENTUDE	156.678,67
EDUCAÇÃO	151.228,09
AÇÃO SOCIAL	448,15
HABITAÇÃO SOCIAL	4.827,59
MUSEU	6.794,44
REDE SOCIAL	11,11
TURISMO	4.411,68
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA SOCIO-CULTURAL	367.473,43
UNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS E URBANISMO	3.000.947,44
APOIO ADMINISTRATIVO - DOU	29.602,85
ÁGUA E SANEAMENTO	244.344,55
AMBIENTE E QUALIDADE	91.712,53
ARMAZÉM	7.093,20
ARRUAMENTOS E ZONAS VERDES	300.766,17
CEMITERIOS	15,66
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA	1.101,85
GABINETE TÉCNICO	60.054,04
GESTÃO FLORESTAL	8.179,94
GESTÃO URBANISTICA	14.419,95
MERCADOS E FEIRAS	180,37
OBRAS	314.606,82
OFICINAS	21.706,71
PARQUE DE MAQUINAS	27.451,60
PLANEAMENTO	22,29
REDE VIÁRIA	1.128.289,18
RESIDUOS SÓLIDOS	4.794,93
COMUNS À UNIDADE ORGÂNICA DE AMBIENTE, OBRAS E URBANISMO	746.604,80
TOTAL DOS CUSTOS DE ESTRUTURA	**4.833.889,51**

Os custos de estrutura totalizam €4.833.889,51. Nos custos de estrutura estão discriminados todos os custos afetos aos serviços inclusive as remunerações e os encargos sociais dos funcionários do Município, as amortizações, e todos os outros custos afectos a cada um dos serviços.

A unidade orgânica de ambiente obras e urbanismo, representa 62,08% do total dos custos de estrutura devido ao facto de a maioria dos funcionários do Município depender desta unidade. Segue-se a unidade orgânica sociocultural com um peso de 16,99%, a unidade orgânica administrativa e financeira 10%, os órgãos da autarquia, 9,04% e os gabinetes dependentes da presidência

No que concerne aos custos de máquinas e viaturas, o quadro n.º 32, apresenta os custos suportados pelo Município com as máquinas e viaturas, e totalizou o montante de €100.420,68. As máquinas com um custo de €27.925,53 e representa 27,81% do custo total, e as viaturas com um custo de €72.495,15 com que representa 72,19% do custo total das máquinas e viaturas.

Quadro n.º 32 – Gestão de Infraestruturas Municipais

TOTAL DOS CUSTOS MAQ. E VIATURAS	CUSTOS €
MÁQUINAS	27.925,53
GERADOR A GASOLINA - NI 1211	1.454,29
GERADOR A GASÓLEO - NI 1365	42,41
GERADOR A GASÓLEO – NI 1809	589,55
TRATOR CORTA RELVA – NI 2667	360,62
MOTOSERRA – NI 3065	18,41
MOTOSERRA – NI3066	276,31
BETONEIRA – NI 3082	31,75
RETROESCAVADORA – NI 3448	1.372,00
VM DUMPER ASTEL - NI 3680	24,60
TRACTOR FORD 6600 – NI 3951	4.667,52
MOTOCULTIVADOR – MOTO-ENCHADA – NI 4051	78,91
JOPER 5000 L – NI 4420	985,25
ROÇADORA STIHL – NI 4468	274,81
CILINDRO – NI 4649	405,23
ESCAVADORA/TERRAPLANADORA – NI 4650	4.796,62
CATERPILLAR RECTROESCAVADORA 438C STET – NI 4692	320,86
VM DUMPER ASTEL 3000 S/M – NI 5018	2.486,91
GERADOR LINGA HD 550 – NI 5030	124,51
MOTOBOMBA BOUNDERKINE – NI 5031	62,26
MOTOSERRA STIHL MS 192 – NI 5047	440,26
APARELHO DE TOPOGRAFIA – NI5154	35,52
VARA ELETRICA – NI 5209	104,57
VARA ELETRICA – NI 5210	104,57
MAQUINA LIMPADORA DE ESGOTOS – NI 5295	1.175,44
CORTA RELVAS SNAPPER – NI5302	191,65
ROÇADORA STHIL 250 – NI 5771	104,39
ROÇADOR RM 90 – NI 5772	1.118,92
PODADORA HT SERRA – NI 5773	49,54
MOTOSERRA MS 200 T – NI 5774	124,99
BETONEIRA 180L – NI 5776	139,16
MÁQUINA DE CORTAR PEDRA – NI 5786	281,22
CORTA RELVAS – NI 5802	908,45
RETROESCAVADORA KOMATSU – NI 5803	2.264,51
GERADOR 27 KVA – NI 5840	153,76
MOTOSERRA MS 170 – NI 5931	80,20
GRADE DE DISCOS GALUCHO – NI 5959	246,01
LIXADEIRA METABO ORBITAL SR358 – NI 6120	493,01
BETONEIRA 300 L - NI 6182	143,68
CILINDRO BOMAG BW 138 AD – NI 6194	1.210,15
CORTA RELVAS HRH HONDA - NI 6230	182,71
VIATURAS	72.495,15
IVECO CC 57-83-QS – NI 3201	1.923,90
NISSAN PICK UP 97-81-AX – NI 3440	972,02
RENAULT 4 TL XG-87-14 – NI 3669	2.868,63
TOYOTA HIACE 40-39-ET - NI 3673	746,66
MITSUBISHI L 200 VB-26-33 - NI 3675	995,78
VOLVO 32-61-UT – NI 3677	4.723,85
FORD TRANSIT 33-66-LF – NI 3678	729,06
TOYOTA HIACE 09-03-LG – NI 3681	535,92
FORD 4600 CT-83-94 – NI 3682	2.436,72
RENAULT QJ-53-98 - NI 3683	770,19
VOLKSWAGEN PASSAT 45-57-DS - NI 3687	2.785,50
NISSAN JP 69-31-CP - NI 3688	519,14
VOLKSWAGEN GOLF 13-29-AM - NI 3689	1.126,78
VOLVO 64-47-GQ – NI 3769	3.170,20
NISSAN 10-70-BP – NI 3795	162,58
NISSAN VANETTE 42-31-BT – NI 3796	966,94
FIAT 55-56-DT 23-09-LF – NI 3799	4.394,24
VOLVO BJ-62-79 – NI 3950	704,50
VOLVO LG-44-42 – NI 4417	225,70
CITROEN SAXO - AZUL 70-61-IZ – NI 4664	1.807,62
CITROEN SAXO - BRANCO 08-69-IR – NI 4665	1.215,48
TRATOCARRO 4*4 – NI 4686	961,59
VOLKSWAGEN PASSAT 28-BU-26	1.078,37
AUTOCARRO PASSAGEIROS 28-GL-32	4.590,25
TRACTOR DE RASTOS – FIAT – NI 5563	5.080,74
MITSUBISHI STRAKAR 34-50-VL – NI 5623	3.735,32
RENAULT TRAFIC COMBI 82-LF-08 – NI 5624	7.776,12
RENAULT TRAFIC COMBI 82-LF-11 – NI 5625	8.103,27
TRACTOR JONH DEER – NI 5858	6.154,97
NISSAN PICK-UP 57-53-HD – NI 6145	1.233,11
TOTAL DOS CUSTOS DE MAQUINAS E VIATURAS	**100.420,68**

O Presidente da Câmara Municipal de Mourão

Dr.ª Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara

MUNICÍPIO DE MOURÃO

PAEL – PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

10/06/2020

ÍNDICE

I Enquadramento 3

II Execução 4

III Análise das Medidas do Plano de Ajustamento Financeiro 5

I - ENQUADRAMENTO

Os recentes diplomas legais publicados, designadamente a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro e a Lei do Orçamento do Estado de 2013 (Lei nº 83-C/2013, de 31 de dezembro), veio estabelecer um conjunto de regras a observar pela administração local no que concerne à cabimentação e assunção de compromissos, o que impele a uma reorganização e racionalização das despesas públicas.

Face às dificuldades apresentadas pelos Municípios relativamente à aplicação dos normativos infra referidos foi celebrado um Memorando de Acordo entre o Governo e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), que previu a criação de uma linha de crédito para os Municípios Portugueses, (PAEL – Programa de Apoio À Economia Local) tendo por objetivo a revitalização das economias locais através dos pagamentos a fornecedores, e facilitar a regularização do pagamento das dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012.

Para efeitos da candidatura, os municípios foram distribuídos, em função da sua atual situação financeira, por dois Programas:

1. **Programa I**, destinado a municípios que:
   a) Se encontrem abrangidos por plano de reequilíbrio financeiro;
   b) A 31 de dezembro se encontravam numa situação de desequilíbrio estrutural;
   c) Aqueles que, não se encontrando nas situações descritas, tenham pagamentos em atraso e optem por este programa.

2. **Programa II**, destinado aos restantes municípios que, em 31 de março de 2011 tivessem pagamentos em atraso (há mais de 90 dias).

No âmbito desta candidatura, o Município de Mourão foi enquadrado no Programa I, celebrou em 06 de junho de 2013, o contrato de financiamento no valor de €1.174.764,62 com o Estado Português, o qual foi visado pelo Tribunal de Contas em 25/10/2013, destinado ao pagamento de dívidas vencidas há mais de 90 dias, à data de 31 de março de 2012, registadas no SIIAL – Sistema Integrado de Informação da Administração Local.

II - EXECUÇÃO

À data de 26 de novembro de 2013, o Município recebeu o primeiro desembolso do referido empréstimo no valor de 704.858,77€ (60% do montante financiado) e efetuou o pagamento das faturas incluídas no Quadro VI visado pelo Tribunal de Contas, por ordem decrescente de maturidade da dívida.

Algumas das faturas incluídas no Quadro VI foram pagas antecipadamente com receita própria do Município, pois eram situações excecionais, designadamente processos de injunção a decorrer.

Os pagamentos efetuados com o 1.º desembolso foram validados pela DGAL, e certificados pelo ROC. À data de 10 de março de 2014, recebemos o 2.º desembolso no valor de 234.952,92€ e foram efetuados os respetivos pagamentos.

À presente data, aguardamos a certificação do ROC e validação da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, para libertação do 3.º e último desembolso.

Foi remetido à DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, a ficha de acompanhamento anual e o anexo I, com a execução das medidas propostas no plano de ajustamento financeiro, ambos disponibilizados pela DGAL, para cumprimento da prestação de informação de acompanhamento e monitorização do PAEL, e em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012, presente à Assembleia Municipal na sessão ordinária de 21 de fevereiro de 2014, para conhecimento.

III – ANÁLISE DE MEDIDAS DO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

O pedido de adesão ao Programa de Apoio à Economia Local (PAEL) é acompanhado do Plano de Ajustamento Financeiro aprovado pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

O Plano de Ajustamento Financeiro preconiza a implementação de medidas de contenção de despesas e maximização de receitas de modo a permitir a sua exequibilidade e o equilíbrio e sustentabilidade financeira da Autarquia.

O plano tem um horizonte temporal equivalente ao do empréstimo concedido pelo Estado, e contém um conjunto de medidas específicas e quantificadas, que evidenciam o restabelecimento da situação financeira do Município, tendo em conta os seguintes objetivos:

- Redução e racionalização da despesa corrente e de capital;
- Existência de regulamento de controlo interno;
- Otimização da receita própria;
- Intensificação do ajustamento municipal nos primeiros cinco anos de vigência do PAEL.

A otimização da receita, obtém-se com a maximização dos preços cobrados pelo Município, nos sectores do saneamento de águas residuais, abastecimento público de água e resíduos, atendendo, a que os preços não devem ser inferiores aos custos direta e indiretamente suportados pela prestação de serviços (cf. art.º 21.º da Lei n.º73/2013 de 03 de setembro) e devem respeitar as recomendações da ERSAR.

Elaboramos o novo regulamento que está em discussão pública e fixamos os novos preços da prestação de serviços de saneamento de águas residuais, abastecimento público de água e resíduos.

E com a otimização e racionalização das taxas cobradas pelo Município, o regulamento de taxas e a respetiva tabela de taxa será reapreciada e atualizada no ano de 2014.

O Município também tem aperfeiçoado os processos e controlo de factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como a aplicação de coimas e instauração de processos de execução fiscal.

No que concerne à redução e racionalização de despesa, é obtida com a diminuição de custos de funcionamento corrente, salvaguardando a prestação de serviços públicos.

O Município, reforçou as medidas de racionalização de custos, designadamente:

- A redução de despesas com pessoal através da diminuição do quadro de pessoal, pela via da aposentação e limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo;

- A redução dos custos com energia elétrica, não só, pela parceria com a CIMAC para aquisição a nível internacional de serviços de fornecimento de energia, mas também, através da gestão de uma maximização mais eficiente de energia;

- A redução dos custos com comunicações fixas e móveis, através da utilização mais eficiente e estabelecimento de plafonds;

- Redução dos consumos de combustíveis e das despesas de manutenção, através da melhoria da gestão de frota municipal;

- E procedimentos rigorosos de controlo de aquisição de bens e serviços, com a minimização do recurso à subcontratação de trabalhos;

O quadro I, demonstra a execução das medidas propostas no plano de ajustamento financeiro. A grande maioria das medidas propostas está implementada, e as que ainda não estão implementadas, estão em processo de implementação.

Quadro I Execução das medidas

Ano 2013			
Medidas	Execução		Observações
	Implementada	Não implementada	
Redução de despesas com pessoal através da diminuição do quadro de pessoal em 10 colaboradores pela via da aposentação (2013 a 2017) e da limitação das horas extraordinárias e das ajudas de custo.	×		
Redução dos custos com energia elétrica.	×		
Redução dos custos com comunicações fixas e móveis.	×		
Redução dos custos com Seguros.		×	
Redução dos consumos de combustíveis e das despesas de manutenção da frota municipal.	×		
Procedimentos rigorosos de controlo de aquisição de bens e serviços, com a minimização do recurso à subcontratação de trabalhos.	×		
Avaliação cuidada dos critérios de atribuição de transferências e subsídios correntes e de capital.	×		
Controlo rigoroso do investimento, porque o financiamento deste está limitado ao valor do FEF.	×		
Despesas financeiras: eliminação de juros de mora após a aprovação da operação de reequilíbrio financeiro.		×	

Fixação dos preços cobrados pelo Município nos sectores do saneamento, água e resíduos nos termos definidos nas recomendações da ERSAR		×	O regulamento está em discussão pública para posterior aprovação e implementação.
Fixação das taxas determinadas pelo artigo 6.º da Lei 43 /2012 de 28 de Agosto sobre os impostos municipais, designadamente o IMI, Derrama e IRS.	×		As propostas foram aprovadas pela Assembleia Municipal em sessão extraordinária de 30/12/2013.
Aperfeiçoamento dos processos e de controlo sobre os factos suscetíveis de gerarem a cobrança de taxas e preços municipais, bem como do nível da aplicação de coimas e de promoção dos processos de execução fiscal a cargo do Município.		×	
Atualização dos regulamentos de controlo interno.		×	Está em execução a atualização dos regulamentos de controlo interno

Câmara Municipal
Mourão

RELATÓRIO ANUAL 2013

EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO

(n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais e alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012)

INDICE

1 INTRODUÇÃO 2
2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA 4
2.1 BALANÇOS 4
2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS 7
2.2.1 PROVEITOS 9
2.2.2 CUSTOS 11
2.2.3 RESULTADOS 12
2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA 13
2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS 15
2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO 16
3 CONCLUSÃO 18
4 ANEXO 20
4.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO 20
4.2 MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO 21
4.3 EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA 22
4.4 PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP 23
4.5 CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO 24

1 INTRODUÇÃO

O Estudo e o Plano de Saneamento Financeiro (PSF) foram aprovados pelo Executivo Municipal e Assembleia Municipal respectivamente em 15 de Setembro de 2009 e 24 de Setembro do mesmo ano. O correspondente visto do Tribunal de Contas foi obtido a 26 de Novembro de 2009. De então para cá foram elaborados os correspondentes relatórios semestrais e anuais que justificaram sempre os desvios desfavoráveis verificados face aos objectivos previstos no PSF. O **principal motivo para esses desvios desfavoráveis**, como foi sublinhado naqueles relatórios, foi a **alteração dos pressupostos** que serviram de suporte à elaboração e aprovação do PSF, nomeadamente, **a redução sistemática das transferências anuais do Estado e a diminuição das receitas próprias do Município** (receitas que estão já ao nível do ano de 2004), **quando estava prevista uma actualização dessas receitas a uma taxa de inflação de 1%** e, ainda, o **aumento de aproximadamente de 4% dos custos unitários dos principais bens e serviços** (água, tratamento de efluentes, resíduos, eletricidade, etc.) **bem acima da inflação prevista de 1%**.

Acresce ainda que o Estado, perante a grave crise económica e financeira nacional e europeia, veio com novas exigências legislativas de redução anual do nível endividamento, difíceis de cumprir, aplicáveis a todos os Municípios, independentemente da sua dimensão, do seu grau de dependência financeira (face às transferências do Estado), da sua capacidade de libertar anualmente fundos (*cash flow*), do seu desequilíbrio financeiro ou do seu programa aprovado de recuperação financeira (plano de saneamento ou de reequilíbrio).

Por isso, o Município impedido de recorrer a outras formas de financiamento de médio e longo prazo viu-se compelido a aderir ao PAEL (Lei n.º 43/2012, de 28 de Agosto) para pagamento das dívidas comerciais arrastadas à mais de 90 dias, tendo sido obtido o respectivo visto do Tribunal de Contas a 25/10/2013 ao valor de 1.174.764,62 Euros contra o que tinha sido inicialmente apresentado de 1.458.119 Euros.

Assim, na sequência do financiamento do PAEL (e das medidas exigidas para o seu acesso) foram ajustadas as projecções económico-financeiras do Plano de Saneamento Financeiro (PSF). Isto é, **o PAEL está enquadrado e passou a fazer parte do plano de saneamento financeiro**. Saliente-se que as projecções económico-financeiras ajustadas (por força de aprovação do PAEL) foram elaboradas a preços constantes (sem considerar o efeito da inflação).

O presente relatório, que acompanhará a prestação de contas do Município a 31/12/2013, pretende dar **cumprimento ao disposto no n.º 7 do artigo 40.º da Lei das Finanças Locais** ao procurar traduzir, ainda que de forma sintética, a execução do Plano de Saneamento do Município de Mourão. Por outro lado, como o **PSF teve que incluir as medidas exigidas no plano de ajustamento financeiro do PAEL** para poder beneficiar do empréstimo de MLP deste (PAEL) em condições mais vantajosas de taxa de juro do que as existentes no mercado interbancário, o presente relatório, também, **dá cumprimento ao disposto na alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012 do PAEL**.

2 ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A corrente apreciação será feita com base na apresentação de alguns mapas, que reputamos de fundamentais, como o Balanço, a Demonstração de Resultados, os Fluxos de Caixa, os Indicadores económicos e financeiros e ainda, os endividamentos líquido e de médio e longo prazo do Município.

Aqueles mapas serão constituídos por colunas, onde estarão inscritos os valores estimados constantes do PSF, os valores constantes da contabilidade municipal, para efeitos de análise e comparabilidade com o PSF e os desvios eventualmente verificados.

2.1 BALANÇOS

O Mapa 1, exposto de seguida, apresenta os Balanços do Município em diversos momentos do tempo. Esta peça contabilística consiste numa "fotografia" da situação financeira do Município numa determinada data, normalmente o fim do exercício económico (no caso em análise no fim de cada ano civil), onde é apresentado o Activo e as suas formas de financiamento (recorrendo a Fundos Próprios ou a Capitais Alheios correspondentes ao Passivo). No presente relatório, apenas evidenciaremos os **valores relevantes** do Balanço Real a 31/12/2013 face ao Balanço do PSF na mesma data.

Mapa 1
BALANÇOS

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% Desvio
ACTIVO				
Imobilizado Bruto	45.162.352	46.095.716	45.263.248	-2
Bens de dominio público	32.654.256	32.511.576	34.580.516	6
Imobilizações Incorpóreas	15.780	15.780	15.780	0
Imobilizações Corpóreas	10.380.278	11.508.235	10.469.035	-9
Investimentos financeiros	99.750	99.750	99.750	0
Imobilizado em Curso	2.012.288	1.960.375	98.168	-95
Amortizações Acumuladas	19.084.242	21.097.302	21.121.432	0
Existências	30.700	28.465	16.941	-40
Matérias-Primas	30.700	28.465	16.941	-40
Produtos acabados e em curso fabrico	0	0	0	-
Mercadorias	0	0	0	-
Outros	0	0	0	-
Provisões para depreciação existências	0	0	0	-
Dividas de terceiros Médio/Longo prazo	0	0	0	-
Dividas de terceiros Curto prazo	1.726.222	284.025	1.764.668	521
Clientes, Contribuintes e Utentes	1.718.677	284.025	1.747.957	515
Estado e outros entes públicos	7.544	0	16.711	-
Outros	1	0	0	-
Provisões para cobranças duvidosas	1.691.065	0	1.700.798	-
Disponibilidades	33.847	553.841	37.882	-93
Acréscimos e Diferimentos	47.856	30.526	26.807	-12
TOTAL ACTIVO	**26.225.671**	**25.895.270**	**24.287.316**	**-6**
PASSIVO				
Provisões para riscos e encargos	0	0	0	-
Dividas a terceiros Médio/Longo prazo	7.303.177	7.892.845	7.316.463	-7
Dividas a Instituições Crédito	7.303.177	7.892.845	7.316.463	-7
Dividas a Fornecedores Imobilizado	0	0	0	-
Outras Dividas	0	0	0	-
Dividas a terceiros Curto prazo	3.016.920	356.766	2.521.410	607
Dividas a Instituições Crédito	0	0	0	-
Fornecedores	1.586.838	103.541	1.281.156	1.137
Estado e outros Entes Públicos	749.587	60.072	884.267	1.372
Outras Dividas	680.495	193.153	355.988	84
Acréscimos custos	64.507	92.742	80.061	-14
Proveitos Diferidos	3.345.045	3.736.455	2.864.663	-23
TOTAL PASSIVO	**13.729.650**	**12.078.808**	**12.782.597**	**6**
FUNDOS PRÓPRIOS				
Património	28.325.118	28.325.118	28.325.118	0
Reservas	666.883	666.883	666.883	0
Resultados Transitados	-13.731.690	-14.651.853	-16.477.315	12
Resultados Liquidos	-2.764.290	-523.685	-1.009.966	93
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS	**12.496.021**	**13.816.463**	**11.504.719**	**-17**
TOTAL PASSIVO E FUNDOS PRÓPRIOS	**26.225.671**	**25.895.270**	**24.287.316**	**-6**

No que diz respeito ao **Activo** se analisarmos, nomeadamente, o Mapa de Activo Bruto integrante da prestação de contas, constata-se que **o Município investiu (adjudicado a terceiros), aproximadamente, 89.586,70 Euros** em 2013, tendencialmente abaixo do estimado no PSF devido às suas dificuldades financeiras.

Verifica-se ainda que o valor das **disponibilidades** adicionado das **dívidas de terceiros de curto prazo** (que provêm em 91% do débito feito à EDP no valor de 1.609.252 Euros, que foi totalmente provisionado) não chega para pagar o total do **passivo de curto prazo**. Como ainda está pendente de recebimento o restante do empréstimo do PAEL no valor de 469.905,85 Euros existe um ***deficit* real de fundo de maneio** de 1.906.004,98 Euros (2.375.911 Euros - 469.905,85 Euros).

Ao nível do **Passivo de médio e longo prazo** verifica-se que o valor das dívidas no fim de 2013 é inferior ao valor previsto no PSF. Esta evolução decorre, no essencial, de diversos efeitos conjugados:

- PSF tinha estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- está pendente de recebimento financiamento do PAEL (469.905,85 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros).

A matéria relativa à análise, quer aos resultados líquidos quer aos meios libertos, será abordada nas considerações sobre a Demonstração de Resultados.

2.2 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Efectuaremos de seguida algumas considerações breves para uma melhor compreensão das **tendências** "favoráveis" ou "desfavoráveis" que as rubricas que consideramos mais **relevantes** sofreram face ao previsto no PSF, em 2013.

O Mapa 2, apresentado de seguida, reflecte as Demonstrações de Resultados e analisa a **evolução** dos respectivos custos, proveitos e resultados.

Mapa 2
Demonstração de Resultados

	Real 2012	Previsão PSF 2013	Real 2013	% desv.
Vendas	94.981	371.233	95.403	-74
Produtos	94.981	368.782	92.652	-75
Mercadorias	0	2.451	2.752	12
Prestação serviços	188.541	424.038	195.719	-54
Outros proveitos e ganhos operacionais	0	0	0	-
Variação da Produçao	0	0	0	-
Impostos e Taxas	264.975	336.400	450.745	34
Transferências e Subsidios obtidos	4.030.331	4.026.374	4.484.391	11
Trabalhos Própria Entidade	251.563	253.160	210.391	-17
Proveitos e ganhos financeiros exploração	0	0	0	-
Diferenças câmbio favoráveis	0	0	0	-
Descontos pronto pag. obtidos	0	0	0	-
TOTAL PROVEITOS	**4.830.390**	**5.411.205**	**5.436.650**	**0**
Custo Mercadorias Vendidas e Mat. Consumidas	333.649	291.770	443.101	52
Mercadorias	0	0	0	-
Produtos	333.649	291.770	443.101	52
Fornecimentos e Serviços Externos	952.472	950.717	1.024.562	8
Subcontratos	52.154	37.415	55.215	48
Trabalhos Especializados	129.532	124.869	89.596	-28
Electricidade/Combustiveis	293.913	150.070	183.549	22
Conservação e Reparação	9.854	15.176	6.077	-60
O.F.S.E	467.019	623.187	690.126	11
Custos com pessoal	2.671.246	2.756.658	2.816.369	2
Amortizacões	1.897.139	1.908.710	2.092.460	10
Provisões	1.621.949	0	9.733	-
Transferências e Sub. Correntes Concedidos	297.124	246.414	479.568	95
Outros custos exploração	0	0	0	-
Custos e perdas financeiras exploração	0	0	0	-
Diferenças câmbio desfavoráveis	0	0	0	-
Descontos pronto pag. concedidos	0	0	0	-
TOTAL CUSTOS EXPLORAÇÃO	**7.773.579**	**6.154.269**	**6.865.794**	**12**
RESULTADOS EXPLORAÇÃO	**-2.943.189**	**-743.064**	**-1.429.144**	**92**
Proveitos e Ganhos Extraordinários	304.956	206.207	515.943	150
Custos e Perdas Extraordinários	127.467	69.022	199.183	189
RESULTADOS ANTES FUNÇÃO FINANCEIRA	**-2.765.700**	**-605.879**	**-1.112.384**	**84**
Proveitos e Ganhos Financeiros	250.801	245.955	317.675	29
Custos e Perdas Financeiras	249.392	163.762	215.258	31
Juros suportados	249.283	163.699	215.174	31
Outros	109	63	84	33
RESULTADOS LÍQUIDOS	**-2.764.290**	**-523.685**	**-1.009.966**	**93**

2.2.1 PROVEITOS

A rubrica "**Venda de produtos**" (relativa à água) apresenta um valor abaixo do estimado no PSF (75%), em virtude do novo regulamento de água, saneamento e resíduos sólidos ainda não estar a ser aplicado. Com efeito, aquele novo regulamento, está neste momento em discussão pública e será previsivelmente apresentado à Assembleia Municipal em Abril de 2014.

Em relação à "**Venda de mercadorias**", apesar do peso reduzido na estrutura de proveitos do Município, apresenta um valor acima do previsto no PSF (12%).

Relativamente à "**Prestação de Serviços**" verificou-se uma diminuição de 54% por não ter crescido ao ritmo previsto no PSF e, acima de tudo, por não ter entrado em vigor o novo regulamento de água, saneamento e resíduos sólidos, conforme referido no ponto relativo à venda de produtos.

Na rubrica **"Impostos e taxas"** verificou-se um aumento de 34% face ao previsto no PSF em resultado do aumento dos proveitos relativos:
- ao imposto municipal sobre transacções onerosas de imóveis - IMT;
- ao imposto único de circulação – IUC (em virtude das alterações ocorridas no Orçamento do Estado para 2013);
- aos impostos indirectos (loteamento e obras).

No que diz respeito ao item mais relevante dos proveitos, as "**Transferências e Subsídios Obtidos**", verificou-se um incremento (11%) face à previsão devido à devolução do FRM no valor de 402.279,70 Euros. Caso esta situação não tivesse ocorrido constatava-se um aumento residual de 1%.

Saliente-se que na rubrica "**trabalhos para a própria entidade**" foram contabilizados menos 17% do que estava previsto no PSF.

A rubrica "**Proveitos e Ganhos Extraordinários**" apresenta um valor acima do previsto em cerca de 150%. Este facto decorre, principalmente, de ter sido contabilizado um movimento

dos proveitos diferidos (subsídios/transferências para investimentos) no valor de 480.382,35 Euros muito superior ao previsto (206.207 Euros). Recorde-se que estes proveitos diferidos são transferidos numa base sistemática à medida que são contabilizadas as amortizações do imobilizado a que respeitam, cujo lançamento contabilístico é feito no final de cada ano.

A rubrica "**Proveitos e Ganhos Financeiros**" apresenta um valor superior (29%) ao previsto no PSF devido aos rendimentos de imóveis.

2.2.2 CUSTOS

Em relação ao "**Custo dos Produtos**" (relativo a obras por administração directa destinadas à conservação e manutenção do património) verificou-se um aumento de 52% face ao previsto no PSF.

Na conta de "**Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)**" podemos verificar um valor acima da projecção (8%), uma vez que não foram obtidas todas as poupanças previstas no PSF.

Em relação aos "**Custos com o Pessoal**", apesar da contenção ao nível das horas extraordinárias e das ajudas de custo, verifica-se um excedente de 2% devido, principalmente, ao aumento dos encargos adicionais sobre remunerações (Orçamento do Estado para 2013). Isto é, o aumento desta rubrica não resultou do acréscimo do número de colaboradores porque houve uma redução de 15 pessoas, de 2012 para 2013.

As "**amortizações do exercício**" estão acima da previsão (10%) e foram reforçadas as "**provisões**" relativas a cobranças duvidosas em 9.732,86 Euros.

No que diz respeito à rubrica de "**transferências e subsídios correntes**" apresenta um valor superior em 95% (233.154 Euros) face à previsão do PSF.

Os "**custos extraordinários**" apresentam um valor superior ao previsto em 189% (130.161 Euros) devido, essencialmente, às perdas com existências (25.287,07 Euros) e com a alienação de imobilizações corpóreas (91.572,37 Euros), às correcções relativas a exercícios anteriores (restituições) no valor de 42.644,52 Euros e aos outros não especificados (34.985,79 Euros). De realçar que, apenas, foram registados 3.769,20 Euros de transferências de capital concedidas, nesta rubrica.

Quanto aos "**Custos e Perdas Financeiras**" verificou-se um aumento de 31% face ao estimado no PSF, decorrente do elevado valor do passivo de curto prazo.

2.2.3 RESULTADOS

Em face do referido anteriormente, verificamos que os **resultados operacionais** estão afectados, principalmente, pelo aumento generalizado dos custos (especialmente, o dos produtos, fornecimentos e serviços externos, amortizações do exercício e transferências e subsídios correntes concedidos).

Os **resultados líquidos** negativos são uma consequência conjugada dos resultados operacionais negativos obtidos e dos resultados extraordinários positivos (impacto da imputação dos proveitos diferidos contabilizada ter sido superior à estimada).

2.3 MAPA DE FLUXOS DE CAIXA

Apresenta-se de seguida o Mapa 3, que reflecte o mapa de Fluxos de Caixa evidenciando a evolução das receitas e despesas correntes e de capital.

Mapa 3
Fluxos de Caixa

Designação	Previsão PSF 2013	Real 2013	% Desvio
Recebimentos			
Saldo da gerência anterior	267.253	33.847	-87
Total receitas Orçamentais	7.775.165	6.314.851	-19
Receitas Correntes	3.955.692	4.701.934	19
Receitas de Capital	3.819.473	1.612.917	-58
Receitas Outras	0	0	-
Operações de Tesouraria		466.735	-
Total Geral	8.042.418	6.815.433	
Pagamentos			
Total despesas Orçamentais	7.488.576	6.394.302	-15
Despesa corrente	5.929.598	5.494.540	-7
Despesa de Capital	1.558.979	899.763	-42
Operações de Tesouraria		383.249	-
Saldo para a gerência seguinte	553.841	37.882	-93
Total Geral	8.042.418	6.815.433	

O valor das receitas correntes foi superior ao estimado no PSF em virtude, principalmente, do incremento dos impostos directos e indirectos e das transferências correntes (devolução do FRM no valor de 402.279,70 Euros, e ainda, do incremento do FEF corrente em detrimento do FEF capital conforme orçamento do Estado para 2013).

A despesa corrente está abaixo da previsão devido, nomeadamente, à diminuição dos pagamentos relacionados com o pessoal (**em virtude de não ter sido liquidada a dívida das contribuições para a Segurança Social**, conforme estava previsto no PSF) e com a

aquisição de bens e serviços, apesar do aumento significativo da despesa com transferências/subsídios correntes.

Saliente-se que se verificou **desequilíbrio orçamental corrente** em 2013, em particular, porque o empréstimo do PAEL (receita de capital) serviu para pagar dívida corrente (arrastada).

A receita de capital foi inferior à estimada devido à quebra do FEF capital decorrente do Orçamento do Estado para 2013 e também das outras transferências de capital (nomeadamente subsídios ao investimento). Por outro lado, os passivos financeiros estão muito abaixo da previsão devido a não ter sido utilizada a totalidade do empréstimo do PAEL (em falta 469.905,85 Euros) e se ter considerado no PSF um valor do empréstimo do PAEL superior ao que se verificou na realidade.

No que diz respeito à despesa de capital é inferior à estimativa do PSF devido à quebra nos pagamentos relativos à aquisição de bens de investimento, à diminuição das transferências efectuadas e ao menor valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro.

2.4 INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Como complemento da análise efectuada nos pontos anteriores apresentamos o Mapa 4 com um conjunto de indicadores económico-financeiros.

Mapa 4
Indicadores Económicos Financeiros

		2012 Real	2013 PSF	2013 Real
FUNDO DE MANEIO	€	-2.869.360	540.091	-2.375.911
LIQUIDEZ GERAL	%	0	3	0
SOLVABILIDADE	%	91	114	90
AUTONOMIA FINANCEIRA	%	48	53	47
CAPITAIS PERM./IMOBILIZADO	%	89	102	90
P.M. PAGAMENTOS (DGAL)	Dias	343	-	178
P.M. PAGAMENTOS	Dias	429	30	306
P.M.RECEBIMENTOS	Dias	2.107	130	2.087
CASH FLOW	€	754.797	1.385.025	1.092.226

Da análise do mapa anterior podemos destacar, o seguinte:

- Fundo de maneio negativo;
- Insuficiente cobertura do imobilizado por capitais permanentes;
- Prazo médio de pagamento e recebimento elevados;
- Cash-Flow inferior à previsão do PSF.

Relativamente ao prazo médio de pagamentos, os valores apresentados pela DGAL diferem dos valores no mapa 4, devido à utilização de fórmulas de cálculo diferentes.

2.5 INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

De seguida apresentamos o Mapa 5 com os indicadores de endividamento.

Mapa 5
Endividamento Municipal

Data		Limite Endividamento		Endividamento		Capital em Divida Excepcionado	Excesso/Disp.	
		Liquido	MLP	Liquido	MLP		Liquido	MLP
		1	2	3	4	5	6=1-3	7=2-4
2012	Real 31/12/2012	4.426.911	3.541.529	7.734.282	6.892.162	411.015	-3.307.371	-3.350.633
	Real 31/12/2012 (art.º 66.º OE 2012) a)	8.734.773	7.330.774	7.734.282	6.892.162	411.015	1.000.491	438.612
2013	Saneamento 31/12/2013	4.434.275	3.547.420	7.017.075	7.535.709	357.135	-2.582.800	-3.988.289
	Real 31/12/2013 (art.º 98.º OE 2013) b)	4.430.642	3.544.514	7.568.450	6.960.187	356.275	-3.137.808	-3.415.673

Nota:
a) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012.
b) Limites endividamento calculados conforme previsto no artigo 98.º do Orçamento Estado de 2013. Limite endividamento liquido corresponde ao menor dos seguintes valores: limite de 2012; limite previsto na LFL. Limite endividamento MLP é calculado nos termos da LFL.

Da apreciação do mapa supra, verifica-se que em 2013 (face a 2012), **diminuiu o endividamento líquido em 165.832 Euros**, o que justificou, fundamentalmente, o **desagravamento do seu excesso em 169.563 Euros**. No entanto, **quer o valor do endividamento líquido quer o respectivo excesso apresentam já um comportamento desfavorável face ao PSF de 551.375 Euros e 555.008 Euros, respectivamente**, em resultado, nomeadamente, da não implementação atempada das medidas de maximização de receitas e de racionalização/redução das despesas previstas no PSF.

No que diz respeito ao valor do endividamento de médio e longo prazo, verificou-se um aumento de 68.025 Euros de 2012 para 2013 (devido à utilização da 1.ª tranche do PAEL no valor de 704.858,77 Euros), de que resultou um incremento no seu excesso em 65.040 Euros. Por outro lado, as diferenças no excesso de endividamento de MLP face ao PSF decorrem, fundamentalmente, dos seguintes efeitos conjugados:

- não utilização, até ao momento, da totalidade do empréstimo do PAEL (em falta 469.905,85 Euros);
- no PSF tinha sido estimado um valor do PAEL de 1.458.119 Euros quando na realidade este foi de apenas 1.174.764,62 Euros (diferença de 283.353,92 Euros);
- PSF previa um maior valor de reembolsos do empréstimo de saneamento financeiro em 2013 (552.191 Euros) do que se verificou (410.809 Euros).

De uma maneira geral, ao contrário dos anos anteriores em que a situação para os Municípios era mais favorável (devido ao artigo 53.º do Orçamento Estado de 2011 e ao artigo 66.º do Orçamento Estado de 2012), o cálculo do limite endividamento líquido para 2013 é feito tendo por base o **menor** dos seguintes valores: limite de 2012 e o previsto na LFL. Assim, em 2013, irá ser utilizado o limite previsto na LFL. Isto é, o **Estado não quer reconhecer, como aconteceu nos de 2011 e 2012, que os excessos de endividamento decorreram, principalmente, da redução sistemática das transferências do Estado.**

3 CONCLUSÃO

Apesar de ainda ser cedo (o visto do Tribunal de Contas autorizando a adesão ao PAEL foi em 25/10/2013) para retirar conclusões definitivas quanto ao cumprimento do PSF ajustado (pelo PAEL), não podemos ignorar que o Município de Mourão, no final de 2013, apresentava já indicadores de endividamento líquido (mapa 5) e económico-financeiros (nomeadamente, os relativos ao fundo de maneio e ao *cash flow* - mapa 4) desfavoráveis, face ao PSF.

Com efeito, continua a existir um ***cash-flow* positivo mas insuficiente** que condiciona, manifestamente, não só, a **realização de quaisquer investimentos** (mesmo que comparticipados) como também, o **reembolso oportuno dos empréstimos contratualizados de MLP.** A insuficiência dos meios gerados (*cash-flow*) é o resultado de, ainda, não terem sido tomadas as medidas ou de não se terem feito sentir os efeitos positivos das medidas previstas no PSF ajustado.

Por outro lado, existe um *deficit* de fundo de maneio de 2.375.911 Euros (apesar de ainda estarem pendentes de recebimento 469.905,85 Euros do PAEL) que indicia dificuldades de tesouraria e um aumento das despesas financeiras. Saliente-se que estava previsto receber, inicialmente, do PAEL o montante de 1.458.119 Euros quando, finalmente, foi visado pelo Tribunal de Contas o valor de 1.174.764,62 Euros.

Por isso, devido às dificuldades de tesouraria foi **solicitado pelo Município ao BPI (que foi aceite) de Novembro de 2013 a Agosto de 2014 uma redução do montante de cada uma das prestações de capital do empréstimo de saneamento financeiro. Para o efeito, o Município está obrigado a apresentar ao Tribunal de Contas para concessão do respectivo visto, uma reformulação do PSF**. Saliente-se que esta redução é apenas transitória, pelo que o Executivo não terá outra hipótese (por mais medidas de contenção que tome) senão **apresentar um Plano de Recuperação Financeira e uma candidatura, imediata, a um empréstimo do fundo de apoio municipal** (20 anos) ao abrigo da nova Lei das Finanças Locais (que entra em vigor em 01/01/2014) para reestruturar a sua dívida actual, porque o Município está totalmente dependente das transferência do orçamento do Estado (que estão ao nível de 2004) e, também, não liberta anualmente fundos suficientes (*cash flow*) para reembolsar os empréstimos de MLP contratualizados já existentes. Os meios libertos anuais apenas permitirão financiar a dívida total se esta foi paga em 20 anos.

Isto é, o Município deve iniciar de imediato o processo de reequilíbrio financeiro para poder responder prontamente ao Tribunal de Contas e estar na primeira linha de acesso (e de aprovação que poderá demorar um ano na DGAL) aquele fundo apoio municipal de emergência que terá uma taxa de juro altamente favorável.

Todos sabemos que, o Estado não protege, nem cuida, quem está em processo de saneamento financeiro e que tem de tomar medidas contrárias à evolução desfavorável, quer das receitas quer dos preços de mercado dos bens e serviços consumidos. Muito pelo contrário, o Estado veio com as novas exigências legislativas no OE/2013 (art.º 96º, n.º 1) na redução anual do endividamento, difíceis de cumprir, e aplicáveis a todos os Municípios, independentemente do nível da sua dimensão (capacidade de obtenção de receitas próprias), do seu estado de desenvolvimento, ou ainda do seu desequilíbrio financeiro. Por isso, não foi possível o cumprimento pelo Município da redução de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, prevista no n.º 1 do art.º 96º do OE/2013, nem a utilização do aumento da receita do IMI resultante do processo de avaliação geral dos prédios urbanos na redução do endividamento de médio e longo prazo do Município (n.º 4 do art.º 96º do OE/2013). Quanto à aplicação da poupança com os subsídios de férias (n.º 2 do art.º 96º do OE/2013) na redução dos pagamentos em atraso ficou sem efeito uma vez que os subsídios de férias tiveram que ser pagos, por via do chumbo do Tribunal Constitucional à norma que previa o seu não pagamento para 2013.

Não podemos esquecer que a Lei dos Compromissos e de Pagamentos em Atraso (LCPA) exige, nomeadamente, a existência de fundos disponíveis positivos (90 dias), para realizar novas despesas, e ainda, que o Tribunal de Contas (*vide* Decreto-lei n.º 127/2012 e Acórdãos do TC de 2013 de recusa de visto por existirem fundos disponíveis negativos) não deixa passar quaisquer projectos de investimento (mesmo que comparticipados) quando o Município tenha fundos disponíveis negativos. Na verdade, sob pena do empobrecimento do concelho, por mais medidas de racionalização de despesa que se tomem (a maximização da receita está limitada ao nível de vida da população do concelho) aquelas medidas nunca serão suficientes para realizar os investimentos anuais necessários a um desenvolvimento económico sustentável da autarquia de Mourão.

4 ANEXO

De seguida apresentamos informações relativas à execução do PAEL, que foram comunicadas à DGAL de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 43/2012.

4.1 SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA ACTUAL E PREVISÕES DE EVOLUÇÃO

Descrição	2011	2012 Total	Valores Apurados 2012	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação	*Valores estimados PAF 2013*	Valores Apurados 2013 (acumulado)	Desvio face ao previsto em PAF	Observação / Justificação
A1. Saldo inicial (de operações orçamentais)	-140.236,53	-40.877,00	-369.599,55	**-328.722,55**		245.710,64	-215.843,20	**-461.553,84**	
A2. Reposições não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A3. Receita efetiva	**4.642.616,97**	**6.278.948,38**	**4.848.151,09**	**-1.430.797,29**		**6.317.046,02**	**5.153.108,34**	**-1.163.937,68**	
A3.1. Receita corrente	3.412.083,35	3.728.336,27	3.535.754,99	**-192.581,28**		3.955.691,93	4.299.337,20	**343.645,27**	
A3.2. Receita capital (s/ ativos e passivos financ.)	1.230.533,62	2.550.612,11	1.312.396,10	**-1.238.216,01**		2.361.354,09	853.771,14	**-1.507.582,95**	
... da qual									
A3.2.1. Venda de bens de investimento	14.843,62	880,86	1.908,53	**1.027,67**		0,00	53.071,29	**53.071,29**	
A4. Despesa efetiva	**4.410.108,19**	**5.643.575,81**	**7.095.238,04**	**1.451.662,23**		**6.615.486,37**	**7.874.613,77**	**1.259.127,40**	
A4.1. Correntes	4.255.081,88	5.037.942,08	6.791.932,21	**1.753.990,13**		5.929.597,53	7.549.213,52	**1.619.615,99**	
... dos quais									
A4.1.1. Juros	**230.548,34**	**228.735,39**	**286.063,23**	**57.327,84**		**163.761,84**	**346.477,92**	**182.716,08**	
a. Resultantes do PAEL	0,00	0,00	0,00	**0,00**		34.897,46	9.200,00	**-25.697,46**	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	194.983,31	123.759,46	185.477,13	**61.717,67**		121.075,25	150.620,84	**29.545,59**	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	35.565,03	104.975,93	100.586,10	**-4.389,83**		7.789,13	186.657,08	**178.867,95**	
A4.1.2. Despesas com pessoal	2.813.151,11	2.763.582,00	3.158.647,66	**395.065,66**		3.536.600,73	3.201.944,96	**-334.655,77**	
A4.2. Despesas de capital (s/ ativos e passivos financ.)	155.026,31	605.633,73	303.305,83	**-302.327,90**		685.888,83	325.400,25	**-360.488,58**	
A5. Saldo global	**232.508,78**	**635.372,57**	**-2.247.086,95**	**-2.882.459,52**		**-298.440,34**	**-2.721.505,43**	**-2.423.065,09**	
A5.1. Saldo corrente	**-842.998,53**	**-1.309.605,81**	**-3.256.177,22**	**-1.946.571,41**		**-1.973.905,60**	**-3.249.876,32**	**-1.275.970,72**	
A5.2. Saldo de capital	**1.075.507,31**	**1.944.978,38**	**1.009.090,27**	**-935.888,11**		**1.675.465,26**	**528.370,89**	**-1.147.094,37**	
A6. Saldo primário	**463.057,12**	**864.107,96**	**-1.961.023,72**	**-2.825.131,68**		**-134.678,50**	**-2.375.027,51**	**-2.240.349,01**	
A7. Ativos financeiros líquidos amortizações	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**		**0,00**	**0,00**	**0,00**	
A7.1. Receitas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A7.2. Despesas de ativos financeiros	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A8. Passivos financeiros líquidos amortizações	**-470.422,34**	**-380.978,26**	**-385.617,71**	**-4.639,45**		**585.028,54**	**-156.929,26**	**-741.957,80**	
A8.1. Receitas de passivos financeiros	0,00	0,00	0,00	**0,00**		1.458.118,54	704.858,77	**-753.259,77**	
A8.2. Despesas de passivos financeiros	**470.422,34**	**380.978,26**	**385.617,71**	**4.639,45**		**873.090,00**	**861.788,03**	**-11.301,97**	
a. Resultantes do PAEL	0,00	0,00	0,00	**0,00**		39.478,00	29.400,00	**-10.078,00**	
b. Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	247.422,34	380.978,26	385.617,71	**4.639,45**		833.612,00	832.388,03	**-1.223,97**	
c. Resultantes de endividamento de curto prazo	223.000,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A9. Receita total	**4.642.616,97**	**6.278.948,38**	**4.848.151,09**	**-1.430.797,29**		**7.775.164,56**	**5.857.967,11**	**-1.917.197,45**	
A10. Despesa total	**4.880.530,53**	**6.024.554,07**	**7.480.855,75**	**1.456.301,68**		**7.488.576,37**	**8.736.401,80**	**1.247.825,43**	
A11. Saldo para a gerência seguinte	**-378.150,09**	**213.517,31**	**-3.002.304,21**	**-3.215.821,52**		**532.298,84**	**-3.094.277,89**	**-3.626.576,73**	
A12. Serviço da dívida	**700.970,68**	**609.713,65**	**671.680,94**	**61.967,29**		**1.036.851,84**	**1.208.265,95**	**171.414,11**	
A13. Endividamento total	**11.090.067,52**	**9.184.859,07**	**10.320.097,39**	**1.135.238,32**		**8.249.611,04**	**10.041.725,97**	**1.792.114,93**	
A13.1 Bancário	**7.688.794,63**	**7.307.816,37**	**7.303.176,92**	**-4.639,45**		**7.892.844,91**	**7.384.629,29**	**-508.215,62**	
A13.1.1 Médio e longo prazo	**7.688.794,63**	**7.307.816,37**	**7.303.176,92**	**-4.639,45**		**7.892.844,91**	**7.384.629,29**	**-508.215,62**	
a. Resultante do PAEL	0,00	0,00	0,00	**0,00**		1.418.640,54	704.858,77	**-713.781,77**	
b. Outro endividamento bancário de médio e longo prazo c)	7.688.794,63	7.307.816,37	7.303.176,92	**-4.639,45**		6.474.204,37	6.679.770,52	**205.566,15**	
A13.1.2 Curto prazo	0,00	0,00	0,00	**0,00**		0,00	0,00	**0,00**	
A13.2 Fornecedores	1.254.879,67	843.874,70	1.807.463,20	**963.588,50**		103.541,00	1.382.645,02	**1.279.104,02**	
A13.3 Outra dívida a terceiros não financeira	2.146.393,22	1.033.168,00	1.209.457,27	**176.289,27**		253.225,13	1.274.451,66	**1.021.226,53**	
A14. Prazo médio de pagamento (n.º dias)	222	229	343	**114,00**		30	165	**135,00**	

c) Corresponde à conta 2312 (incluindo designadamente os empréstimos do IHRU/INH)

4.2 MEDIDAS PROPOSTAS NO PLANO DE AJUSTAMENTO FINANCEIRO

Descrição das medidas	Data Início prevista para os efeitos da aplicação da medida	2011 Valores apurados (indique o montante total executado nas rubricas respetivas)	Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a		Valores executados		Quantificação do impacte financeiro previsto resultante da aplicação da medida (indique apenas o acréscimo, em relação a		Valores executados	
			2012		2012		2013		2013	
			Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto	Valor ano	Peso/impacte nas contas 2011 (%)	Valor ano	Desvio face ao previsto
B.1 Aumento da receita										
1. Maximização dos preços cobrados pelo município, através da reapreciação dos tarifários	01-01-2013	274.134,94	4.178,93	**1,52%**	291.406	**13.092**	367.786,06	**134%**	**289.004**	**-352.917**
2. Otimização e racionalização das taxas cobradas pelo município		10.028,39	5.471,61	**54,56%**	7.589	**-7.911**	7.021,61	**70%**	**9.289**	**-7.761**
3. Outras medidas com impacte no aumento da receita										
3.1 - Avaliação Geral de Imóveis - Imposto Municipal s/ Imóveis										
3.2 - Actualização das Rendas de Edifícios Municipais										
3.3 - Fixação nas taxas máximas do IMI	01-01-2013	151.281,14	-1.181,14	**-0,78%**	167.481	**17.381**	58.818,86	**39%**	**169.194**	**-40.906**
3.4 - Fixação na taxa máxima da derrama		11.158,62	-2.158,62	**-19,34%**	9.761	**761**	-2.158,62	**-19%**	**1.760**	**-7.240**
3.5 - Fixação nas taxas máximas da participação no IRS nos termos da Lei das Finanças Locais		38.421,00	1.853,00	**4,82%**	40.274	**0**	1.853,00	**5%**	**36.916**	**-3.358**
Total Aumento de receita (B.1)		485.024,09	8.163,78	-98,32%	516.510	23.322	433.320,91	-11%	506.163	-412.182
B.2 Redução da despesa										
4. Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com atividades que tenham impacto direto na diminuição de custos de funcionamento de infraestruturas municipais	01-01-2013	132.561,73	-35.598,93	**-26,85%**	160.085	**63.122**	-50.143,35	**-38%**	**127.795**	**45.376**
5. Outras medidas com impacte na redução da despesa										
5.1 - Redução despesas de funcionamento através da agregação de necessidades										
5.2 - Redução de Subsídios e Transferências para terceiros	01-01-2013	586.737,12	-321.146,38	**-54,73%**	560.599	**295.009**	-353.719,55	**-60%**	**695.635**	**462.617**
5.3 - Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com pessoal	01-01-2013	3.271.547,77	-507.965,77	**-15,53%**	3.158.648	**395.066**	265.052,96	**8%**	**3.201.945**	**-334.656**
5.4 - Redução/contenção/racionalização da despesa municipal com aquisição de bens e serviços correntes e de capital	01-01-2013	2.178.091,06	-422.365,53	**-19,39%**	2.674.263	**918.537**	-195.270,39	**-9%**	**3.072.033**	**1.089.212**
5.5 - Redução dos juros de mora imputados pelos fornecedores	01-01-2013	72.735,25	32.240,68	**44,33%**	100.586	**-4.390**	-64.946,12	**-89%**	**186.657**	**178.868**
Total Poupança gerada pela redução da despesa (B.2)		6.241.672,93	-1.254.835,94	-120,10%	6.654.181	1.667.344	-399.026,46	-106%	7.284.065	1.441.418
B.3 Outras medidas										
6. Informação referente a eventuais concursos públicos que se encontrem a decorrer b)		0,00	0,00	**0%**	0	**0**	0,00	**0%**	**0**	**0**
7. Informação referente a processos judiciais e extrajudiciais pendentes, em resultado dos quais resulte significativo impacte financeiro para o		0,00	0,00	**0%**	0	**0**	0,00	**0%**	**0**	**0**
8. Outras medidas b)		0,00	0,00	**0%**	0	**0**	0,00	**0%**	**0**	**0**
Total aumento receita / poupança gerada pelas outras medidas (B.3)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total impacte esperado (B.1+B.2+B.3)		6.726.697,02	-1.246.672,16	-218,42%	7.170.691,31	1.690.666,44	34.294,45	-117,05%	7.790.227,65	1.029.236,18

b) Indicação do tipo de impacte que podem ter: no caso de aumento de receitas indicar com sinal positivo; no caso de aumento da despesa indicar com sinal negativo.

c) Devem ser registadas todas as medidas implementadas pelo Município. Caso as medidas não estejam listadas no quadro, deverão acrecentar as linhas necessárias.

4.3 EVOLUÇÃO PREVISIONAL DA RECEITA E DA DESPESA

Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio face ao previsto	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio face ao previsto
	Valores apurados 2011	2013 Total			Valores estimados PAF 2013		
Receitas correntes	3.412.083,35	3.778.335,27	3.535.754,99	192.581,28	3.955.891,93	4.299.337,20	-343.645,27
Impostos directos	244.145,54	248.600,00	258.478,48	-9.878,48	311.750,00	384.936,31	-73.186,31
IMI	151.281,14	150.100,00	167.480,88	-17.380,88	210.100,00	169.194,34	40.905,66
IMT	50.710,14	58.000,00	45.085,10	12.914,90	58.000,00	171.591,50	-113.591,50
Derrama	11.158,62	9.000,00	9.760,71	-760,71	9.000,00	1.759,73	7.240,27
Outros	30.995,64	31.500,00	36.151,79	-4.651,79	34.650,00	42.390,74	-7.740,74
Impostos indirectos	1.839,15	7.600,00	2.184,50	5.415,50	7.600,00	14.364,73	-6.764,73
Taxas, multas e outras penalidades	10.028,39	15.500,00	7.588,76	7.911,24	17.050,00	9.289,01	7.760,99
Taxas	7.557,30	12.734,00	6.558,93	6.175,07	14.007,40	7.043,98	6.963,42
Multas	2.471,09	2.766,00	1.029,83	1.736,17	3.042,60	2.245,02	797,58
Rendimentos da propriedade	196.190,66	245.955,00	251.834,61	-5.879,61	245.955,00	249.339,11	-3.384,11
Transferências correntes	2.670.111,16	2.924.055,78	2.718.307,74	205.748,04	2.722.915,93	3.351.836,61	-628.920,68
Venda de bens e serviços correntes	274.134,94	278.213,87	291.405,82	-13.091,95	641.921,00	289.003,86	352.917,14
Venda de bens	89.615,92	96.388,51	95.284,19	1.104,32	292.074,05	98.411,42	193.662,63
Serviços	180.256,04	177.830,72	182.856,22	-5.025,50	340.218,13	183.508,94	156.709,19
Rendas	4.262,98	4.094,63	5.381,16	-1.286,53	9.628,81	7.083,50	2.545,31
Outras receitas correntes	15.633,51	8.311,63	5.955,08	2.356,55	8.500,00	567,57	7.932,43
Receitas de capital	1.230.533,62	2.550.617,11	1.312.396,10	1.238.216,01	3.819.472,63	1.558.629,91	2.260.842,72
Venda de bens de investimento	14.843,62	880,86	1.908,53	-1.027,67	0,00	53.071,29	-53.071,29
Terrenos	12.550,00	0,00		0,00	0,00	1.250,00	-1.250,00
Habitações	2.293,62	880,86	1.908,53	-1.027,67	0,00	51.821,29	-51.821,29
Edifícios	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outros bens de investimento	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Transferências de capital	1.215.690,00	2.549.731,25	1.307.412,57	1.242.318,68	2.361.354,09	798.274,85	1.563.079,24
Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF)	1.215.690,00	1.504.597,85	1.302.844,00	201.753,85	1.303.458,00	798.274,85	505.183,15
Ativos financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Passivos financeiros	0,00	0,00		0,00	1.458.118,54	704.858,77	753.259,77
Outras receitas de capital	0,00	0,00	3.075,00	-3.075,00	0,00	2.425,00	-2.425,00
Rep. não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Total receita	4.642.616,97	6.278.948,38	4.848.151,09	1.430.797,29	7.775.164,56	5.857.967,11	1.917.197,45
Receitas correntes	3.412.083,35	3.778.335,27	3.535.754,99	192.581,28	3.955.691,93	4.299.337,20	-343.645,27
Receitas de capital	1.230.533,62	2.550.617,11	1.312.396,10	1.238.216,01	3.819.472,63	1.558.629,91	2.260.842,72
Despesas correntes	4.255.081,88	5.087.942,08	6.884.390,37	-1.846.448,29	5.929.597,53	7.549.213,52	-1.619.615,99
Despesas com o pessoal	2.813.151,11	2.763.582,00	3.158.647,66	-395.065,66	3.536.600,73	3.201.944,96	334.655,77
Remunerações certas e permanentes	2.484.658,33	2.315.145,49	2.122.815,71	192.329,78	2.262.729,25	2.052.070,87	210.658,38
Abonos variáveis ou eventuais	66.206,04	58.935,22	57.680,02	1.255,20	57.420,36	48.580,62	8.839,74
Segurança social	262.286,74	389.501,29	978.151,93	-588.650,64	1.216.451,12	1.101.293,47	115.157,65
Aquisição de bens e serviços	873.126,42	1.755.725,53	2.674.262,90	-918.537,37	1.982.820,67	3.072.032,04	-1.089.212,27
Aquisição de bens	327.467,60	769.303,74	1.007.585,08	-238.281,34	868.809,69	1.208.100,30	-339.290,61
Aquisição de serviços	545.658,82	986.421,79	1.666.677,82	-680.256,03	1.114.010,97	1.863.932,64	-749.921,67
Juros e outros encargos	230.548,34	228.795,39	291.427,23	-62.631,84	163.761,84	346.601,92	-182.840,08
Resultantes do PAEL		0,00		0,00	34.897,46		34.897,46
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	194.983,31	123.759,46	185.477,13	-61.717,67	121.075,25	159.820,84	-38.745,59
Resultantes de endividamento de curto prazo	35.565,03	104.975,93	105.950,10	-974,17	7.789,13	186.781,08	-178.991,95
Transferências correntes	134.029,48	151.973,36	560.599,42	-408.626,06	129.177,35	695.634,99	-566.457,64
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Freguesias	29.013,29	14.569,41	13.565,21	1.004,20	12.384,00	12.400,00	-16,00
Associações de municípios	4.200,00	3.799,77	356.426,49	-352.626,72	3.229,81	398.234,99	-395.005,18
Instituições sem fins lucrativos	91.480,00	113.699,19	174.360,00	-60.720,81	96.593,31	266.500,00	-169.906,69
Famílias	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras	9.336,19	19.964,99	16.247,72	3.717,27	16.970,24	18.500,00	-1.529,76
Subsídios	101.490,42	40.963,01	39.368,10	1.594,91	34.818,56	105.203,97	-70.385,41
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Famílias	101.490,42	40.963,01	39.368,10	1.594,91	34.818,56	105.203,97	-70.385,41
Outros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras despesas correntes	102.736,11	96.962,80	160.085,06	-63.122,26	82.418,38	127.794,74	-45.376,36
Despesas de capital	625.448,65	986.811,99	688.923,54	297.688,45	1.558.978,83	1.187.188,28	371.790,55
Aquisição de bens de capital	195.026,31	532.979,36	232.984,72	299.994,64	616.867,18	259.527,24	357.339,94
Investimentos	149.218,25	532.979,36	232.984,72	299.994,64	616.867,18	259.527,24	357.339,94
Terrenos	0,00	0,00		0,00	0,00	14.700,00	-14.700,00
Habitações	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Edifícios	0,00	251.381,64		251.381,64	290.947,64		290.947,64
Construções diversas	68.477,79	89.039,38	129.600,92	-40.561,54	103.063,65	150.269,21	-47.215,56
Outros	80.740,46	192.558,34	103.383,80	89.174,54	222.865,89	94.558,03	128.307,86
Locação financeira	5.808,06	0,00		0,00	0,00		0,00
Bens de domínio público	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Transferências de capital	0,00	72.654,37	70.321,11	2.333,26	69.021,65	65.873,01	3.148,64
Empresas públicas municipais e intermunicipais	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Freguesias	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Associações de municípios	0,00	3.729,46	54.345,59	-50.616,13	3.542,99	59.897,49	-56.354,50
Instituições sem fins lucrativos	0,00	68.924,91	15.975,52	52.949,39	65.478,67	5.975,52	59.503,15
Famílias	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Activos financeiros	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Passivos financeiros	470.422,34	380.978,26	385.617,71	-4.639,45	873.090,00	861.788,03	11.301,97
Resultantes do PAEL		0,00		0,00	39.478,00		39.478,00
Resultantes de outro endividamento de médio e longo prazo	247.422,34	380.978,26	385.617,71	-4.639,45	833.612,00	623.406,40	210.205,60
Resultantes de endividamento de curto prazo	223.000,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Outras despesas de capital	0,00	0,00		0,00	0,00		0,00
Total despesa	4.880.530,53	6.074.954,07	7.573.313,91	-1.498.759,84	7.488.576,37	8.736.401,80	-1.247.825,43
Despesa corrente	4.255.081,88	5.087.942,08	6.884.390,37	-1.846.448,29	5.929.597,53	7.549.213,52	-1.619.615,99
Despesa de capital	625.448,65	986.811,99	688.923,54	297.688,45	1.558.978,83	1.187.188,28	371.790,55
Saldo (Receita - Despesa)	-237.913,56	204.994,31	-2.725.162,82	2.930.157,13	286.588,20	-2.878.434,69	3.165.022,89

4.4 PREVISÃO DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO E SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DÍVIDA POR CURTO E MÉDIO E LONGO PRAZO							
Descrição	Valores apresentados em candidatura		Valores Executados 2012	Desvio	Valores candidatura	Valores Executados 2013	Desvio
	2011	2012 Total			2013		
Dívida de Curto prazo	3.401.273	1.877.043	3.411.685	1.534.642	356.766	3.164.753	2.807.987
Empréstimos de CP	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos de MLP - Valor exigível a CP	0	0	385.618	385.618	0	623.810	623.810
Outra	**3.401.273**	**1.877.043**	**3.026.067**	**1.149.024**	**356.766**	**2.540.943**	**2.184.177**
Fornecedores c/c	1.254.880	843.875	1.586.838	742.963	103.541	1.296.383	1.192.842
Fornecedores de imobilizado c/c	256.889	77.261	209.704	132.443	77.261	86.262	9.000
Estado e Outros Entes Públicos	778.450	840.015	742.043	-97.972	60.072	863.798	803.726
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	27.612	27.612		24.480	24.480
Administração autárquica	0	0	255.796	255.796		164.717	164.717
Outros credores	1.111.055	115.892	204.074	88.182	115.892	105.304	-10.588
Subtotal Curto prazo	***3.401.273***	***1.877.043***	***3.411.685***	***1.534.642***	***356.766***	***3.164.753***	***2.807.987***
Dívida de Médio e longo prazo	7.688.795	7.307.816	7.303.177	-4.639		7.384.629	7.384.629
Empréstimos	7.688.795	7.307.816	7.303.177	-4.639	7.892.845	7.384.629	-508.216
No âmbito do PAEL		0	0	0	0	704.859	704.859
Outros empréstimos de médio/longo praz	7.688.795	7.307.816	7.303.177	-4.639	7.892.845	6.679.771	-1.213.074
Outra	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores c/c	0	0	0	0	0	0	0
Fornecedores de imobilizado c/c	0	0	0	0	0	0	0
Estado e Outros Entes Públicos	0	0	0	0	0	0	0
Clientes, contribuintes e utentes	0	0	0	0	0	0	0
Administração autárquica	0	0	0	0	0	0	0
Outros credores	0	0	0	0	0	0	0
Subtotal Médio e longo prazo	*7.688.795*	*7.307.816*	*7.303.177*	*-4.639*	*7.892.845*	*7.384.629*	*-508.216*
Total da dívida	11.090.068	9.184.859	10.714.862	1.530.003	8.249.611	10.549.382	2.299.771
Dívida referente a operações de tesouraria e, se refletidas patrimonialmente, a cauções e garantias prestadas por terceiros	***26.220***	***26.220***	***249.691***	***223.471***	***26.220***	***338.158***	***311.939***
Total da dívida de natureza orçamental	11.063.848	9.158.639	10.465.171	1.306.532	8.223.391	10.211.224	1.987.832

MAPA PREVISIONAL DA EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DA DÍVIDA DE EMLP														
Descrição	Valores apresentados em candidatura				2012 Valores Executados		Desvio		Valores candidatura		2013 Valores Executados		Desvio	
	2011		2012 total (1.º sem. apurado + 2.º sem. estimado)						2013					
	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros	Amortizações	Juros
SERVIÇO DA DÍVIDA EMLP							0	0					0	0
No âmbito do PAEL			0	0	0	0	0	0	39.478	34.897	0	0	-39.478	-34.897
Outros empréstimos de médio/longo prazo	247.422	194.983	380.978	123.759	385.618	185.477	4.640	61.718	763.344	121.075	623.406	88.284	-139.937	-32.791
Total	247.422	194.983	380.978	123.759	385.618	185.477	4.640	61.718	802.822	155.973	623.406	88.284	-179.415	-67.689

4.5 CALENDARIZAÇÃO DA REDUÇÃO ANUAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

MUNICIPIO DE MOURÃO	2012 (previsto PAF)		Valores Apurados 2012		Desvio	2013 (previsto PAF)		Valores Apurados 2013		Desvio
	D	C	D	C		D	C	D	C	
1 Disponibilidades	267.253		**33.847**		**233.406**	553.841		**200.508**		**353.333**
21 Dívidas de Terceiros	702.413		**1.718.677**		**-1.016.264**	284.025		**1.731.107**		**-1.447.082**
22 Fornecedores		843.875		**1.586.838**	**-742.963**		103.541		**1.296.383**	**-1.192.842**
23 Empréstimos Obtidos		7.307.816		**7.303.177**	**4.639**		7.892.845		**7.384.629**	**508.216**
24 Estado e Outros Entes Públicos		840.015		**742.043**	**97.972**		60.072		**863.798**	**-803.726**
26 Outros Devedores e Credores	0	193.153	0	680.494	-487.341	0	193.153	5.654	246.080	-52.927
261 Fornecedores de Imobilizado		77.261		220.625	**-143.364**		77.261		86.262	**-9.001**
264 Administração Autárquica		0		255.796	**-255.796**		0		164.717	**-164.717**
268 Devedores e Credores Diversos		115.892		202.410	**-86.518**		115.892	5.654		**115.892**
(26...) Outras		0		1.663	**-1.663**		0		756	**-756**
27 Acréscimos e Diferimentos	30.526	3.540.746	47.856	3.361.697	179.049	30.526	3.829.197	10.817	3.345.045	484.152
271 Acréscimos de Proveitos	30.526		37.039			30.526				
272 Custos diferidos	0		10.817			0		10.817		
273 Acrésimos de custos		92.742		64.507	**28.235**		92.742			**92.742**
274 Proveitos diferidos		3.448.004		3.345.045	**102.959**		3.736.455		3.345.045	**391.410**
2745 Subsídio para investimentos		3.448.004		3.345.045	**102.959**		3.736.455		3.345.045	**391.410**
2749 Outras										
4 IMOBILIZAÇÕES										
41 Investimentos Financeiros	99.750	0	0	99.750	-99.750	99.750	0	0	99.750	-99.750
411 Partes de Capital	99.750			99.750	**-99.750**	99.750			99.750	**-99.750**
412 Obrigações e títulos de participação										
413 (...)										
415 Outras aplicações financeiras										
TOTAL	**1.099.942**	**12.725.605**	**1.800.380**	**13.773.999**	**-1.048.394**	**968.142**	**12.078.808**	**1.948.086**	**13.235.685**	**-1.156.878**
Total Considerado para Endiv. Líquido	**1.099.942**	**9.277.601**	**1.800.380**	**10.428.954**	**-1.151.353**	**968.142**	**8.342.353**	**1.948.086**	**9.890.640**	**-1.548.287**
CONTRIBUIÇÃO DO SM, AM E SEL para o EL	**0**		**-331.633**					**-349.914**		
TOTAL ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO SEC 95	**8.177.659**		**8.296.940**			**7.374.211**		**7.592.641**		
EMPRÉSTIMOS, DÍVIDAS E CRÉDITOS DO MUNICÍPIO EXCECIONADOS DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO										
Stock em 31/Dez de EMLP excepcionados do limite de EL	413.500		411.015			357.135		362.788		
Dívidas do Município às empresas concessionárias do serviço de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão (consolidadas até 31/12/1988)	0									
Créditos do Município relativamente a SM e a entidades do SEL (independentemente de relevarem ou não para efeitos de limites de endiv.)	0									
Créditos sobre terceiros que não sejam reconhecidos por ambas as partes	0									
MONTANTES TOTAIS EXCECIONADOS DOS LIMITES	**413.500**		**411.015**			**357.135**		**362.788**		
TOTAL ENDIV. LÍQ. A CONSIDERAR	**7.764.159**		**7.885.926**		**121.767**	**7.017.075**		**7.229.852**		**212.777**
Limite Endividamento Líquido da LFL	8.734.773		7.330.774			4.434.275		3.544.514		
EXCESSO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	-		**555.151,79**		-	**2.582.800,39**		**3.685.338,40**		**1.102.538**

ATA N.º 8/2014

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Local: **Sala de Sessões dos Paços do Município.**

Data: **17/04/2014.**

Iniciada às 09,00 horas e encerrada às 12,00 horas.

ORDEM DO DIA

I – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO
2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013

A reunião iniciou-se com a presença de:

Presidente: Dr.ª Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara
Vice-Presidente: Manuel Francisco Godinho Carrilho
Vereadores: Dr.ª Anabela Ramalho Falcato Caixeiro
Francisco Simão Lopes de Oliveira
Gonçalo Jorge Fernandes Lopes

A reunião foi presidida pela Sr.ª Maria Clara Pimenta Pinto Martins Safara, Presidente da Câmara Municipal e Secretariada por Vitor Manuel Leal Vidigal, Coordenador técnico da Subunidade Orgânica de Expediente Geral da Unidade Orgânica Administrativa e Financeira.

ORDEM DO DIA

I – ADMINISTRAÇÃO GERAL

1. APRECIAÇÃO DO INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS E RESPETIVA AVALIAÇÃO

Pela Sr.ª Presidente foi posta à discussão a análise dos documentos epígrafe.

Seguidamente a Sr.ª Vereadora Anabela Caixeiro perguntou se o presente inventário já contempla todos os bens, na medida em que tinha sido recentemente

informado pela Sr.ª Presidente que se estava a proceder a um diagnóstico e levantamento dos mesmos, por terem sido detetados alguns por inventariar.

A Sr.ª Presidente informou que ainda há alguns bens, que pelas suas caraterísticas e valor histórico não constam do atual inventário porque têm de ser avaliados por uma comissão específica a constituir para o efeito.

Não havendo mais objeções ou pedidos de esclarecimento o Executivo deliberou:

- **Aprovar o inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, documentos que ficam arquivados em pasta anexa a esta ata (documento número 4), fazendo parte integrante da mesma;**
- **Apresentar os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprecie.**

Deliberação tomada por maioria, com três votos a favor e duas abstenções dos Srs. Vereadores Anabela Caixeiro e Francisco Oliveira, que declararam abster-se pelo facto de não terem conhecimento concreto e visível do património do Município, bem como por considerarem ser inadmissível não haver conhecimento de todos os bens.

2. APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO DE 2013

Pela Sr.ª Presidente foram apresentados os documentos que constituem a prestação de contas desta autarquia, elaborados pela Subunidade Orgânica de Contabilidade e Finanças, os quais relatam com exaustão o exercício do ano financeiro de 2013. Por força do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do regime financeiro das autarquias locais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a Câmara Municipal tem de apresentar os referidos documentos ao órgão deliberativo, para que este os aprecie na sua sessão ordinária a realizar durante o mês de Abril.

Seguidamente referiu-se ao empenhamento e rigor desenvolvido pelos técnicos municipais responsáveis nesta matéria que, com rigor profissional, conseguiram, dentro dos prazos, apresentar os documentos em análise. Reconheceu ainda o esforço desenvolvido pelos trabalhadores municipais que, durante o ano de 2013, se empenharam ativamente no cumprimento dos objetivos traçados nas Grandes Opções do Plano.

Ao iniciar a análise dos documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Mourão a Sr.ª Presidente disse que se tratam de documentos que refletem os aspetos mais relevantes da atividade desenvolvida, pelos Serviços Municipais.

Elaborados, em conformidade com as disposições legais aplicáveis, os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2013 refletem e descrevem um intenso e importante trabalho autárquico, traduzido em múltiplas iniciativas, totalmente realizadas

ou em fase de desenvolvimento, como é compreensível num processo de trabalho dinâmico e gradual em função de uma estratégia global e coerente para o Município.

Fica a certeza de que as atividades realizadas em 2013 representam um contributo relevante para o desenvolvimento e afirmação de Mourão e como tal os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2013 merecem a aprovação dos órgãos autárquicos.

Finalmente e após demorada análise o Executivo deliberou:

- **Aprovar os documentos de prestação de contas do ano financeiro de 2013, documentos que ficam arquivados em pasta anexa a esta ata (documento número 5), fazendo parte integrante da mesma;**
- **Apresentar os mesmos, sob a forma de proposta, à Assembleia Municipal para que esta os aprecie e vote.**

Deliberação tomada por maioria, com três votos a favor e dois votos contra dos Srs. Vereadores Anabela Caixeiro e Francisco Oliveira, que apresentaram a seguinte declaração de voto:

"DECLARAÇÃO DE VOTO

*Enquanto vereadores pela Coligação PPD/PSD-CDS.PP – **"RUMO À MUDANÇA NO CONCELHO DE MOURÃO"**, votamos contra os documentos apresentados referentes à prestação de contas do ano de 2013, pelo fato de não concordarmos com várias situações e/ou medidas tomadas pelo anterior executivo operacional, bem como pelo atual.*

Queremos antes de mais referir que o anterior, bem como o atual executivo operacional do Partido Socialista são os únicos responsáveis pela rutura económico-financeira do Município, e consequentemente do flagelo social do concelho, na medida em que o seu sentido de gestão foi e continua a ser completamente desfasado da realidade, ou seja, das necessidades e expetativas dos habitantes do nosso concelho.

Relativamente aos motivos que nos estimularam a votar contra os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2013, passaram essencialmente pelos seguintes motivos:

- <u>Disparidade e irracional transferência de verbas</u> - Só no ano de 2013 a ADEREM esgotou praticamente a totalidade das verbas transferidas, isto é, foram feitas transferências para a ADEREM no valor de 218.654,53€, as quais contribuíram em grande parte para a rutura económico-financeira do município. Por outro lado, o fato de terem sido também transferidas verbas para o Grupo Columbófilo de Mourão no valor de 3.813,37€, verificando-se assim, uma grande disparidade e injustiça nas transferências realizadas, pois não conseguimos compreender como é possível esquecer e penalizar as restantes instituições do concelho, que apresentam um grande cariz social, de trabalho para a comunidade e privilegiar associações que pouco têm contribuído para o verdadeiro desenvolvimento sustentável do concelho de Mourão.

Ainda neste âmbito, consideramos que as transferências particulares poderiam ter sido minimizadas, pois o município de Mourão não está em condições de efetuar serviços a particulares não remuneradas.

- Fragilidade económico-financeira – Como mostram os documentos, o município de Mourão apresenta neste momento incapacidade para responder aos seus compromissos, facto que o leva a ser considerado como inconfiável e sem quaisquer perspetivas de futuro.

- Excessivo endividamento – Relativamente a este motivo, considerámos que jamais poderíamos fechar os olhos a esta situação, pois não compreendemos como foi possível chegar a este ponto, em que o município apresenta um endividamento de 52,63%, em que 30,12% correspondem a um endividamento a M.L.P - médio e longo prazo. Neste sentido, consideramos que o município se constitui de tal forma insustentável que está a condicionar o desenvolvimento do concelho, começando pelos munícipes, onde estes são as principais "vítimas" de uma gestão desastrosa levada a cabo pelo Partido Socialista em Mourão. Vejamos pelos números apresentados em que os custos e as perdas ultrapassam os proveitos em 1.009.966,43€, isto é inconcebível, pois a este ritmo o concelho de Mourão tende a ser exterminado.

Perante estes fatores, jamais poderíamos compactuar com este tipo de gestão e de políticas aplicadas em que os cidadãos e/ou munícipes do nosso concelho são esquecidos e passados para segundo plano.

E, por nada mais haver a tratar, a Sr.ª Presidente declarou encerrada esta reunião, eram 12,00 horas. Para constar se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada, por unanimidade, no final da reunião, e vai ser assinada por todos os membros do Executivo e por mim, Vítor Manuel Leal Vidigal, secretário, que a redigi e subscrevo.

A Presidente,

O Vice-Presidente,

Os Vereadores,

O Secretário,